



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 135

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 17 de junho de 2020

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Marta Matos) e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

No **Período de Tratamento de Assuntos Políticos** foram apresentados diversos votos.

- **Voto de Congratulação a Ana Margarida Filipe pelos dois títulos de campeã do mundo e pela conquista de duas medalhas de prata**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Mónica Rocha, usou da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), tendo-se seguido a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelas Medalhas conquistadas por Ana Margarida Filipe e Carlos Lima no Campeonato do Mundo de Atletismo Adaptado de Pista Coberta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Alonso Miguel e de ter usado da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos do programa “Parlamento dos Jovens”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Tiago Branco, tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista do Primeiro Lugar de Melhor Destino de Natureza 2020**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usou da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves para fazer a apresentação do voto, seguindo-se uma intervenção do Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela celebração dos 75 anos do Grupo Desportivo Gonçalo Velho**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a apresentação do Sr. Deputado João Vasco Costa e da intervenção da Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pela inclusão dos Açores na lista dos 20 sítios mais seguros para viajar durante a Pandemia COVID-19**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Bárbara Chaves, à qual seguiram-se as intervenções dos Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e Alonso Miguel (*CDS-PP*), tendo-se seguido a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação à Cooperativa Celeiro da Terra pela Medalha de Ouro conquistada no Concurso Nacional de “Licores Conventuais e Tradicionais Portugueses”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria Eduarda Pimenta e da intervenção da Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela excelente participação dos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional das Profissões**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila, à qual seguiram-se as intervenções da Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*) e do Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela passagem dos 250 anos da Irmandade da Terça-feira do Divido Espírito Santo, de Santa Cruz das Ribeiras**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Mário Tomé, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 25 anos da ACAPO – Açores**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Usaram da palavra sobre o voto a Sra. Deputada Sónia Nicolau, para fazer a leitura do mesmo, e o Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Submetido à votação, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação à atleta Elena Furk pelo título de campeã nacional de Sub18 de Provas Combinadas em Pista Coberta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria Fátima Ferreira, usaram da palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e o Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), tendo de seguida o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pelos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Tiago Branco, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto contra a falta de apoio e de solidariedade do Governo da República em relação aos Açores no quadro da situação criada pela pandemia COVID-19**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Luís Maurício (*PSD*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Luís Bensaúde**,

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Moura, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo Falecimento do Empresário Luís Pinto Basto Bensaúde**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto foi feita pela Sra. Deputada Maria João Carreiro, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Pereira Furtado**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto foi feita pelo Sr. Deputado Mário Tomé, tendo usado da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*).

Submetido à votação, o voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Na **Agenda da Reunião** foram apresentadas e debatidas as seguintes iniciativas legislativas:

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 241/XI – “Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Justificado o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 241/XI – “Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Domingos Cunha, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Paulo Mendes (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), Francisco Coelho (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*) e as Sras. Deputadas Mónica Seidi (*PSD*) e Graça Silveira (*Independente*).

- **Projeto de Resolução n.º 169/XI – “Plano de atuação para apoiar a economia das ilhas das Flores e Corvo na sequência dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Bruno Belo, a iniciativa foi retirada pelo proponente.

- **Projeto de Resolução n.º 179/XI – “Recomenda ao governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado António Lima, usaram da palavra para participar no debate as/os Sras./Srs. Deputadas/os Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Bruno Belo (*PSD*), Sónia Nicolau (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), Joaquim Machado (*PSD*), João Vasco Costa (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Usou da palavra para defesa da honra durante o debate o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

- [Projeto de Resolução n.º 152/XI – 'Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória'](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Iniciou-se o debate com a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas 46 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário Regional.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que se possa proceder à chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Marta Cristina Moniz do Couto

Marta Ávila Matos

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Elisa Lima de Sousa

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Joaquim José Joaquim Ferreira Machado

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio de Sousa Mendes

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP e iniciaremos com a apresentação de votos como é habitual.

O primeiro é um voto de congratulação a Ana Margarida Filipe pelos dois títulos de campeã do mundo e pela conquista de duas medalhas de prata. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

Deputada Mónica Rocha (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ana Margarida Filipe pelos dois títulos de campeã do mundo e pela conquista de duas medalhas de prata

Mais uma vez, a presença da atleta Ana Margarida Filipe numa competição mundial garantiu excelentes resultados ao desporto nacional. Desta feita, a atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, arrecadou dois títulos de campeã mundial no Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Desporto Adaptado, que decorreu em finais de fevereiro em Torun, na Polónia.

Assim, Ana Margarida Filipe foi a primeira classificada no salto em altura, com um salto de 1,57 metros, que lhe valeu, também, o recorde nacional, conquistando, igualmente, o ouro para Portugal no triplo salto, com 11,83 metros, a melhor marca da temporada.

Confirmando, mais uma vez, o orgulho com que enche não só a ilha Terceira como todo o arquipélago dos Açores e o próprio país, Ana Margarida Filipe foi

mais longe e trouxe também para Portugal, o segundo lugar no salto em comprimento, com o recorde pessoal de 5,43 metros, e nos 60 m barreiras.

As duas medalhas de ouro e as duas medalhas de prata conquistadas pela atleta terceirense no Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Atletismo Adaptado VIRTUS, para atletas com deficiência intelectual, são apenas as mais recentes vitórias desportivas a acrescentar ao já longo palmarés de uma jovem que se entrega ao desporto de forma exemplar e com uma inegável capacidade.

Treinada por Ana Paula Costa, Ana Margarida Filipe já no final de 2019 conquistara quatro medalhas no INAS Global Games, disputados na Austrália, de onde trouxe a medalha de ouro na disciplina de salto em altura, medalhas de prata no triplo salto e nos 100 metros barreiras e uma de bronze no salto em comprimento.

E há um ano, no Campeonato da Europa de Atletismo de Pista Coberta, disputado na Turquia, a atleta da ACM arrecadou duas medalhas de ouro, nos 60 metros barreiras e no salto em altura, uma de prata no triplo salto e uma de bronze no salto em comprimento.

Campeã regional em diversas disciplinas e escalões etários, Ana Margarida Filipe tem representado a Região em competições nacionais, iniciando em 2015, no Campeonato do Mundo de Pista Coberta INAS, realizado na Rússia, as suas participações internacionais como membro da Seleção Nacional. Essa estreia internacional valeu à atleta terceirense duas medalhas de bronze.

Porque já é extenso o palmarés de Ana Margarida Filipe e porque já dele demos conta anteriormente, resta-nos apenas reiterar a indiscutível necessidade de incluir o desporto na vida de todas as crianças e incentivar a sua prática ao longo de toda a vida, na certeza da sua inegável mais-valia para o bem-estar, físico e mental de todos.

Porque o exemplo dado por Ana Margarida Filipe é digno de todo o nosso apreço, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das

disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pelas quatro medalhas conquistadas no Campeonato do Mundo de Pista Coberta de Desporto Adaptado, nomeadamente, pela conquista do título de campeã mundial nas disciplinas de salto em altura e de triplo salto.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à atleta Ana Margarida Filipe, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, à sua treinadora Ana Paula Costa, à Secretaria Regional da Educação e Cultura e à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD).

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Mónica Rocha, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores se associa mais uma vez ao voto de congratulação à atleta Ana Margarida Filipe.

Já todos nós conhecemos o percurso invejável desta atleta. Esperemos que continue a dignificar da forma tão honrosa que tem feito a Região neste seu percurso e desde já também uma palavra de agradecimento à sua treinadora, ao seu clube e a todos aqueles que proporcionam excelentes condições de treino para que Ana Margarida consiga alcançar os seus objetivos desportivos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a outro voto de congratulação também referente às medalhas conquistadas por Ana Margarida Filipe e Carlos Lima no Campeonato do Mundo de Atletismo Adaptado de Pista Coberta, desta feita é apresentado pelo CDS-PP e tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Medalhas conquistadas por Ana Margarida Filipe e Carlos Lima no Campeonato do Mundo de Atletismo Adaptado de Pista Coberta

Entre os dias 23 e 28 de fevereiro de 2020 decorreu a 11.^a edição do Campeonato do Mundo de Desporto Adaptado de Pista Coberta "VIRTUS", em Torun, na Polónia. Portugal esteve representado por 12 atletas, entre os quais os atletas do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira Ana Margarida Filipe, Carlos Lima e Luís Pimentel.

A seleção nacional portuguesa esteve em grande plano nestes mundiais tendo conseguido alcançar 7 medalhas de ouro, 7 de prata e 5 de bronze, incluindo o título coletivo de campeão do mundo na classificação masculina por nações, com 74 pontos, à frente da França (62 pontos) e da Espanha (55 pontos).

Das 19 medalhas conquistadas por Portugal, 5 foram alcançadas pelos atletas Açorianos, mais concretamente 2 medalhas de ouro e 2 medalhas de prata asseguradas por Ana Margarida Filipe e 1 medalha de bronze garantida por Carlos Lima.

Ana Margarida Filipe voltou a demonstrar toda a sua qualidade e capacidade atlética nesta competição, ao sagrar-se campeã mundial no triplo salto, alcançando a marca de 11,83 metros.

Depois voltou a brilhar alcançando mais 2 títulos de vice-campeã do mundo, conquistando primeiro a medalha de prata na prova de salto em comprimento, assegurando um novo recorde pessoal, com o registo de 5,43 metros e, depois, juntou ao seu extenso palmarés a medalha de prata na prova de 60 metros barreiras.

Ana Margarida Filipe terminou a sua extraordinária participação nestes mundiais sagrando-se também campeã do mundo em salto em altura, estabelecendo um novo recorde nacional com a marca de 1,57 metros.

Por seu turno, Carlos Lima coroou a sua excelente participação neste campeonato do mundo alcançando a medalha de bronze na prova de estafeta masculina dos 4x200 metros, contribuindo desta forma também para que Portugal se sagrasse campeão do mundo na classificação masculina por nações. Estes magníficos resultados derivam naturalmente da qualidade e competência individual e coletiva destes atletas, mas são também o reflexo do seu empenho, espírito de sacrifício, disciplina e dedicação ao treino.

Mais uma vez, os atletas do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, com especial destaque para Ana Margarida Filipe e Carlos Lima, deram um notável exemplo para todos os jovens atletas da nossa Região, elevando o nome da ilha Terceira, dos Açores e de Portugal aos mais altos patamares mundiais do desporto adaptado.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula os atletas Ana Margarida Filipe e Carlos Lima, do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, pelos resultados alcançados e pelas medalhas conquistadas na 11.^a edição do Campeonato do Mundo de Desporto Adaptado de Pista Coberta "VIRTUS".

Deste voto deverá ser dado conhecimento aos atletas Ana Margarida Filipe e Carlos Lima, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, à Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Artur Lima, Alonso Miguel e Catarina Cabeceiras

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

Microfone, por favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Peço desculpa.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Associamo-nos mais uma vez a este voto não só pelos feitos alcançados pela atleta Ana Filipe, mas também pelo outro atleta mencionado, o atleta Carlos Lima. Dignificam o nome da Região além-fronteiras e esperamos que consigam continuar a contribuir com estes êxitos desportivos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos do programa Parlamento dos Jovens. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos do Programa “Parlamento dos Jovens”

Em 1995, por iniciativa da Deputada Julieta Sampaio, realizou-se, na Assembleia da República, a primeira sessão com a participação das escolas do 1.º ciclo do ensino básico dos distritos de Lisboa e do Porto tendo, no ano seguinte, sido instituído a realização anual do então “Parlamento das Crianças e dos Jovens”, designação que manteve até 2006. As primeiras sessões contaram com jovens do 2.º e 3.º ciclo das escolas de todo o país e, em 2000, o programa estendeu-se aos jovens do ensino secundário.

Em 2004, o formato das sessões nacionais alterou-se tendo em vista aproximar-se da metodologia do processo legislativo parlamentar, passando a integrar um período dedicado a reuniões de comissões e outro destinado à reunião plenária. Nos anos seguintes, definiu-se o modelo que atualmente vigora, desenvolvendo-se o programa ao longo do ano letivo e em três momentos nomeadamente sessões escolares, sessões distritais ou regionais e sessões nacionais.

Em 2013, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores colaborou ativamente na sessão do Parlamento dos Jovens desse ano organizando as

sessões regionais. Na sequência do sucesso alcançado com a abordagem experimental, esta Assembleia passou a integrar o programa “Parlamento dos Jovens”, celebrando, em 2014, um protocolo com a Assembleia da República e com todos os parceiros do projeto, designadamente, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas e as Secretarias Regionais que tutelam a Educação e a Juventude nas Regiões Autónomas.

O Programa Parlamento dos Jovens - que agora celebra 25 anos - tem como objetivos, de acordo com o seu regimento, incentivar os jovens à participação cívica e política, promover a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e futuro individual e coletivo, dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses, bem como incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria.

Ao longo destes 25 anos, o programa Parlamento dos Jovens reuniu, anualmente, centenas de professores e alunos que refletiram e apresentaram propostas sobre um tema específico no contexto societário em cada momento. No entanto, é a componente cívica que o programa comporta que mais é de realçar, pois além de permitir encurtar a distância entre os jovens e a atividade política, estimula o exercício de uma cidadania ativa, da reflexão, da preparação do debate e do respeito democrático e institucional.

Esta iniciativa desperta o sentido de responsabilidade moral e social entre crianças e jovens, enquanto cidadãos responsáveis e ativos, contribuindo para que a sociedade seja cada vez mais justa e equilibrada, mais participada e coesa, mais tolerante e solidária.

O Parlamento dos Jovens é, assim, um projeto de destaque nacional, que dá a possibilidade a muitas crianças e jovens de vivenciarem a experiência de contactar de perto com o sistema político e com o processo democrático.

Este projeto institucional, que tem alcançado sucessivos resultados positivos, demonstra o sucesso de um trabalho estratégico desenvolvido entre parcerias institucionais com um objetivo comum que pressupõe a formação e a educação política, estimulando nos mais jovens a confiança no poder legislativo e promovendo, por essa via, atitudes democráticas, pois permite que os próprios passem a atuar como agentes de produção de propostas políticas em prol da sua sociedade.

O programa “Parlamento dos Jovens” contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do país e das suas regiões, bem como, para uma sociedade moldada pela tolerância, pluralismo, liberdade e respeito pela diferença.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de junho, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 25 anos do programa “Parlamento dos Jovens”, sublinhando a importância do mesmo para o fomento da participação cívica e política dos jovens.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Governo dos Açores, aos Conselhos Executivos das Escolas Básicas, Integradas e Secundárias da Região Autónoma dos Açores, bem como às Escolas Profissionais e Instituições de Ensino Privado.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Tiago Branco, José San-Bento, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)**: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores gostaria naturalmente de se associar a esta congratulação que é feita pelo Partido Socialista aos 25 anos do programa Parlamento dos Jovens.

Nós consideramos que este é um magnífico instrumento para atrair os jovens para a participação cívica e política, envolvendo-os ativamente da resolução dos problemas da sua sociedade, da sua comunidade e da nossa Região e preparando-os para aquilo que é a vida em sociedade.

Eu tive a oportunidade de participar neste programa Parlamento há sensivelmente 20 anos e estou absolutamente convencido que foi determinante no rumo que tomei e no interesse que estabeleci pela política. Portanto, espero, e o Grupo Parlamentar do CDS-PP espera, que este programa possa prolongar-se muitos e muitos anos, porque de facto tem sido um sucesso e é um exemplo daquilo que deve ser, das plataformas que devem ser criadas para que os jovens possam de facto participar ativamente na política e na vida em sociedade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD)**: Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

É também com grande com grande satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD/Açores se associa a este voto de congratulação.

Não temos a menor dúvida que estamos perante um programa de excelência que permite aos nossos jovens conhecer em certa parte *in loco* o trabalho desta Assembleia.

Gostaríamos ainda de realçar a importante componente cívica deste programa e também o ato de cidadania que envolve os jovens que deverá ser visto como um direito e como um dever de qualquer cidadão na presente sociedade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda gostaria naturalmente de se associar a este voto e obviamente salientando aquele que é o papel importante que o Parlamento dos Jovens desempenha no fomento da participação cívica, no interesse dos jovens pela intervenção política e parlamento dos jovens que tem muitas vezes, tem sempre, e este ano abordou um tema, um problema muito sério da nossa sociedade, a violência doméstica no namoro, em que os jovens tiveram a oportunidade de debater, de refletir e de propor sobre esta matéria, entre muitas outras que ao longo destes anos têm sido assuntos sobre os quais os jovens se têm debruçado e com isto termino dizendo que esta é de facto uma medida, um programa que é fundamental e fomenta efetivamente a participação e esperamos que tenha também um efeito no combate à abstenção, que é também um dos grandes problemas da nossa democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto também de congratulação “Açores galardoados pela Fundação Green Destinations na categoria Best of Nature”, é apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Açores galardoados pela Fundação “Green Destinations” na categoria “Best of Nature”

No passado mês de março, os Açores foram distinguidos pela Fundação Green Destinations como Melhor Destino de Natureza, na gala dos prémios de Destinos Sustentáveis.

A Green Destinations é uma Fundação sem fins lucrativos, que exerce a sua ação ao nível do desenvolvimento e reconhecimento sustentável de destinos turísticos, que integra um conjunto de parceiros mundiais que trabalham em benefício dos Destinos Verdes de cada país, sendo a entidade responsável pela atribuição dos Prémios de Destino Sustentável.

Na atribuição destes Prémios, a Fundação tem em conta determinados critérios, a saber:

- Destino Genuíno, em que há apoio e valorização dos valores culturais e tradicionais;
- Destino Responsável e Respeitador, onde é evitada a exploração dos profissionais do Turismo, em que o turismo excessivo não é valorizado;

- Destino Economicamente sustentável, onde se verifica o envolvimento da comunidade empresarial local e aumento do emprego na comunidade;
- Destino com meio ambiente e ações favoráveis ao clima, com medidas de combate às alterações climáticas, à degradação ambiental e poluição, com garantias de proteção da saúde pública;
- Destino de natureza, com proteção de vistas panorâmicas, paisagens, *habitats* naturais e vida selvagem.

Referir que estes prémios são divididos em sete categorias, sendo que os Açores se incluíram na categoria Best of Nature, tendo ficado em primeiro lugar na mesma, sendo que as Galápagos e o Bali ocuparam os segundo e terceiro lugar respetivamente.

É justo relembrar o caminho extraordinário que a Região tem feito ao nível do incremento da qualidade ambiental e na valorização do seu património natural, assim como a adoção de boas práticas em termos de sustentabilidade do destino. Releva igualmente para este reconhecimento, a recente certificação dos Açores como Destino de Turismo Sustentável, bem demonstrativo da qualidade ambiental das nossas ilhas e do esforço, trabalho, empenho e dedicação a que empresários e Governo têm conferido no sector do turismo, com os resultados reconhecidos por todos e que a todos deve orgulhar.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Primeiro Lugar de Melhor Destino de Natureza 2020, atribuído pela Fundação “Green Destinations”.

Que do presente voto, seja dado conhecimento à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, à Associação de Municípios da RAA, à delegação da ANAFRE na RAA, ao Conselho Económico e Social da RAA, ao Conselho

Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 junho de 2020.

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César, José San-Bento, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tudo o que venha qualificar e reconhecer o destino o destino dos Açores de forma positiva é bem-vindo, tão importante como obter galardões é conservá-los de forma a que todos os que nos visitam e todos os açorianos disfrutem de forma plena do que esta Região nos oferece.

O PSD vai votar, naturalmente, favoravelmente este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação ao Grupo Desportivo Gonçalo Velho que completou 75 anos de existência. É apresentado pelo PS. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Grupo Desportivo Gonçalo Velho completa 75 anos de existência

No passado dia 8 de junho, o Grupo Desportivo Gonçalo Velho, completou 75 anos de existência.

Fundado a 8 de junho de 1945, com o nome de Gonçalo Velho Futebol Clube e alterado em 1959 para Sporting Gonçalo Velho de Vila do Porto, a direção do Clube, em 1971, decidiu que o clube tomaria o nome de Grupo Desportivo Gonçalo Velho, nomenclatura que ostenta até aos nossos dias.

Com estatuto de Instituição de Utilidade Pública desde abril de 1998 atribuído pelo Governo dos Açores, o Grupo Desportivo Gonçalo Velho enquanto organização desportiva tem exercido uma função fundamental e de mérito relevante na sociedade mariense ao nível da prática desportiva, com especial incidência nos escalões de formação, em que crianças e jovens exercem diariamente atividade física, tão importante para o seu desenvolvimento pessoal.

Ao longo dos anos, muitos foram os atletas que passaram por este clube, que aqui jogaram com coração e com paixão, que deram muitas alegrias aos seus adeptos, conquistando vitórias quer em campeonatos em Santa Maria, como em outras ilhas dos Açores.

O Clube deslocou-se também por algumas vezes, aos Estados Unidos da América e Canadá, fazendo com que os nossos emigrantes pudessem matar saudades do seu clube de coração!

Ao longo da sua história, o clube conquistou muitos campeonatos, muitas Taças de Ilha em diversas modalidades. Na década de 60, o Gonçalo Velho tinha equipas de Basquetebol, Voleibol, Andebol e Hóquei em Patins, sendo que a modalidade mais forte sempre foi o Futebol de 11.

Dos momentos altos do Clube, destaca-se o jogo de Futebol com a CUF do Barreiro em 1960, que à época era 5.º Classificado do Campeonato da 1.º

Divisão de Portugal, bem como a excelente prestação da equipa sénior de Futebol na Taça de Portugal, em 1997, onde chegou à 3.º eliminatória, tendo sido afastada da prova no jogo realizado no continente português, com o Portomosense.

Atualmente, o Grupo Desportivo tem como modalidade mais forte, o Futsal, com escalões de escolinhas, infantis, juvenis e séniores masculinos, em que têm conquistado todos os títulos a nível local e muitos a nível regional. Modalidades como Ténis de Mesa e Basquetebol, têm sido praticadas no Clube em diversos escalões, criando diversidade e competitividade.

Também tem uma seção de pedestrianismos, permitindo a prática de trail run, modalidade que em Santa Maria tem crescido de um modo muito significativo.

O Grupo Desportivo Gonçalo Velho, apesar de existir há 75 anos, só em maio de 2015 é que conseguiu ter uma sede, através da cedência, por parte do Governo dos Açores, de um imóvel na Zona Histórica de Vila do Porto. Um lugar condigno, em que os sócios e atletas podem confraternizar e onde todo o espólio do Clube está agora guardado e acautelado. Na época, era Presidente José Manuel Chaves, que com a sua direção conseguiu concretizar o sonho antigo do Grupo Desportivo Gonçalo Velho.

Atualmente é Valério Pacheco o Presidente do Grupo Desportivo Gonçalo, com uma direção de marienses que querem continuar a levar o Clube na conquista de títulos.

Ao longo dos anos, muitas foram as pessoas que marcaram o Clube pela sua persistência e tempo despendido! Todos se lembram do Senhor Manuel Vieira Viúla, já falecido, figura marcante e incontornável do Gonçalo Velho, fundador do Clube, tendo sido Presidente, Dirigente e Treinador. Foi o Senhor Viúla que, em tempos difíceis do Clube, segurou sozinho a instituição! Atualmente, Márcio Costa é também um jovem que tem dado muito de si e do seu tempo em

prol do Clube, sendo alguém que todos respeitam, pelo seu trabalho e dedicação e que é justo aqui reconhecer.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela celebração dos 75 anos do Grupo Desportivo Gonçalo Velho, da ilha de Santa Maria.

Que do presente voto, seja dado conhecimento ao Grupo Desportivo Gonçalo Velho e à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 17 junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, João Costa, José Ávila, Maria Isabel Quinto e Bárbara Chaves

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente ao voto de congratulação pelos 75 anos do Grupo Desportivo Gonçalo Velho, um clube com uma vasta história nas mais variadas modalidades, mas com principal incidência no futebol.

Um bem-haja ao Grupo Desportivo Gonçalo Velho pelo excelente percurso que tem feito ao longo destes 75 anos e pelo contributo que continua a dar ao desporto mariense.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação apresentado pelo Partido Socialista referente aos Açores distinguidos como um dos 20 sítios mais seguros para viajar durante a pandemia COVID-19. Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Açores distinguidos como um dos vinte sítios mais seguros para viajar durante a Pandemia COVID-19

No início do mês de junho, a organização European Best Destination atribuiu aos Açores a distinção "Coronavirus Safest Destination", incluindo a Região na lista dos 20 destinos mais seguros da Europa para viajar durante a Pandemia COVID-19.

A inclusão nesta lista está relacionada com a implementação de medidas de segurança sanitária, incluindo a higienização em acomodações, restaurantes, estabelecimentos comerciais e atividades económicas associadas, assim como ao reduzido número de casos COVID-19 e à segurança reconhecida ao nível dos serviços prestados.

Também é critério de inclusão, locais onde é possível manter, com facilidade, o distanciamento social, o acesso a cuidados de saúde, valorizando a existência de um número maior de leitos hospitalares, por habitante, do que na maioria dos países europeus.

É justo dizer que, a inclusão dos Açores nesta lista, reconhece o trabalho, a persistência, a insistência, o nunca desistir, a capacidade de adaptação e de resiliência de todos os intervenientes na pandemia COVID-19 que ainda estamos a passar.

Reconhece o esforço de todas as famílias que respeitaram as indicações da Autoridade Regional de Saúde, de todas as empresas regionais que mantiveram a atividade comercial aberta e disponível para o abastecimento de bens essenciais à população, mantendo as regras e orientações das autoridades para manter os seus estabelecimentos seguros em termos sanitários.

O reconhecimento de todos os empresários que tiveram de fechar temporariamente para respeitarem as contingências devidas aos diferentes estados de proteção civil aplicados pelas Autoridades Regionais e Nacionais, com as implicações económicas daí advindas e que encerraram para proteção de todos nós.

De todos os profissionais de saúde que se dedicaram de um modo pleno ao acudir a todos os que necessitaram de cuidados de saúde, quer devido à COVID-19 como às outras patologias dos utentes do Serviço Regional de Saúde.

A todos os que, no Governo Regional, se dedicaram de um modo empenhado na criação de medidas para fazer face aos desafios diários que nos deparamos, por forma a que a proteção dos Açorianos fosse conseguida e o combate à Pandemia COVID-19, efetiva.

A inclusão dos Açores na Lista dos 20 sítios mais seguros para viajar durante a COVID-19, para além de reconhecer o esforço de todos os Açorianos e que levou a que os Açores tenham atingido, à data, os zero casos ativos de COVID-19, também nos confere responsabilidade na manutenção desse estatuto continuando a implementar determinadas medidas de controlo que nos permitam detetar a todo o momento e em qualquer situação, casos de infeção por COVID-19, mantendo todas as regras de distanciamento social e higienização dos espaços.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região

Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela inclusão dos Açores na lista dos 20 sítios mais seguros para viajar durante a Pandemia COVID-19.

Que do presente voto seja dado conhecimento à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores e ao Governo dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 17 junho de 2020.

Os Deputados, Bárbara Chaves, Francisco César, José San-Bento, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(* **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente a este voto. Qualquer distinção que venha a reconhecer o destino Açores como destino seguro é bem-vindo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(* **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se com gosto a esta congratulação que é feita.

Nós consideramos que este tipo de distinções que partem de entidades que são credíveis e que são reconhecidas, como é o caso da European Best Destination, e que trazem contributos para que possa haver uma retoma do nosso setor turístico e também do relançamento da nossa economia, porque no fundo ajudam a retomar a confiança de quem nos quer visitar, dando garantias de que este de facto é um destino seguro e isso é muito importante depois de um clima de medo que se gerou na Região que importa muito rapidamente e com

segurança dirimir para que nós possamos retomar a nossa economia e possamos retomar a trajetória que nós tínhamos no turismo antes desta pandemia.

Portanto, associamo-nos a esta distinção e a esta congratulação pela distinção de sermos uma Região considerada como um dos 20 sítios mais seguros para viajar durante esta pandemia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação à Cooperativa Celeiro da Terra por ter vencido a medalha de ouro no 9.º Concurso Nacional de Licores Conventuais e Tradicionais Portugueses. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Eduarda Pimenta.

Deputada Eduarda Pimenta (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

9.º Concurso Nacional de Licores Conventuais e Tradicionais Portugueses.

Cooperativa Celeiro da Terra

O Licor de Chá da Cooperativa Celeiro da Terra venceu a “Medalha de Ouro” no 9.º Concurso Nacional de Licores Conventuais e Tradicionais Portugueses.

Este Concurso enquadra-se no âmbito de um conjunto de iniciativas promovidas pelo CNEMA (Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, S.A.), que decorreu no passado dia 9 de março em Santarém, e teve

como principal objetivo “premiar, promover, valorizar e divulgar os licores conventuais e os tradicionais portugueses, genuínos e exclusivamente produzidos em território nacional”.

A Cooperativa Celeiro da Terra, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolve como principais atividades: a produção e comercialização de biscoitos, compotas, licores e artesanato. Os produtos alimentares, são elaborados através da matéria-prima local, frutos colhidos nos campos e hortas do concelho da Povoação, confeccionados de forma artesanal, com os saberes dos nossos antepassados, conferindo um sabor único oriundo das nossas raízes.

Nos últimos anos, a Cooperativa Celeiro da Terra tem vindo a arrecadar diversas distinções nacionais. Embora se corra o risco de parecer exaustivo, vale a pena salientar as inúmeras vitórias da cooperativa, para demonstrar a qualidade reconhecida e premiada dos seus produtos. Em 2016, o licor de tangerina com a Medalha de Ouro na categoria de citrinos e o doce de ananás é premiado no concurso “*Great Taste*”. Em 2017, o licor de Leite recebeu a Medalha de Prata e logo no ano seguinte o licor de café vence a Medalha de Ouro. Em 2019, o licor de nêspira arrecada a Medalha de Prata e o doce de capucho igualmente a Medalha de Prata. Este ano, o Licor de Chá vence a Medalha de Ouro.

A qualidade excecional dos produtos comercializados pela Cooperativa Celeiro da Terra dá continuidade a um percurso de reconhecimento e qualidade da marca Açores e premeia todos os seus profissionais e colaboradores, comprometidos com os elevados níveis de qualidade exigidos e procura de excelência.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS, nos termos regimentais aplicáveis, propõe a aprovação de um Voto de Congratulação à Cooperativa Celeiro da Terra, pela Medalha de Ouro conquistada no Concurso Nacional de “Licores Conventuais e Tradicionais Portugueses”, o qual deve ser dado conhecimento à Cooperativa

Celeiro da Terra, à Câmara Municipal da Povoação e Junta de Freguesia da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Maria Eduarda Pimenta, Francisco César, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Associamo-nos com muito gosto ao voto de congratulação à Cooperativa Celeiro da Terra, cujo Licor de Chá venceu a Medalha de Ouro no 9.º Concurso Nacional de Licores Conventuais e Tradicionais.

Não temos dúvidas que este é mais um reconhecimento da qualidade excecional dos produtos que comercializa esta instituição particular de solidariedade social. Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é também de congratulação pela excelente prestação dos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional das Profissões.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila pelo PS.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela excelente prestação dos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional das Profissões

Subir à tribuna deste Parlamento é sempre uma honra.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Subir à tribuna desta casa para valorizar os Açores e os açorianos é um gosto enorme. Mas, confesso que tem um sentimento especial subir a esta tribuna para valorizar os jovens açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: É de um orgulho que me enche e que em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, eu digo: é um orgulho que nos enche a alma.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E temo-lo feito tantas e tantas vezes. Eles merecem!

Desta feita subo a esta tribuna para valorizar a prestação dos jovens açorianos que participaram no 44.º Campeonato Nacional das Profissões e que decorreu no passado mês de fevereiro, em Setúbal.

Com gosto, esforço e dedicação, num evento com cerca de quatrocentos participantes de todo o País, a concorrer em quarenta e quatro profissões, os jovens açorianos trouxeram mais catorze medalhas que se juntam a mais de cem medalhas já conquistadas no espaço de dezasseis anos.

Sem esquecer todas as estruturas escolares de apoio e os seus formadores, vale a pena destacar cada um destes jovens que trouxeram cinco medalhas de bronze, sete medalhas de prata e duas medalhas de ouro:

- O André Leandres e o Diogo Lima da EPROSEC em Multimédia – Animação /Vídeo;

- O João Câmara da EPROSEC em Contabilidade e Gestão;
- O Messias Rodrigues da Escola de Novas Tecnologias dos Açores em Gestão de Redes Informáticas (melhor concorrente da Região).
- O Tiago Cardoso da Escola Profissional da Praia da Vitória em Desenvolvimento de Aplicações Informáticas Empresariais;
- O Bernardo Oliveira da Escola Profissional da Praia da Vitória em Serviço de Restaurante e Bar;
- O André Arruda da Escola Profissional das Capelas em Eletrónica Industrial;
- A Ana Soares da Escola Profissional da Praia da Vitória em Pastelaria;
- O André Arruda da Escola Profissional das Capelas em Eletrónica Industrial;
- O Alexandre Rangel da Escola de Novas Tecnologias dos Açores em Gestão de Redes Informáticas;
- O Rodrigo Anjos da EPROSEC em *Web Technologies*;
- O Emanuel Corrêa da Escola Profissional das Capelas em Eletricidade e Instalações;
- O João Fraga da Escola de Novas Tecnologias dos Açores em Desenvolvimento de Jogos Digitais;
- E o Hugo Leandro da EPROSEC em Contabilidade e Gestão;

A todos eles, o nosso maior reconhecimento porque o seu trabalho prestigia as suas Escolas, os seus formadores e sobretudo a nossa Região e o Ensino Profissional que nela é ministrado.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao abrigo das disposições regimentais em vigor, propõe a esta Assembleia a aprovação de um voto de congratulação pela excelente participação dos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional das Profissões e que dele seja dado conhecimento aos próprios, às suas Escolas e aos seus formadores.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, João Paulo Ávila, Renata Correia Botelho, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os resultados alcançados por estes jovens nos Açores de facto é um motivo de honra para todos nós. Aqueles que se esforçam para atingir melhores resultados seja no âmbito da sua componente curricular ao longo do seu percurso escolar e de formação, seja como na participação de projetos de dimensão nacional ou internacional que levem os Açores além-fronteiras deve ser enaltecido nesta Região.

Os resultados aqui atingidos constituem um motivo para se apostar na educação e formação dos nossos jovens em prol de um futuro de sucesso, mas, no entanto, importa garantir precisamente a ocupação destes jovens face à taxa de desemprego jovem nos Açores que merece a nossa preocupação e de facto que eles tenham uma ocupação depois do forte investimento que é feito na sua formação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Merecem também aqui um apreço especial todos aqueles que apoiaram e motivaram a participação destes jovens, nomeadamente os formadores, os assistentes operacionais, os assistentes de ação educativa, as próprias escolas, pelo que o PSD associa-se naturalmente ao voto de congratulação pela excelente prestação dos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional de Profissões.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP associa-se a este voto de congratulação por esta excelente prestação dos nossos jovens açorianos no 44.º Campeonato Nacional das Profissões e estes resultados dignificam e muito a nossa Região Autónoma dos Açores e são o reflexo do mérito e da extraordinária qualidade da competência e do empenho dos nossos jovens a quem nós damos os parabéns pelos resultados obtidos e que esperamos que possam de futuro ter o reconhecimento de todo este trabalho e empenho na concretização dos seus objetivos pessoais e no encontrar de trabalho na nossa Região, para que se possam fixar, para que possam contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto é de congratulação pela comemoração dos 250 anos da Irmandade da 3.ª Feira do Divino Espírito Santo de Santa Cruz das Ribeiras.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Comemoração dos 250 anos da Irmandade da 3.^a Feira do Divino Espírito Santo de Santa Cruz das Ribeiras

Os Açores estão inequivocamente associados às Festas do Espírito Santo, cuja origem aparenta remontar ao século XIV, em que a Santíssima Trindade era festejada com banquetes coletivos, designados de Bodo aos Pobres, com a distribuição de comida e de esmolas.

O culto ao Divino Espírito Santo é hoje um dos mais significativos fatores da identidade do povo açoriano, de tal modo que o dia da Autonomia coincide com a segunda-feira do Espírito Santo. Esta festa não é só religiosa, liga-se a outro tipo de tradições, como às festas populares das nossas comunidades. É exemplo de uma tradição forte que liga o religioso ao profano.

Os Impérios e as Irmandades do Divino Espírito Santo são um dos traços mais marcantes da nossa identidade, constituindo um culto que para além de marcar o quotidiano insular, determina traços identitários que acompanham os açorianos para todos os lugares onde a emigração os levou.

As festas do Divino Espírito Santo é a Festa do povo açoriano, uma festa feita em forma de dádiva e partilha, através do pão, do vinho e da carne, das tradicionais procissões e arraiais, este ano suspensas, devido à pandemia e “vivas” de forma diferente.

No passado dia 2 de junho, a Irmandade da Terça-Feira do Divino Espírito Santo, sedeadada em Santa Cruz, freguesia de Ribeiras comemorou duzentos e cinquenta anos de existência, assinalando a data com missa e com o descerrar de uma placa alusiva à efeméride.

A Irmandade foi fundada pelos marítimos de Santa Cruz em 1770, inicialmente denominava-se Sociedade Marítima do Porto de Santa Cruz.

Durante longos anos esta Sociedade foi a única que organizava e festejava a festa do Espírito Santo em Santa Cruz das Ribeiras, anos mais tarde, só em 1908 é fundada a Irmandade da Segunda Feira do Espírito Santo, da mesma localidade.

Em 1920, os responsáveis pela Sociedade Marítima do Porto de Santa Cruz decidem então alterar o nome da mesma para Irmandade da Terça-Feira do Divino Espírito Santo, permanecendo até hoje, o mesmo nome.

Inicialmente existia uma capela, que mais tarde em 1933 foi demolida sendo construída a atual capela em 1934, que tem servido de império nas festividades do Espírito Santo em Santa Cruz.

Eram Irmãos da Terça-Feira os marítimos de Santa Cruz, que tripulavam barcos de boca aberta, botes baleeiros, iates de passageiros e carga, e traineiras de pesca do atum.

Cada embarcação tinha o seu ano de promover a festa da Terça-Feira do Divino Espírito Santo.

O Mordomo da festa era aquele que era mestre do barco de boca aberta da pesca artesanal, o oficial do bote baleeiro, o mestre do iate ou mestre de traineira do atum.

A partir de 1986 a Irmandade da Terça-Feira do Divino Espírito Santo deixa de ter embarcações com função de mordomo de jantar, mas, continua a ter sempre Irmãos de contribuição monetária até 1995, com as traineiras do atum, Carmona e Salazar.

Passa a ser uma Irmandade sem Irmãos de Jantar, devido ao facto dos barcos de boca aberta, iates de passageiros, botes baleeiros e os barcos de pesca do atum há muito terem deixado de o ser.

Passaram a ser Mordomos de Jantar pessoas particulares, que por promessa ou simplesmente com a vontade de levarem o Senhor Espírito Santo, realizam,

assim, o jantar da Irmandade e a organização dos cortejos, representando a Irmandade no dia da sua festa anual.

Ao longo destes anos a Irmandade sempre ajudou financeiramente os Mordomos da festa.

Desde sempre que a Irmandade recebe o contributo das pessoas na sua dádiva de rosquilhas para o império da Terça Feira.

No ano 2000, foram elaborados os primeiros Estatutos da Irmandade. Inicialmente e durante alguns anos era em casa do Mordomo ou, quando se tornava pequena, as pessoas eram divididas pelas casas dos vizinhos. Por vezes foi realizado na casa da Irmandade da Segunda Feira do Espírito Santo.

Atualmente o Mordomo da festa tem utilizado a sede da Sociedade Filarmónica Recreio Ribeirense para a organização do tradicional almoço em louvor do Divino Espírito Santo.

No dia da festa, os irmãos reúnem açafates de centenas de rosquilhas em que alguns se inserem no cortejo/procissão, percorrendo o itinerário até à denominada “Capelinha”, império da Terça-Feira do Divino Espírito Santo. Durante o tradicional Arraial são distribuídas rosquilhas e vinho a todos os presentes que tomam parte nos festejos do império.

Ao longo dos anos a Irmandade tem tido vários presidentes, conhecendo-se os últimos três: João Silveira Alves, 1929/1966; Manuel Silveira Alves, 1966/1995; e Rúben Manuel Silveira Alves, 1995/ até à presente data.

De enaltecer a importância, a dedicação, a persistência e o contributo da família Alves em manter viva e dar continuidade às nossas tradições, através da Irmandade da Terça-feira do Divino Espírito Santo, e em especial ao seu atual presidente, Sr. Ruben Manuel Silveira Alves, que nos últimos vinte e cinco anos e perante enormes dificuldades tem as sabido superar, com muito esforço pessoal e familiar.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem dos duzentos e cinquenta anos da Irmandade da Terça-feira do Divido Espírito Santo, de Santa Cruz das Ribeiras, do qual deve ser dado conhecimento formal à Irmandade do Divino Espírito Santo, ao Pároco da Paróquia de Santa Cruz das Ribeiras, à Junta de Freguesia das Ribeiras e à Assembleia e Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Mário Tomé, Maria Isabel Quinto e Marta Matos.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 25 anos da ACAPO-Açores. É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos da ACAPO - Açores

A delegação dos Açores da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) comemorou, a 16 de março de 2020, o seu 25.º aniversário.

Os primeiros passos para a sua criação foram dados pela abertura de um núcleo de Ponta Delgada, hoje constituído como delegação dos Açores.

Atualmente a ACAPO, delegação Açores, tem como Presidente da Direção Pedro Resendes.

A ACAPO é uma instituição que se tem afirmado numa sociedade onde a inclusão ainda tem um longo caminho a percorrer.

Quero aqui destacar aquele que foi um excerto da entrevista do Sr. Presidente da Direção, Pedro Resendes, que me parece bastante importante neste momento que se vive da comemoração e não só e passo a citar: “Houve uma evolução bastante grande, mas a grande questão é o que ainda falta fazer. Em 1995, as coisas eram muito menos desenvolvidas. Havia uma situação de alguma discriminação e de alguma vergonha, de não sair de casa por se ser diferente dos outros. E conseguiu-se acabar, mais ou menos, com esse problema (...). Portanto, conseguiu-se que se abrissem à sociedade e se mostrassem, sem que tivessem vergonha de serem cegas ou de terem baixa visão.” (entrevista a 30 de março de 2020).

O trabalho diário da ACAPO alerta para as necessárias correções e sensibiliza-nos para um mundo melhor, por vezes paralelo em vez de simultâneo, onde todos podemos e devemos contribuir para a mudança. A inclusão e a coesão social são parte dos atributos de uma sociedade progressista que valorizamos e assumimos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um Voto de Congratulação à ACAPO - delegação Açores, dando conhecimento aos seus órgãos sociais.

Horta, Sala de Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Sónia Nicolau, Maria Eduarda Pimenta, Marta Couto e José Ávila

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Haja saúde a todos!

O PSD/Açores associa-se a este voto porque associações como a ACAPO contribuem muito para a inclusão destas pessoas que, embora com algumas diferenças, todos somos iguais, todos somos açorianos.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação apresentado pelo Partido Socialista refere-se a Elena Furk pelo título de campeã nacional de sub18, provas combinadas em pista coberta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

Deputada Maria Fátima Ferreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO**Elena Furk pelo título de campeã nacional de Sub18 de Provas
Combinadas em Pista Coberta**

A atleta Elena Furk do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira ficou em primeiro lugar no Campeonato Nacional de Sub18 de Provas Combinadas em Pista Coberta, que se disputou no segundo fim de semana de janeiro em Pombal.

Ao título de campeã nacional, Elena Furk juntou, no final do mesmo mês de janeiro, o terceiro lugar no Torneio Ibérico de Provas Combinadas de Sub-18 em Pista Coberta, realizado em Madrid, Espanha.

A prestação da atleta valeu, assim, à Seleção Nacional a medalha de bronze no Pentatlo, com 3.507 pontos, novo recorde pessoal para Elena Furk que, com esta pontuação superou os anteriores 3.403, obtidos nesta mesma competição o ano passado em Pombal.

O recente, mas já premiado palmarés da atleta da ilha Terceira inclui, igualmente, o título de vice-campeã nacional no Salto em Altura, na 1.ª jornada do Campeonato Nacional sub18 de Juvenis, realizado em Fátima.

A jovem atleta esteve também em destaque nos Jogos das Ilhas, realizado na Córsega em maio do ano passado, ao ser a 1.ª classificada no Salto em Altura e no triplo salto e 2.ª classificada no salto em comprimento.

É, por isso, notória a qualidade da promissora atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, cujo futuro no atletismo regional, nacional e, até, mundial, se anuncia auspicioso.

Os excelentes resultados de Elena Furk comprovam a qualidade do trabalho que está a ser levado a cabo na ilha Terceira e no arquipélago dos Açores em geral em termos de formação e prática desportiva.

Por tudo isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho de 2020, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Elena Furk pelo título de campeã nacional de Sub18 de Provas Combinadas em Pista Coberta.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à atleta Elena Furk, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira e à Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, Maria de Fátima Ferreira, Maria Isabel Quinto e José Ávila

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Grupo Parlamentar do PSD/Açores também se associa a este voto com muita satisfação.

Já conhecíamos o percurso desta atleta, da Elena Furk, e esperamos que continue e que lhe sejam proporcionadas todas as condições de treino para que continue a sua almejada carreira.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Membro do Governo:

Naturalmente que o CDS-PP se associa a este voto de congratulação pela conquista do título de campeã nacional por parte da Elena Furk, no nacional de sub18 das provas combinadas em pista coberta, e esta é de facto uma forma de coroar um já extenso e extraordinário palmarés que esta atleta, que esta jovem tem e também reflete claramente a qualidade individual, mas também o empenho e o espírito de sacrifício que esta atleta tem e que é também o reflexo, a imagem dos atletas açorianos e também é mais uma vez reflexo da qualidade do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira que mais uma vez reflete aqui a qualidade de toda a equipa técnica, dos seus dirigentes e dos seus órgãos.

Portanto, parabéns, à jovem Elena Furk e também parabéns à Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de congratulação refere-se aos 500 anos da Santa Casa de Misericórdia da Horta. É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta

A Santa Casa da Misericórdia da Horta é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de referência da ilha do Faial fundada entre 1520 e 1522, de acordo com os Anais do Município da Horta.

Em fevereiro passado iniciou as comemorações dos seus 500 anos de história, recheados de um trabalho incontornável e dedicação ao serviço da comunidade açoriana e, em particular, da ilha do Faial e dos Faialenses.

É filiada na União das Misericórdias Portuguesas e membro da União Regional das Misericórdias dos Açores assim como da União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social e da Rede Europeia Anti Pobreza.

No âmbito dos seus valores e missão, e citando o seu Compromisso, “(...) é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.”.

No momento, a Santa Casa da Misericórdia da Horta dispõe de sete valências, sendo elas o Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Atividades Ocupacionais, Lar Residencial, Atividades de Tempos Livres, Centro de Dia e Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Esta Misericórdia tem hoje, tal como no passado, um papel muito relevante na economia local e no domínio social, sendo uma das maiores empregadoras do concelho da Horta, com cerca de 170 colaboradores, e prestando apoio, de diversos níveis, a centenas de pessoas.

O trabalho por ela desenvolvido ao longo de cinco séculos de história deve merecer o reconhecimento desta Assembleia e a homenagem aqui efetuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores a todos os utentes, colaboradores, irmãos, voluntários e membros dos órgãos sociais pelo trabalho

sem igual desenvolvido até hoje e pelo contributo dado para o desenvolvimento socio-económico da ilha do Faial.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de junho, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia da Horta, à União Regional da Misericórdias dos Açores e à União das Misericórdias Portuguesas.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Tiago Branco, José Ávila e Maria Isabel Quinto.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD vai associar-se a este voto e informar a câmara que no dia de amanhã também apresentaremos um voto pelos 500 anos da Misericórdia da Horta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora fazer um intervalo.

Regressamos às 11 horas e 55 minutos.

Eram 11 horas e 24 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Vamos continuar com a apresentação de votos.

O próximo é de protesto contra a falta de apoio e de solidariedade do Governo da República em relação aos Açores no quadro da situação criada pela pandemia COVID-19. É apresentado pelo PPM. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

Contra a falta de apoio e de solidariedade do Governo da República em relação aos Açores no quadro da situação criada pela pandemia COVID-19

O Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por ocasião das fortes intempéries que assolaram a Região Autónoma dos Açores no dia 14 de março de 2013 e que provocaram a morte de três pessoas e prejuízos estimados em cerca de 35 milhões de euros,

uma Resolução que visava a "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente".

O Grupo Parlamentar do PS/Açores considerava então que o apoio prestado pelo Governo da República da época, liderado por Passos Coelho, que no essencial se limitava a autorizar "que os municípios afetados ultrapassem os limites de endividamento líquido e de endividamento de médio e longo prazo, pelo valor estritamente necessário à contração de empréstimos para financiamento das intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e equipamentos municipais atingidos", constituía, "um retrocesso incompreensível e, por outro lado, um lamentável equívoco que urge corrigir".

O Grupo Parlamentar do PS/Açores foi mesmo mais longe na sua indignação. De acordo com os socialistas, "a medida anunciada pelo Conselho de Ministros não tem qualquer efeito prático para além de ser uma provocação intolerável aos órgãos próprios da Autonomia e um insulto à inteligência dos açorianos. O Governo da República aproveitou a Páscoa [e estou a citar] para seguir o exemplo de Pôncio Pilatos, lavando as mãos das responsabilidades e voltando as costas aos açorianos. Isto na medida em que "o Governo da República [e volto a citar] tenta dar a ideia de que criou um mecanismo de apoio, mas recusa-se a despende um único cêntimo para ajudar a nossa Região e as populações afetadas".

"Com esta decisão e com esta postura, o Governo da República mostra, mais uma vez, [continuo a citar] que trata os açorianos como portugueses de segunda, recusando-se a aplicar os mais básicos princípios de solidariedade nacional que se impõem nesta matéria."

Ora o apoio concedido à Região pelo atual Governo da República, no contexto dos enormes prejuízos económicos causados pela pandemia, tem

essencialmente a mesma natureza, é justo reconhecer isto. A proposta de Lei n.º 33/XIV limita-se a “autorizar o aumento [e cito] do endividamento líquido da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, visando a cobertura de necessidades excepcionais de financiamento para fazer face aos efeitos, diretos e indiretos, causados pela pandemia da doença COVID-19, bem como suspender os limites ao endividamento regional estabelecidos na Lei das Finanças das Regiões Autónomas”.

Trata-se exatamente do mesmo tipo de apoio e da mesma falta de solidariedade que caracterizou a situação de 2013.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, veementemente, a forma como, no contexto da atual crise, o Governo da República está a tratar os açorianos como portugueses de segunda, recusando-se a aplicar os mais básicos princípios de solidariedade nacional que se impõem nesta matéria e nestas circunstâncias.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020

O Deputado, Paulo Estêvão

Presidente: Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós não podemos acompanhar este voto de protesto apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, desde logo porque o CDS foi o primeiro partido a defender a suspensão das regras de equilíbrio orçamental e do limite do endividamento previstas na Lei das Finanças Regionais, por forma a permitir

que a nossa Região tivesse a capacidade de promover os recursos financeiros indispensáveis para nós fazermos face a esta crise que agora atravessamos.

Para o CDS tempos excecionais, medidas excecionais e sempre defendemos que esta é uma medida fundamental para o exercício da nossa autonomia política, permitindo uma resposta imediata aos desafios que temos pela frente de forma a reerguermos os nossos setores económicos, o emprego e o rendimento das famílias açorianas.

Reconhecemos que no decorrer do estado de emergência nem sempre houve a solidariedade que se impunha e que esperávamos pela parte do Governo da República como se verificou no caso do pedido de cancelamento das ligações aéreas para a Região.

Contudo, consideramos que neste momento tão importante da vida dos açorianos e para o futuro da Região temos de ser capazes de afirmar aquilo que é realmente prioritário e que entendemos como justo junto ao Governo da República.

Acreditamos que este ainda não é de facto um processo fechado. É verdade que em 2013 nós esperávamos mais solidariedade por parte da República, mas acreditamos que ainda haverá tempo e oportunidade para que a República demonstre aquilo que se esperava em termos de solidariedade para com a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem agora a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar a minha primeira intervenção pós pandemia felicitando todos os colegas, particularmente o Governo e manifestando o grande gosto que

é voltarmos às nossas sessões, ao nosso insubstituível convívio presencial. Bem-haja a todos!

Queria começar por dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, vamos comparar o que é comparável. Em março de 2013 os Açores foram fustigados por uma calamidade natural com particular incidência na ilha Terceira e nessa altura quando os Açores estavam perante uma calamidade que apenas tinha atingido a Região, onde se impunha uma solidariedade nacional, onde um governo deste país estava por isso perante um teste absolutamente objetivo quanto à sua capacidade de compreensão do país, da dimensão atlântica do nosso território, aquilo que nos disseram foi, infelizmente, os senhores vão à banca. Estávamos a falar de um prejuízo de custos no total de 35 milhões de euros.

Por isso, nós temos de comparar o que é comparável e o que é comparável com essa circunstância que o senhor erradamente coloca no seu voto foi aquilo que infelizmente nos voltou a acontecer em outubro de 2019, as calamidades naturais provocadas pela ocorrência do furacão Lorenzo e aí o que é que nós assistimos?

Nós assistimos a um Governo da República do PS que disse assim que se soube do custo total de prejuízos que envolveu a passagem desta grande tempestade, a primeira oportunidade que o Governo da República teve foi de dizer “contem connosco, nós somos solidários, nós ajudaremos os Açores”. Isso é que é o ato que deve ser aqui destacado.

Em 2013, quando só os Açores foram afetados por uma calamidade, um Governo do PSD perante um custo de 35 milhões mandou ir-nos à banca, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É verdade!

O Orador: ... em 2019, na mesma circunstância, quando só os Açores foram assolados por uma tempestade, um Governo do PS, perante um custo de prejuízos superior a 300 milhões de euros disse “nós somos solidários, nós

estamos aqui, nós pagamos quase tudo o que acarretou de prejuízo por essa tempestade.” E isso é que tem de ser sublinhado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é que é solidariedade, isto é que é um orgulho para qualquer açoriano, eu diria mesmo para qualquer português.

Outra coisa completamente diferente, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é aquilo que o senhor tentou mostrar comparando, como diz o nosso povo com grande sabedoria “alhos com cebolas”.

Deputada Graça Silveira (Independente): “Alhos com bugalhos”, senhor!

O Orador: “Alhos com bugalhos.” Na minha terra é com cebolas, mas a senhora fique com os seus bugalhos, eu não lhe quero roubar os bugalhos, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas quem é que compara alhos com cebola? Só o senhor!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Vamos então falar de comparações que não fazem sentido e o erro que incorre a distorção dos factos que o PPM elabora neste voto.

Aquilo que aconteceu recentemente, como todos sabem e que tanto o indigna, foi uma calamidade provocada por uma pandemia sanitária que envolveu – já não vou falar no mundo, já não vou falar na Europa – todo o nosso país, as nossas duas regiões autónomas, o país de norte a sul, do interior ao litoral, infelizmente. Todo o nosso território, toda a nossa população foi afetada direta ou indiretamente (a maioria indiretamente) pela pandemia do COVID-19 e aquilo que nós assistimos e aquilo que o senhor designa como um tratamento de segunda não é verdade, Sr. Deputado. Não é verdade!

Aliás, o que nós estamos aqui a constatar em relação às medidas ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... que o senhor tanto se indigna nós estamos a falar de medidas que foram acordadas e negociadas entre o Governo do país, o Governo da República, e as duas regiões autónomas e isso tem a ver com um conjunto de medidas que eu não vou ter tempo aqui para as poder expor, mas posso falar na linha Açores COVID para diversos apoios às nossas empresas, dezenas e dezenas de outras medidas desenvolvidas pelo Governo da República em que a Região também as complementou e as majorou, isso envolveu sempre uma troca de informação e uma negociação com a Região, as flexibilizações das regras de utilização dos fundos comunitários onde também houve sempre da parte da República a consideração das duas regiões autónomas para se poder mobilizar rapidamente os fundos europeus ainda disponíveis para acudir às circunstâncias da COVID-19 e agora as questões relacionadas com o nível de endividamento, a flexibilização do nível de endividamento regional até 10% do PIB.

Isto foi uma medida acordada, uma medida que também resulta do que estava aliás inscrito no programa de estabilização económico e social, naquilo que veio a ser aprovado no orçamento rectificativo e que terá efeitos a partir do momento em que o orçamento rectificativo seja aprovado. Portanto, não há discriminação absolutamente nenhuma. Houve sim solidariedade, entendimento, negociação ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e uma procura de boas soluções para os Açores.

Este seu voto, Sr. Deputado, não faz qualquer sentido, é um voto que distorce a verdade, manipula a realidade e que não tem qualquer sentido, nem qualquer sustentabilidade naquilo que é realmente a verdade e os factos como eu aqui procurei sustentar.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não conseguiu!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD foi coerente em 2013 votando nesta Casa, acompanhado por todos os outros partidos, uma pronúncia relativamente à ajuda do Governo da República de então sobre as intempéries ocorridas em 2013. Fomos coerentes nessa altura, porque achávamos que aquilo que a nível nacional o Primeiro Ministro e o Governo por ele liderado tinha dito ou tinha assumido perante a Região não era aquilo que os açorianos precisavam e em primeiro lugar esteve o interesse dos Açores ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... e foi por isso que independentemente da cor do governo que governava na República, numa situação de extrema dificuldade financeira a que o Primeiro Ministro José Sócrates tinha deixado o país (é preciso que não se esqueça disso) ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: ... o PSD esteve ao lado dos açorianos e votou por unanimidade a pronúncia da Assembleia Regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Esta mesma coerência tem o PSD no presente. O seu líder regional tem-no afirmado por diferentes vezes que em função da calamidade que nos assolou o PSD estaria a favor do endividamento da Região, estaria a favor da

reprogramação do quadro comunitário que permitisse a recondução de verbas direcionadas para a saúde, para as consequências económicas da pandemia, para o apoio à economia, nomeadamente para o apoio às empresas e para a criação de emprego, defendeu ou manifestou-se disponível para votar favoravelmente um orçamento rectificativo na Assembleia Regional que permitisse a reorientação de verbas de determinado tipo de investimentos previstos, mas que pudessem ser reconduzidos a favor do apoio à saúde, à economia, o apoio às empresas e à criação de emprego e estivemos de forma coerente votando favoravelmente na Assembleia da República um orçamento rectificativo que permite à Região a possibilidade de se endividar até um limite de 10% do PIB de 2018.

Não o poderíamos fazer de outra maneira, porque isso é o mínimo que se poderia exigir. Agora, na verdade o comportamento do atual Governo da República é muito semelhante àquele comportamento que na altura e em 2013 o governo de Passos Coelho teve.

Deputado Francisco César (PS): Não tem nada a ver!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquilo que os senhores disseram e nós concordamos, aprovando também ao vosso lado, ao lado de todos os partidos nesta bancada, de que o ir à banca não era correto para os açorianos, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas é que não era só isso!

O Orador: ... aquilo que o Governo da República agora fez foi precisamente o mesmo, o mínimo: “Vão à banca, endividem-se”, sem que lá esteja inscrito pelo menos o facto de dizer “o Governo da República dá um aval à cobertura dessa dívida, para que os juros dessa dívida ao nível da Região possam ser mais baixos do que se fosse o Governo Regional a suportar esse endividamento.”

Deputados Bruno Belo e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, aceitando e apoiando pelo seu voto na Assembleia da República ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... a possibilidade da Região se endividar, nós achamos que o Governo da República deveria ter perante a Região um apoio mais substantivo, um apoio mais efetivo, possibilitando que a Região pudesse usufruir de apoios sem ter necessidade de se endividar a fundo perdido, da mesma forma que a Europa apoiou a fundo perdido os seus estados membros era admissível que o Governo da República pudesse apoiar a Região a fundo perdido.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Era isso que se exigia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Coerentes como sempre na defesa dos Açores e dos açorianos em 2013 quando um Governo do PSD na República nos mandou ir à banca, tal e qual como agora um Governo da República do PS nos manda no mínimo ir à banca sem apoios suplementares. A nós não nos interessa a cor partidária, em primeiro lugar o que está em causa é o interesse dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Berto Messias pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Sra. Presidente, o Governo Regional foi já visado várias vezes ao longo deste debate ...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Temos pena!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Secretário Regional da Presidência e ainda não sabe o Regimento!

O Orador: ... e, portanto, eu gostaria de perguntar a V. Exa. se o Governo Regional pode usar da palavra neste debate.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A interpretação da Mesa é que o Governo Regional não pode intervir no período de apresentação e debate dos votos, por isso, não lhe posso dar a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apelar à memória de V. Exa. e ao conhecimento que V. Exa. tem desta matéria, que é talvez das pessoas que mais informação tem em relação ao Regimento, à sua construção e às suas regras, apelar à sua memória Sra. Presidente e à memória da Mesa e perguntar-lhe se o atual Presidente do Governo Regional não foi uma das pessoas que apresentou as regras regimentais que estão em vigor e, portanto, que não permitem ao Governo participar no debate?

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário Regional da Presidência era líder parlamentar na altura e não conhece o Regimento!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A minha memória não vai até tão longe daquilo que me pede. Sinceramente não posso precisar essa informação.

Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** É sobre a aplicação do Regimento, penso que a interpelação tem cabimento.

Eu gostava de perguntar à Sra. Presidente se do nosso Regimento consta alguma regra que impeça o Governo de intervir nesta parte, ou se, pelo contrário, é a interpretação que a Mesa faz do Regimento que impede que o Governo intervenha nesta parte?

E com isso, Sra. Presidente, julgo que fica perfeitamente esclarecido aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tentou fazer. Portanto, não consta na minha leitura do Regimento qualquer norma que diga que na parte da apresentação dos votos o Governo não pode intervir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade! É omissis!

O Orador: Não consta!

E já agora para esse assunto ficar completamente esclarecido eu acho e discordo desta interpretação da Mesa e acho que o Governo deveria ter a oportunidade, pelo menos quando é interpelado ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso já não é uma interpelação, é uma intervenção política!

O Orador: ... num voto, a ter a possibilidade de se pronunciar sobre esse voto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Confirmo efetivamente aquilo que diz. Tem sido uma interpretação da Mesa, desta Mesa e da anterior, pelo menos, de que o Governo não pode intervir, apesar de que não há nenhuma regra clara e inequívoca que isso possa acontecer de facto.

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, eu não vou fazer interpelações à Mesa sobre a participação da Deputada Independente, porque senão nunca mais saímos daqui!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, pedindo naturalmente para não desvirtuarmos o debate que nos traz aqui.

Srs. Deputados!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O atual Presidente do Governo era na altura líder parlamentar do Partido Socialista, por isso é que referenciei o episódio, mas eu considero que é muito importante referenciar o seguinte: a Mesa, a interpretação da Mesa não deve ser arbitrária, deve ter em conta os factos e a leitura regimental que é feita. Portanto, aquela que é a decisão da Mesa deve ser uma decisão fundamentada numa análise que a Mesa fez. Portanto, o que lhe pergunto e lhe solicito, Sra. Presidente, porque é que a Mesa considera que o Governo nestas condições, neste tipo de situações, não pode fazer essa intervenção, em que é que sustenta essa posição a Mesa?

Deputada Graça Silveira (Independente): Acho muito bem, por isso acho que deve interpretar porque é que a Deputada Independente não pode participar, que também é omissa no Parlamento. A Conferência de Líderes é que decidiu!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa não fez nenhuma interpretação ...

Sra. Deputada Graça Silveira!

... para além daquela que já existia, mantendo aquilo que efetivamente é a praxe da Casa, tal como fez aliás em relação a outras matérias e manteve a interpretação que existia, apesar de não haver norma que ditasse o contrário, de que o Governo não podia intervir na altura dos votos.

Vamos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado António Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este voto de protesto pretende protestar, segundo as palavras do proponente, contra a falta de solidariedade e o tratamento dos açorianos como cidadãos de segunda, mas esse protesto consubstancia-se em duas medidas que estão previstas no orçamento suplementar que está agora em discussão na Assembleia da República, são elas a autorização para o aumento do endividamento líquido da Região e a suspensão de duas normas da Lei de Finanças Regionais, nomeadamente os limites ao endividamento e as regras de equilíbrio orçamental.

É preciso lembrar que esta medida principalmente, esta da Lei de Finanças Regionais, foi proposta na Assembleia da República pelos Grupos Parlamentares do CDS e do PSD, assim como pela Assembleia Legislativa da Madeira, e os pareceres desta câmara, desta Casa, a estas iniciativas foram positivos, exceto uma delas, do CDS, que não teve esse parecer positivo por uma posição diferente do Partido Socialista.

O Bloco de Esquerda não está, como é natural, contra a aplicação destas normas. Muito pelo contrário! Considera e considerou nos pareceres que emitiu

a estas propostas, que agora têm também tradução no orçamento suplementar, o Bloco de Esquerda está a favor destas propostas e destas medidas.

Não quer dizer que elas sejam a solução total e que por aqui se fiquem as soluções e as medidas para responder à crise e medidas até que sejam da responsabilidade do Governo da República.

Isto para dizer que quem quer mais, como nós achamos que devemos querer mais e que os Açores devem querer mais, não significa que estejamos em desacordo com menos. Julgo eu que isto é da mais elementar lógica, porque faz todo o sentido que assim seja.

Temos de ir mais longe e felizmente o mundo não acaba amanhã, não acaba esta semana, nem para a semana quando for aprovado na votação final global o orçamento suplementar. Há um orçamento de Estado para discutir e aprovar na Assembleia da República ainda este ano que se aplicará no ano 2021 e nessa altura, também nesse debate, há muito certamente a reivindicar e há muito a procurar garantir de medidas que tenham em vista a recuperação económica da Região Autónoma dos Açores e medidas que vão para além do endividamento ou da suspensão das regras de equilíbrio orçamental da Lei de Finanças Regionais.

Poder-se-ia perguntar a quem concorda com este protesto se não quer que estas medidas se apliquem?

É porque a consequência da não aplicação destas medidas seria o Governo Regional não conseguir apresentar um orçamento que fosse suplementar, seria um mero orçamento retificativo que teria uma inevitável consequência, que seria cortar em medidas que estavam previstas, porque certamente que os recursos não seriam suficientes tendo em conta os recursos que tiveram de ser gastos durante esta pandemia e que terão certamente que ser gastos.

Posto isto, nós não nos podemos associar a este voto. Ele protesta contra medidas com as quais nós somos a favor. Há muito a protestar certamente e o

Bloco de Esquerda tem-no feito relativamente a falta de investimento do Governo da República em responsabilidades que são suas na Região e não vou aqui elencar aquelas que têm sido falhas do Governo da República ao nível do investimento que continuam a não estar nem sequer iniciadas na Região e há muito a protestar relativamente a isso, agora sobre estas medidas em concreto não nos parece que seja adequado protestar contra duas medidas que são positivas, mas que não podem ser o fim e não podem ser o objetivo último daquilo que a Região deve reivindicar do Governo da República.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, vamos então passar à votação deste voto de protesto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão estava inscrito?

Peço desculpa, não tinha reparado.

Tem a palavra, então.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Os partidos, os governos têm que ser coerentes. Não podem utilizar a sua posição institucional e definir o seu posicionamento político sobre matérias tendo em conta que em Lisboa governa o PS ou governa o PSD. O que eu aqui vim denunciar é a dualidade de critérios do Partido Socialista nesta matéria e se votar como irá votar contra este voto de protesto demonstra que aquilo que defendeu em 2013 afinal se destinou única e exclusivamente para realizar uma guerrilha de carácter partidário e não verdadeiramente para defender os interesses da Região.

O Sr. Deputado San-Bento utilizou sobretudo três argumentos. O primeiro deles é que na altura estávamos a falar de calamidade. E eu pergunto: e esta não é uma calamidade?

Deputado José San-Bento (PS): Calamidade natural!

O Orador: Pergunta-me agora o Sr. Deputado José San-Bento: é uma calamidade natural. Não me diga que agora se inscreveu também nas teorias da conspiração do Presidente Trump e que considera que isto é artificial e foi construído nos laboratórios chineses?

Isto é uma calamidade natural, como foi a calamidade que enfrentámos em 2013. Não há nenhuma diferença. Há uma diferença: é que esta calamidade é muito maior. É muito maior e os seus efeitos são muito maiores.

A segunda linha de argumentação do Sr. Deputado José San-Bento é que o mecanismo não é idêntico. Ai, não é?

Então o que é que aqui está previsto?

Aqui o que está previsto é única e exclusivamente, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... o Governo da República o que nos diz é para resolvermos o problema como nos disse em 2013: “Vão à banca”. É o que os senhores querem fazer. Portanto, o mecanismo é idêntico.

Depois, o outro argumento é delicioso. O último argumento, o terceiro argumento é delicioso, que é “mas isto atingiu também Portugal continental, se atingiu Portugal continental não pode haver um tratamento especial para os Açores.”

Eu não sabia que V. Exa. se tinha inscrito no clube dos estados frugais, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... porque isso é o que a Holanda e a Finlândia consideram que deve o tratamento que deve ser dado a Portugal e aos estados do sul. Isto afetou

toda a Europa e vocês não vão ter um tratamento especial e então pela mesma lógica o que Portugal está a fazer, o que o estado português está a fazer, é a dizer aos Açores “isto também nos afetou a nós, não vão ter nenhum tratamento especial.” Imagine se diziam a mesma coisa ao estado português na Europa, que diziam que não, “isto afetou-nos a nós também, portanto, vocês não vão ter nenhuma ajuda?”

Os seus três argumentos são inaceitáveis e ofendem a inteligência dos açorianos e para terminar o argumento do Bloco de Esquerda é uma coisa extraordinária.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O mundo não termina aqui, porque pode haver outras coisas.

Não, nós estamos é a apreciar a proposta que é a proposta de Lei n.º 33/XIV. Está lá mais alguma coisa, Sr. Deputado, além do endividamento?

Diz V. Exa: “Depois ainda podemos reivindicar.”

Como se o senhor não está contra esta proposta?! O senhor aceita. “Não é o fim.” Ah, não é o fim? O senhor vota por expetativas ou vota um texto concreto e as medidas que lá estão?

Devo-lhe dizer que o seu eleitorado deve estar imensamente desiludido com o seu percurso.

Para terminar, Sra. Presidente, ...

Presidente: Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Termino mesmo.

... uma referência ao Sr. Presidente do Governo Regional que dizia que na altura ...

Presidente: Sr. Deputado, não pode fazer interpelações diretas.

O Orador: ... “mais valia dizerem que não estão disponíveis, que mais valia dizerem que não querem ajudar, é uma artimanhazinha de baixa política”, dizia V. Exa. em 2013.

Presidente: Sr. Deputado, não pode interpelar diretamente.

O Orador: Pois é, é uma artimanhazinha de baixa política. É isso mesmo que é esta proposta e que esta proposta significa.

Presidente: Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Apenas para dizer que concordo inteiramente com aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão acabou de dizer quanto à classificação da sua própria proposta.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas isto é uma interpelação?

Deputada Graça Silveira (Independente): Qual foi a interpelação à Mesa que eu não consegui perceber?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Não havendo mais inscrições ...

(Diálogo entre as bancadas)

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, uma interpelação se me for permitido.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Gostaria de colocar a questão muito clara à Mesa de qual foi a interpelação que o Sr. Presidente do Governo fez que eu não consegui perceber? Provavelmente uma questão de máscara.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira não vamos criar, nem tentar criar problemas onde eles não existem

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É um esclarecimento à Mesa que é legítimo, Sra. Presidente!

Presidente: A interpelação do Sr. Presidente do Governo foi feita à semelhança da maior parte das interpelações que são feitas à Mesa nesta Casa.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Sra. Deputada vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do Bloco de Esquerda, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Deputada Independente e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (*PS*): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Sra. Presidente, é para pedir para que seja distribuído à câmara o relatório da Comissão Permanente de Economia que dá o parecer ao orçamento suplementar e onde, para meu espanto, o Partido Social Democrata emite parecer favorável com a seguinte argumentação “porque é indispensável que o montante de instrumentos financeiros disponibilizados pelo Governo da República em termos de endividamento permitam o financiamento a medidas extraordinárias de apoio à economia e dinamização dos graves problemas sociais associados à crise.”

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Qual é o problema?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, aquilo que o PSD considerava indispensável há três dias pelos vistos hoje, Sra. Presidente, ...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César no âmbito da interpelação à Mesa, a Mesa considera ...

O Orador: ... peço desculpa, merece um protesto.

Sr. Deputado Luís Maurício, em que é que o PSD fica? No protesto ou no parecer favorável ao endividamento à Região?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Peço desculpa.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, excedeu claramente o âmbito da interpelação da Mesa.

Portanto, faça chegar o documento que nós distribuímos.

Deputado Francisco César (PS): Faço chegar, porque isto é fundamental, Sra. Presidente. Afinal é motivo de elogio o endividamento.

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exatamente na mesma latitude!

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para informar a Mesa, tal e qual como consta da gravação deste plenário das minhas declarações, que em nada o sentido favorável a este voto de protesto contradiz a declaração de voto que o PSD fez no âmbito da Comissão de Economia.

Nós consideramos útil que era o mínimo que o Governo da República poderia ter feito, foi aquilo que fez e com o qual o PSD concordou, tal e qual como em 2013 ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... o Governo da República mandou a Região à banca em 2020.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado não vamos repetir o debate.

Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Não são permitidas declarações de voto aos votos, Sr. Deputado, por isso não lhe posso dar a palavra.

Vamos continuar a apresentação dos votos.

O próximo voto é de pesar pelo falecimento do empresário Luís Bensaúde.

Tem a palavra por parte do Partido Socialista o Sr. Deputado Pedro Moura.

Deputado Pedro Moura (PS): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO PESAR

Pelo falecimento do Empresário Luís Bensaúde

É a esperança, de uma vida diferente, uma vida melhor que nos dá forças e nos move durante e nossa existência. É assim para os Açorianos que aqui nasceram e para os que aqui vieram, adotando esta como a sua terra. Pelos Açores dão o melhor que podem e sabem para que as nossas famílias vivam e prosperem numa espécie de terra prometida, imaginada ou desejada, tolerem-se as expressões, pois essa terra neste caso são estas ilhas. Ilhas por quem nos apaixonamos, em regra, e que nos causam mágoa em exceção.

Foi para cá no início do século dezanove que um grupo de judeus sefarditas, fugindo da intolerância religiosa, da violência e da extorsão, de que se diziam

alvo, nas prósperas cidades costeiras de Marrocos emigraram na esperança da tal vida diferente e melhor que todos ambicionamos.

Numa destas viagens em 1819, Abraão Bensaúde acompanhado de outras famílias judaicas chega à ilha de São Miguel. É hoje considerada a viagem inaugural de um percurso que levaria à criação da Casa Bensaúde, que se transformou pouco tempo depois e hoje permanece como o maior grupo privado dos Açores instalado oficialmente em 1820 e agora a comemorar os seus 200 anos.

Ao longo de todo este tempo o grupo foi dirigido por pessoas dotadas de espírito empresarial e inovador com uma grande capacidade de adaptação às condições próprias de uma economia insular em cuja construção participaram e influenciaram. Sem querermos ignorar todos eles em especial Vasco Bensaúde que marcou o Grupo de forma determinante para o futuro, falemos então de Luís Filipe Pinto Basto Bensaúde recentemente falecido aos 62 anos de idade, após os seus dez anos mais difíceis de luta, desta vez pela sua própria existência. Sempre foi um homem habituado a enfrentar os obstáculos da vida e ultrapassar adversidades desde as mais banais às mais difíceis, e fazia-o com entusiasmo e alegria nem sempre manifestada.

Nasceu em Lisboa a 29 de dezembro de 1957 e ali passou os primeiros quase 20 anos da sua vida. Coincidiu o fim dos estudos liceais com a instauração do regime democrático a 25 de abril de 1974 tendo a instabilidade própria da época, nomeadamente alguma incerteza quanto aos rumos do ensino o levado a conhecer, trabalhando a Europa, numa viagem de aprendizagem para a vida que o levou a fixar-se no Reino Unido, onde na Escócia seu irmão estudava engenharia naval. Com a passagem em 1976 da sede do grupo então dirigido por seu pai Filipe Bensaúde para os Açores, Luís fixa-se definitivamente em São Miguel onde completou um bacharelato em Contabilidade e Administração de Empresas na Universidade dos Açores e posteriormente licenciou-se em

Organização e Gestão de Empresas, na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa.

Terminada a sua formação académica de novo nos Açores desempenhou diversas funções nas várias empresas do Grupo Bensaúde, numa aprendizagem empresarial que o levaria em 1989, a ocupar cargos de administração em empresas nas áreas do turismo, transportes marítimos e terrestres, armazenagem e comércio de combustíveis, ambiente e energia, afirmando-se desde então como o futuro líder e estratega do grupo cargo que viria a assumir após a morte do pai no ano 2000. Desde então até 2010 assumiu a presidência do Conselho de Administração do Grupo Bensaúde.

E foi nesses curtos e rápidos dez anos, que não foram cumpridos totalmente na liderança efetiva devido a uma súbita doença do coração, que o Grupo Bensaúde, teve mais uma vez um crescimento significativo em várias das suas áreas de atuação, como por exemplo no turismo, com a construção de 6 novos hotéis, 3 em São Miguel, um na Terceira, um no Faial e um em Lisboa. Decisiva, depois da nacionalização de várias empresas a seguir ao 25 de Abril, e que levaram o Grupo a concentrar-se no negócio de Combustíveis e no Comércio e Transportes, foi a diversificação da carteira de negócios. O Grupo Bensaúde entrou para o capital social da EDA, entrou para acionistas do agora Novo Banco e com a compra do Grupo Nicolau Sousa Lima entrou no sector da distribuição que passou a controlar nos Açores. Deixou assim Luís Bensaúde o Grupo fortalecido e preparado para os desafios constantes que o futuro coloca aos empresários e a todos nós.

Em junho de 2010 e por razões de saúde, cessou completamente a sua atividade profissional e as funções de presidente do Conselho de Administração do Grupo Bensaúde.

Em 2011, foi-lhe atribuída a Insígnia Autónoma de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores. Muito reservado e paralelamente à sua atividade profissional foi um desportista que se destacou no rãguebi onde por opção própria não teve uma carreira de sucesso.

Com valores humanos marcados por uma solidariedade e ajuda ao próximo, que chegou a admitir serem difíceis de conciliar com a sua carreira de empresário ajudou anonimamente muitas famílias e dedicou grande parte do seu escasso tempo livre a juntar obras literárias e coleções diversas muito importantes para a História dos Açores. Abdicou de muito do que gostava para assumir a responsabilidade de dirigir garantindo um futuro próspero à Família e ao seu Grupo Familiar a Casa Bensaúde, até nisso ou principalmente nisso colocou o interesse dos outros como o valor maior.

O seu falecimento, já muito debilitado pelas doenças que o afetaram nos últimos 12 anos de vida, uma grande perda para a terra que consagrou como sua os Açores.

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 17 de junho de 2020 emita este voto de pesar pelo falecimento de Luís Filipe Bensaúde

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à família de Luís Filipe Bensaúde.

Horta, sala das sessões, 17 de junho de 2020

Os Deputados, Francisco César, Pedro Moura e António Parreira

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto também de pesar pelo falecimento do empresário Luís Pinto Basto Bensaúde. É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo Falecimento do Empresário Luís Pinto Basto Bensaúde

Faleceu no passado dia 18 de fevereiro, Luís Pinto Basto Bensaúde, antigo presidente do conselho de administração do Grupo Bensaúde. Tinha 62 anos.

Luís Filipe Pinto Basto Bensaúde nasceu em Lisboa, a 29 de dezembro de 1957. Era filho de Filipe Bensaúde e neto de Vasco Bensaúde.

Frequentou o Externato da Luz e o Liceu Pedro Nunes, completando um bacharelato em Contabilidade e Administração de Empresas na Universidade dos Açores e uma licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa.

Em Ponta Delgada, onde residia desde 1976 após concluir a sua formação académica, desempenhou diversas funções nas várias empresas do Grupo Bensaúde.

Em 1989, passou a administrar essas empresas nas áreas do turismo, transportes marítimos e terrestres, armazenagem e comércio de combustíveis, ambiente e energia.

Com a morte do seu pai, em 2000, assumiu a presidência do Conselho de Administração do Grupo Bensaúde.

Enquanto liderou as empresas do maior grupo económico dos Açores fez com que este conseguisse alcançar um crescimento significativo em várias das suas áreas de atuação, como no turismo, designadamente, com a construção de três hotéis em São Miguel, um na Terceira, um no Faial e outro em Lisboa.

Promoveu, ainda, a diversificação da carteira de negócios do Grupo, por via da participação no capital social da EDA e do Novo Banco dos Açores e da entrada no setor da distribuição, resultante da aquisição do Grupo Nicolau Sousa Lima.

Em 2010, por motivos de saúde, cessou as funções de presidente do conselho de administração do Grupo Bensaúde.

Em 2011, foi-lhe atribuída a Insígnia Autónoma de Mérito Industrial, Comercial e Agrícola, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

No Grupo, que conta com mais de 3.000 colaboradores nos Açores e no continente português, Luís Bensaúde revelou sempre um espírito visionário e empreendedor.

Homem de bom trato, de grande inteligência e reconhecida seriedade, a Luís Bensaúde se deve a consolidação da expansão das áreas de negócio do Grupo que está a comemorar os seus 200 anos de existência.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Luís Pinto Basto Bensaúde, do qual deve ser dado conhecimento à sua família e à Administração do Grupo Bensaúde.

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Luís Maurício, Mónica Seidi, Bruno Belo, António Vasco Viveiros e João Bruto da Costa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de pesar refere-se ao falecimento de Manuel Pereira Furtado. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MANUEL PEREIRA FURTADO

Faleceu, no passado dia 28 de março, com 73 anos de idade, Manuel Pereira Furtado.

Nascido na freguesia da Calheta de Nesquim, concelho de Lajes do Pico, em dezembro de 1947, Manuel Pereira Furtado veio trabalhar como técnico de Finanças para a Madalena, em 1969.

Foi eleito Presidente da Câmara Municipal da Madalena, cargo que exerceu entre 1976 e 1989, tendo ainda exercido funções de vereador nesta autarquia.

Manuel Pereira Furtado dedicou a sua vida à causa pública, sendo um dos principais responsáveis pela fundação da Associação de Bombeiros Voluntários deste concelho, onde desempenhou as funções de comandante durante 30 anos.

Foi igualmente Inspetor Regional de Bombeiros da Região Açores.

Desempenhou ainda vários cargos em algumas das instituições quer do concelho, quer da ilha, como a Rádio Pico, a Associação de Atletismo do Pico, o Futebol Clube da Madalena, o Clube Boavista de São Mateus, entre muitas outras coletividades.

Manuel Pereira Furtado ficará para a história do Pico como um homem dedicado e altruísta e pelo seu exemplo e dedicação ao serviço da comunidade. Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento Manuel Pereira Furtado e que do mesmo seja dado conhecimento à sua família, à Associação de Bombeiros Voluntários da Madalena, à Assembleia e à Câmara Municipal da Madalena do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 17 de junho de 2020.

Os Deputados, Francisco César, José Ávila, Maria Isabel Quinto, Marta Matos e Mário Tomé.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Marco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Só para informar que o PSD votará favoravelmente o voto apresentado e que também tem um voto que será apresentado à câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos início aos trabalhos da Agenda parlamentar.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Conforme ficou deliberado pela Conferência de Líderes nós iremos debater agora os pontos que constam da Agenda nova que vos foi distribuída, os pontos 22 e 23, nomeadamente o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 241/XI – “Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista justifica a urgência desta resolução com alguns fundamentos. O primeiro dos fundamentos tem a ver com o reconhecimento que nós atribuímos ao Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira pela sua excelência técnico-científica, pela sua produtividade, pela sua credenciação e sobretudo pelo trabalho que desenvolveu durante a pandemia da COVID-19.

Por outra razão também reconhecemos que é urgente e apresentámos e justificámos essa urgência, porque este serviço com o seu laboratório é um serviço e um laboratório de referência não só regional, mas sobretudo também nacional e internacional.

A formação académica dos técnicos que o integram, a sua diferenciação que passa pelo doutoramento, pelo mestrado, enfim, por várias formações e competências técnico-científicas fazem também do SEEMBO um laboratório de extrema utilidade e importância para o Serviço Regional de Saúde.

Constatamos que de facto desde o início as instalações onde se encontra são instalações que não têm condições para continuar a expandir esse serviço e sobretudo pelas exigências que se impõem pela Organização Mundial de Saúde quanto à biossegurança que é necessária quando se manipula o tipo de análises que aqui se efetuam. Por isso mesmo propomos que o Governo tome as diligências que considere necessárias para iniciar todos os atos que levem a que possa ser possível criar condições para as novas e mais adequadas instalações do SEEMBO.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, eu agora dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Domingos Cunha desta feita para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

O Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira reconheceu oficialmente o Laboratório de Imunogenética em 1999. Em setembro de 2002 o laboratório passou a designar-se Serviço de Imunogenética

e a 26 de agosto de 2004, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 32/2004/A, passou a designar-se Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Desde o seu reconhecimento oficial e início de atividade tem desenvolvido um conjunto de atividades de investigação biomédica, apoio à investigação científica e no suporte à rotina hospitalar, para além da formação profissional e interação com a componente formativa no âmbito dos internatos médicos, quer geral, quer complementar.

O Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira impulsiona também a diferenciação técnico-científica dos seus profissionais, fruto da aquisição de conhecimentos específicos daí decorrentes e adquiridos através de muitos anos de prática.

O SEEMBO é dirigido por um diretor de serviço, que é chefe de serviço de medicina interna, que possui o grau de formação máximo doutoramento, três técnicos superiores com o doutoramento em biomedicina, três com mestrado, três com licenciatura e um mestrado e duas licenciaturas de técnicos de diagnóstico e terapêutica, a que se juntam duas alunas de licenciatura como bolseiras, dois assistentes técnicos e um assistente operacional.

À investigação científica desenvolvida pelo SEEMBO está diretamente ligado o diagnóstico laboratorial de doenças com aplicação de técnicas de genética molecular, investigação epidemiológica e registo oncológico hospitalares.

O número de análises efetuado pelo SEEMBO tem vindo a crescer registando-se em 2009 e 2010 um aumento no número de análises de cerca de 17 mil testes aquando da pandemia da Gripe A e porque este serviço pertence à rede portuguesa de laboratórios para a identificação do vírus da gripe e outros vírus respiratórios.

A relevante importância do SEEMBO mais uma vez se evidenciou e evidencia na pandemia pela COVID-19, sendo um dos laboratórios da rede portuguesa de

laboratórios para o diagnóstico do SARS-CoV-2, dada a sua excelência, credenciação e credibilidade não só regional, como nacional e internacional.

As atividades laboratoriais de diagnóstico têm vindo a aumentar progressivamente e respondendo em longa escala a testes moleculares para a Hepatite B e C e para o HIV e tem procurado responder a solicitações no âmbito da genética preditiva e preventiva ou de aconselhamento familiar.

Todos os anos o SEEMBO tem acrescentado novos testes de apoio à rotina hospitalar, realizando atualmente 80 testes e mais recentemente adicionou a capacidade para efetuar o *next generation sequencing* dedicado à doença oncológica.

Integrou como grupo associado o Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto e mais recentemente iniciou a colaboração com a Universidade Nova de Lisboa permitindo a sua participação como instituição fundadora no Comprehensive Health Research Centre, em conjunto com a Escola Nacional de Saúde Pública, a Universidade de Évora e o Institute for Global Health. Neste contexto, o SEEMBO é considerado o laboratório de referência.

No âmbito das publicações científicas na bibliografia nacional e internacional são mais de 90 trabalhos em várias áreas de investigação, envolveu-se em 13 projetos durante os últimos anos que permitiram a consolidação técnico-científica dos seus profissionais, para além das parcerias técnico-científicas com instituições regionais, nacionais e internacionais.

Há cerca de 20 anos, ao tempo da sua formação, e fruto de concretas circunstâncias, o SEEMBO ocupa um espaço público que tinha sido construído para a luta contra o escaravelho japonês em instalações da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, onde hoje ainda se mantém.

O crescente crescimento deste serviço, a sua excelência, creditação e credibilidade, aliada à capacidade formativa e aumento dos recursos humanos e

do número de testes efetuados, fazem com que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconheça que as atuais instalações não oferecem condições ideais em termos de dimensão e de funcionalidade, necessitando por isso de uma estrutura física que cumpra com esses requisitos e que dê cumprimento às regras de biossegurança preconizadas pela Organização Mundial de Saúde, no que diz respeito ao manuseamento de agentes infecciosos como ocorreu com o SARS-CoV-2.

O SEEMBO do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira mantém cada vez mais a sua imprescindibilidade na manutenção e valorização nas áreas que desenvolve com todos os fundamentos técnico-científicos já atrás mencionados e responsabilidade acrescida na promoção da saúde pública para bem de todos, essencialmente para bem de todos os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem duas inscrições.

Dou a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dirigir obviamente um agradecimento, neste caso especial, aos técnicos e a todos os trabalhadores do SEEMBO. Mais uma vez souberam da melhor forma possível e adequada auxiliar a Região com todo o seu conhecimento, experiência e dedicação.

Gostaria também de relembrar que esta não foi a primeira vez que o SEEMBO contribuiu de forma decisiva no combate a uma ameaça infecciosa e recorro que já o tinha feito, como também foi aqui recordado, na altura da Gripe A.

Foi assim também nesta luta contra a COVID e certamente continuará a ser assim no futuro.

Temos de facto um laboratório de excelência reconhecido desde 1999 pelo antigo Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, agora HSEIT, que começou por ser designado por Laboratório de Imunogenética e que foi crescendo, foi evoluindo, foi trabalhando arduamente e com mérito reconhecido internacionalmente com mais de 90 publicações desde 1999 e que infelizmente não podemos ter dados atualizados, porque no site não estão disponíveis, mas tenho a certeza que desde 2014 até 2020 já existiram novas publicações de reconhecido mérito e que basta acedermos à PubMed para termos a noção da dimensão e da qualidade do trabalho científico que é produzido neste laboratório.

É certo que fruto deste trabalho que falo, desde 2014 o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular (foi assim criado por Decreto Regulamentar Regional) tem uma função desde a investigação clínica ao diagnóstico laboratorial de doenças com aplicação de técnicas de genética molecular, entre outras, quer isto dizer de facto que o SEEMBO tem um papel relevante e volto a dizer: já o tinha antes da pandemia, talvez não fosse olhado de forma tão afincada como merece, mas de forma inequívoca temos de fazer este reconhecimento e nunca é tarde para o fazermos.

Tanto é que houve assim a decisão política de atribuir ao SEEMBO o facto de ser o laboratório de referência na atual pandemia, uma vez que também está inserido naquele que foi o hospital de referência indicado pela tutela para o combate ao novo coronavírus, o que é para nós também a assunção de todo o potencial daquela infraestrutura. É uma infraestrutura moderna (refiro-me ao

hospital), cheia de potencialidade e com capacidade obviamente para mais valências ou então para conseguirmos potencializar as que lá estão e falo concretamente do bunker criado para a radioterapia que custou milhões ao erário público e que foi abandonado, mas o que é certo é que demonstra um hospital com potencialidade para ter mais valências do que aquelas que tem atualmente.

Para que fique bem claro e para que não haja qualquer dúvida ou tentativa de deturpar as minhas palavras, esta resolução que o PS traz aqui é justa. Não tenhamos a menor dúvida! É uma resolução justa. Posso dizê-lo com conhecimento de causa, porque conheço o laboratório, porque tive a felicidade de ao longo da minha carreira ainda curta de colaborar em alguns projetos de investigação e, portanto, conheço a dedicação, conheço as instalações e reconheço que de facto há a necessidade de dotar aquele laboratório de outras infraestruturas, uma vez que também tem aparelhos que merecem outras infraestruturas, que tem qualidade científica para ter outras infraestruturas, porque tem técnicos que merecem outras infraestruturas e até mesmo por questões de segurança.

Portanto, concordamos obviamente com esta iniciativa. É pena que já venha tarde. Já vem tarde porquê?

Porque como já referi é uma necessidade que é anterior ao COVID e porque me parece que o Partido Socialista arranjou aqui uma forma de se redimir de outro erro.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Já faltava o extrator de RNA!

A Oradora: No passado dia 9 do 6, há, portanto, uma semana atrás, foi notícia no jornal, que passo aqui a mostrar a todos vós, um jornal que diz que o “hospital da ilha Terceira deve formalizar nos próximos dias junto do DREPA a intenção de construir de raiz instalações para albergar o SEEMBO.” Portanto, já aqui uma notícia anterior à apresentação desta resolução que já fala num

edifício de raiz para instalar este laboratório e já apresenta algumas debilidades em termos de segurança, uma vez que as instalações são partilhadas, o que não é indicado como bem sabemos. Portanto, já havia aqui uma intenção pelo menos anunciada e noticiada por um jornal que esta resolução nos traz aqui hoje.

Portanto, a minha primeira questão que faço ao proponente é se face àquilo que também é notícia onde é que pretendem que seja a localização, seja nos terrenos atrás do hospital, ou se de facto a ideia do Partido Socialista é demolir o atual edifício e, portanto, avançar com um edifício de raiz?

Deputado Francisco César (PS): E quantas divisões? Pelo amor de Deus!

A Oradora: Hoje, curiosamente, dia 17 de junho, no mesmo jornal, há novamente mais uma notícia, ainda mais pormenorizada sobre esta intenção e que corrobora com a ideia exatamente desta resolução. Portanto, o que esta resolução traz aqui não é nada de novo, porque estamos aqui a decidir algo que tecnicamente, e bem, já estava decidido. Portanto, mais uma vez o jornal noticia um laboratório que ficaria bem instalado num edifício ora de 4 mil metros, ora de 2 mil metros e que esta candidatura já foi mesmo entregue ao DREPA pelo hospital da ilha Terceira.

Portanto, estamos aqui a falar de uma notícia que é de hoje, que fala num programa para a construção, para a instalação de um laboratório, mas que vai mais além, que estão previstos gabinetes de consultas clínicas e salas de formação, não estando excluída a possibilidade de ser construído um auditório e fala inclusive, infelizmente, do arquivo do SEEBMO ter de funcionar nas garagens de um hospital, o que para todos nós é de facto algo que não merece a nossa aprovação.

Portanto, aquilo que também gostaria de questionar o proponente, reconhecendo a iniciativa, sabendo, no entanto, que não traz nada de novo, porque a intenção

já foi formalizada entre o hospital e o DREPA, é que atos preparatórios ... que o proponente especifique então melhor estes atos preparatórios.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o PSD votará favoravelmente esta iniciativa, mas não pode deixar passar e não registar esta atitude, porque de facto vem-se aqui apresentar uma resolução com urgência que pelos vistos já estava decidida e bem decidida tecnicamente. Portanto, não traz nada de novo.

O que me parece que se vê aqui é que esta foi a forma ... quase que posso dizer a forma de redenção que os deputados do Partido Socialista, eleitos pela ilha Terceira, usaram para tentar fazer esquecer aos terceirenses, aliás, o inexplicável atraso na chegada do extrator de RNA, desviando um equipamento a um laboratório que por tudo o que proferi na minha intervenção e por tudo o que foi proferido também pelo Sr. Deputado Domingos Cunha não merecia esta atuação.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que não há necessidade de reiterar todo o mérito do laboratório em causa, mas gostaria de uma forma geral congratular-me pelo facto desta pandemia COVID-19 ter trazido para a agenda de todos nós a importância da ciência.

Tantas vezes nesta Casa sempre que as iniciativas aos diplomas são de ciência é aquela coisa que não dá votos, quer dizer, vamos agora ficar aqui a aprovar aquelas coisas de ciência, de menor importância, mantemos os investigadores

em enorme precariedade, com a anuência de todos ... Portanto, hoje percebeu-se e porque tocou na saúde de cada um de nós e cada um de nós poderia ser o doente de amanhã e isso torna-nos muito mais abertos àquilo que é importante resolver pela ciência de que efetivamente tem de haver um investimento, tem de haver um investimento na ciência, tem de haver um investimento em potencial humano, precisamos de uma massa crítica na Região, porque não podemos estar sistematicamente a formar pessoas e depois não as pagar e as deixar sair da Região, nunca vamos ter centros de excelência, como é neste caso o Laboratório de Biotecnologia.

Se aquilo que se pretende é voltar a fazer um mamarracho de dois mil metros eu acho péssimo. O Laboratório de Veterinária tem os seus laboratórios de alta segurança vazios. Foi do que saiu mais caro à infraestrutura, mas depois não havia nem técnicos, nem equipamentos para os encher.

Acho que neste momento estaríamos bem a tempo de fazer o melhor dos dois mundos. Já que o laboratório está num espaço que não tem dignidade nenhuma (todos nós sabemos, na Vinha Brava as condições em que aquilo está), não tem segurança, mas por outro lado tem equipamentos caríssimos de alta precisão e uma equipa de excelência, então era pegar nesses equipamentos, nessa equipa e ir fazê-los ocupar um elefante branco que está lá com todos os laboratórios de alta segurança por preencher.

Numa altura em que o dinheiro não abunda eu penso que decisões de eficiência seriam de pensar. Não sei se o proponente tem alguma ideia de quais serão as instalações, porque ainda por cima temos o TERINOV também, o que não falta são instalações, porque bem me lembro, porque eu vivia lá dentro inclusivamente, iam fazer o bunker da radioatividade e tinha de sair no mês seguinte porque ele começou a ser construído, nunca foi, teve de se fazer um edifício cá em baixo e agora voltou-se a recuperar aquele espaço e está lá com

os laboratórios completamente vazios. Não se consegue pôr empresas a funcionar naqueles laboratórios.

Portanto, infraestruturação de qualidade temos e, portanto, acho que era altura do Governo Regional pensar muito bem em ocupar elefantes brancos que já têm as estruturas de segurança investidas para dar alguma dignidade ao laboratório.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Evidentemente que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta iniciativa aqui trazida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que pretende dotar este serviço, o Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, de instalações adequadas à sua atividade.

Aliás, isso não será mais do que o reconhecimento do serviço prestado por este departamento durante os últimos mais de 20 anos. É não só o reconhecimento pelo trabalho, mas também pelas qualificações adquiridas pelos técnicos que estão associados a este laboratório, a este serviço e nunca é demais salientar e até está patente na exposição de motivos da vossa iniciativa e que não deixa de ser importante e por isso mesmo deve ser salientada, a capacidade que este serviço teve de também criar e manter parcerias muito importantes com outras instituições, quer de âmbito nacional, quer de âmbito internacional.

De facto, nós não podemos deixar passar aqui um fator incólume que é e já foi aduzido, aliás, pela Sra. Deputada Mónica Seidi, que temos sempre de considerar o contexto e neste caso o contexto temporal em que esta iniciativa surge. Esta iniciativa surge num *timing* muito específico, num *timing* que nos parece ainda mais quando a decisão parece que já estaria tomada e, portanto,

estaríamos aqui um pouco a “chover no molhado”, mas esta iniciativa parece um pouco “chover no molhado”, porque de facto é uma tentativa de remediar uma decisão que nos parece completamente incompreensível, que foi de desviar equipamento de ponta numa altura muito importante para a Região, para a saúde de todos os açorianos e açorianas daquele que era um serviço, que foi aliás o serviço apontado como de referência já em fevereiro deste ano para a deteção da COVID-19, para o Hospital de Ponta Delgada.

Ora, esse desvio de equipamento não se percebe ainda mais quando vai para um hospital que não era tido, pelo menos inicialmente, como de referência e para um laboratório tão importante como este.

Deputada Graça Silveira (Independente): Oh Paulo, percebe-se! As contaminações estavam todas em São Miguel, portanto, era lá que ele era preciso!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E a máscara?

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu posso falar sem máscara!

Presidente: Srs. Deputados, por favor!

Deputada Graça Silveira (Independente): O plano de contingência diz que pode tirar a máscara para falar e os apartes são regimentais!

Presidente: Os apartes são regimentais, mas não podem interromper as intervenções.

O Orador: Aqui aproveitando a presença da Sra. Secretária Regional da Saúde para nos esclarecer porque é que apesar do Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo ter sido apontado desde o início como o hospital de referência para o tratamento de doentes COVID e este laboratório foi apontado como o laboratório de referência para a deteção da COVID-19 a nível regional, isto não desconsiderando a possibilidade que aliás foi depois confirmada e ainda bem que assim foi do hospital de Ponta Delgada poder fazer esse serviço, porque é

que este equipamento acabou por ir primeiro para o hospital de Ponta Delgada e não para o laboratório de referência como deveria ter sido?

Outro aspeto também muito importante e que foi referido pela Sra. Deputada Mónica Seidi e também pela Sra. Deputada Graça Silveira tem a ver com a localização destas instalações. Aliás, no objeto resolutivo é referido e passo a citar “que será preferencialmente no campus do hospital em que se insere”, ou seja, no Hospital de Santo Espírito, preferencialmente.

Portanto, se é preferencialmente não é garantido que seja neste local e a minha questão que, aliás, será uma questão um tanto ao quanto repetida, e aproveitando a presença da Sra. Secretária Regional da Saúde, para nos responder que outras localizações é que estão a ser ponderadas e se estará a ser ponderada, aliás, como algumas fontes informativas têm indicado, que venha a ser no Laboratório Regional de Veterinária?

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Isso era muito boa ideia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros:

Em primeiro lugar, uma saudação muito especial a este plenário que se reúne presencialmente. Foi essa a nossa vontade desde o início e ainda bem que aqui estamos com o nosso plano de contingência bem elaborado, o reconhecimento aos serviços da Assembleia e cá estamos, porque a democracia não foi suspensa com a COVID, cá estamos todos a discutir e a trocar ideias democraticamente.

Sra. Presidente, relativamente ao Laboratório de Epidemiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, ou agora do HSEIT, como modernamente se diz desde 2012, eu queria, em primeiro lugar, prestar o reconhecimento e a dedicação de todos os técnicos que lá trabalham, porque foram efetivamente

essenciais e determinantes para um efetivo combate à COVID-19 e merece com certeza este laboratório a melhor atenção quer do Governo, quer de qualquer entidade. É um laboratório certificado internacionalmente e todos nós devemos estar atentos e sobretudo melhorar sempre que possível.

As instalações não são as melhores e daí ainda mais realça a qualidade do serviço e do empenho destes profissionais que, em instalações que não são as ideais, conseguiram fazer um serviço ideal e de muita qualidade reconhecido quer na Região Autónoma dos Açores, quer em Portugal continental.

Por isso mesmo a atenção agora merecida é devida e merecida, como já o era há muito tempo quando se falou no extrator de RNA e da sua eventual... Acontece várias vezes na ilha Terceira, as coisas estão destinadas à ilha Terceira, vêm com destino, depois apanham assim uma ventania a meio do canal e desviam de trajeto. É, digamos assim, um extrator de alguns utensílios e de alguns equipamentos que vêm para a ilha Terceira. Vêm ali, quando vêm a chegar, há um extrator que os tira e não chegam ao seu destino e parece que aconteceu efetivamente também agora recentemente com o extrator que foi extraído, ainda não se percebe bem porquê ou como, ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Eu diria subtraído até!

O Orador: Resta saber, refere aqui o Sr. Deputado Domingos Cunha que será no campus do hospital HSEIT, Santo Espírito da Ilha Terceira. Mas no campus é dentro dos terrenos do hospital, é fora dos terrenos do hospital? Campus do hospital, no campus só conheço o hospital, não conheço mais nada. Vejo ali aquela infraestrutura ...

É dentro do edifício do hospital, um edifício novo? Isso também era interessante perceber, porque dentro do hospital nós sabemos, por exemplo, que temos lá para instalar há anos, aliás, o CDS vai entregar amanhã ou depois um projeto de resolução nesse sentido, a sala de hemodinâmica, onde serve atualmente de armazém, que é uma coisa que não se entende. Porque é que uma

sala preparada para, por exemplo, colocar pacemakers, está a servir de armazém. Eu até poderia mostrar algumas fotografias, mas talvez não seja necessário.

Por isso mesmo dizer que o CDS vai entregar essa proposta e também realçar que apoiamos esta pretensão do Partido Socialista, porque é totalmente justa. O que esperamos é que avance rapidamente, que seja concretizada rapidamente para bem dos Açores, para bem da saúde dos açorianos. Aliás, como bem se lembram, a pedido do Sr. Presidente do Governo, quando solicitou aos partidos, quando o Sr. Presidente do Governo solicitou aos partidos o contributo até 29 de abril para o roteiro seguro para o desconfinamento, lembram-se os Srs. Membros do Governo e as Sras. e os Srs. Deputados que era apetrechar, capacitar, melhorar o Serviço Regional de Saúde, era uma das proposta do CDS logo à cabeça quando fizemos essa sugestão e esse nosso contributo que demos ao Governo Regional dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me em primeiro lugar, Sra. Presidente, que a saúde de forma muito especial e muito afetiva que não será naturalmente inédita na sequência do que já tiveram oportunidade de dizer quer durante a manhã o Sr. Deputado José San-Bento, quer agora ainda há pouco o Sr. Deputado Artur Silva ... Artur Lima (foi mesmo falha, Sr. Deputado, também acontece) relativamente a este nosso plenário presencial, primeiro após a pandemia, na sequência também dos dois nossos plenários inéditos online a nível do país, porque isto significa (e naturalmente mais importante e nem sequer principalmente pela alegria e o gosto de nos vermos e de convivermos em plenário e fora de plenário, mas

significa, creio eu), antes demais, que também aqui mais uma vez nós todos, na sequência da decisão da Sra. Presidente e dos Srs. Líderes Parlamentares, fomos verdadeiramente representantes do povo e agimos de acordo com os seus melhores interesses e tentando também, conforme é nossa estrita obrigação, ser exemplares. Quando foi preciso confinar, fizemo-lo sem interromper o essencial da nossa atividade; quando é preciso também dar o exemplo, quando é altura, porque há condições para isso, de começar a desconfinar, nós aqui estamos, cumprindo verdadeiramente o desiderato sagrado de sermos também nisto representantes do povo.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Eu queria na sequência da intervenção do meu camarada e Sr. Deputado Domingos Cunha que foi absolutamente esclarecedor acerca deste nosso projeto de resolução dizer o seguinte: é óbvio que nós todos concordamos com algumas das coisas que aqui foram ditas, é óbvio que nós todos somos unânimes no reconhecimento da excelência do trabalho, da qualificação, dos técnicos, da referenciação conhecida a nível regional, nacional e internacional do nosso laboratório, da sua evolução aqui muito bem recordada pelo Deputado Domingos Cunha desde Laboratório de Imunogenética em 99 até agora.

Nós todos concordamos no papel essencial que a sua liderança e a qualidade, o empenho dos seus técnicos têm tido ao longo do tempo, mas também é justo lembrar que isto tem sido possível, porque na rotina dos dias, sem a publicidade que uma emergência naturalmente levanta, eles tiveram esse reconhecimento, foram tendo os meios jus orgânicos necessários para isso, foram tendo naturalmente as merecidas dispensas e oportunidades de formação, foram sendo reconhecidas, inclusive, ao nível regional pela Direção Regional de Ciência e Tecnologia das candidaturas que paulatinamente foram apresentando e, portanto, há aqui um mérito próprio que nós queremos reconhecer e enfatizar,

mas também é bom não esquecer já agora o mérito, o cumprimento do poder/dever que o Governo dos Açores, nomeadamente através da Secretaria da Saúde, foi sempre cumprindo naturalmente não se preocupando com a publicidade que a espuma dos dias geralmente não traz.

Eis-nos chegados também a este momento, é um momento de maior reconhecimento face à necessidade, à exposição, à publicidade da referenciação deste laboratório, designadamente acerca da pandemia, como foram noutras felizmente com menor intensidade e gravidade e como foi aqui também bem recordado, mas sobretudo é preciso dizer uma coisa, é preciso que nós, ao nosso nível, os políticos façam o que têm a fazer e os políticos o que têm a fazer é estabelecer prioridades. Quer dizer, nós estamos aqui para dizer ... alguns dizem que já era altura, mas a verdade é que a altura só surge quando alguém primeiramente o diz e é altura de nós dizermos, a respeito deste laboratório, que para além de todas as suas excelências, de todo o apoio que tem tido, dos seus equipamentos, dos seus recursos técnicos e humanos, esse laboratório necessita de instalações mais definitivas e sobretudo mais adequadas.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mais definitivas porquê?

O Orador: É bom também dizer que ao nível do que há no país há laboratórios com instalações tão más ou piores, porque aquelas não são más, do que aquelas, mas nós estamos habituados, temos essa tradição e essa exigência de termos excelentes infraestruturas e também queremos que este laboratório tenha excelentes infraestruturas. Por isso, ao nível político, a este nível, ao nosso nível, porque é este o que conta, Sras. e Srs. Deputados, a gente todos tem de saber que o que conta é o que sai no Jornal Oficial, não é nos outros.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: O que sai no Jornal Oficial é que conta e é preciso uma resolução desta Casa no Jornal Oficial sobre as instalações do laboratório e esta nós sentimo-nos muito bem acompanhados, mas é o Partido Socialista que a

apresenta e é esta resolução que nós queremos, porque esta resolução também é priorizar, Sras. e Srs. Deputados, porque nós podíamos nos fixar num extrator, podíamos até retirar algum vento e só conseguir retirar algum vento desse extrator, mas é preciso priorizar e nós achamos que o mais importante, independentemente da explicação que curiosamente este plenário a todos esqueceu dada pelo Sr. Presidente do Governo no último plenário sobre o extrator, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas parece que a explicação não corresponde à realidade!

O Orador: ... para além do extrator e muito para além do extrator, nós priorizamos as instalações do laboratório, priorizamo-la ao nível em que estamos, ao nível político e convém ler a resolução, porque de repente nós passamos do extrator a um mamarracho, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mamarracho?

O Orador: ... de repente já querem saber quantos gabinetes tem as novas instalações, se tem vista para o mar ou vista para a circular ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Não, não, Sr. Deputado!

O Orador: Calma, Sras. e Srs. Deputados! Não é essa a nossa competência. Por isso, o que nós propomos na resolução é que sejam, pelo executivo competente, pelo Governo, iniciados os trabalhos técnicos e preparatórios absolutamente necessários, que sejam feitos os respetivos estudos ao nível da logística administrativa, técnica, da biossegurança e que também seja estudada a melhor das localizações, sendo certo que este é um serviço do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Portanto, é isso que nós queremos fazer na certeza que importantes são as instituições, na certeza que mais importantes do que as pessoas que felizmente passam, ficam as instituições, mais importante do que os atuais deputados do Partido Socialista, ou que os atuais deputados do Partido Social Democrata, ou

que os atuais líderes do laboratório, ou que a atual tutela, ou já agora do que a comissão de serviço que eventualmente está neste momento no Conselho de Administração desta empresa pública, o mais importante são as instituições, aquilo que elas dão, o histórico que elas têm, aquilo que prometem, a credibilidade que têm, aquilo que querem continuar a dar, aquilo que nós devemos ajudar a continuar a dar e aquilo que nós vamos decidir, porque é nossa competência, que haja uma decisão política comprometida com melhores e definitivas instalações para o Laboratório de Epidemiologia da Terceira ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Essa das definitivas eu não estou a perceber!

O Orador: ... e que essa decisão devidamente ponderada pelo executivo e pelas respetivas equipas técnicas siga, veja a luz do dia e seja implementada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional da Saúde tem a palavra.

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas isto é ciência, não é saúde!

(*) **Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Cara e Caros Colegas:

O Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular é um ativo de extraordinário relevo para a Região Autónoma dos Açores. Faz parte integrante do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Desde a sua criação que todos sabemos há duas décadas tem ocupado uma posição cimeira na estratégia regional para a saúde e para a investigação científica.

No seu dia a dia produz uma séria de técnicas de genética molecular em que acompanha os outros serviços na área da oncologia, das hepatites, do HIV Sida, entre outras áreas como a genética preditiva e preventiva e naturalmente este é o seu trabalho diário.

Na situação que todos nos vimos envolvidos desde janeiro e no nosso caso, na Região, com casos concretos a partir de 27 de fevereiro de 2020, este laboratório prontamente nos ajudou em toda esta situação e a Região está preparada, como todos sabemos, com os dois laboratórios que produzem e testam todos os dias mais de 500 análises na nossa Região.

As instalações do SEEMBO permanecem desde a sua criação na área pertencente a instalações partilhadas propriedade da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Estas instalações, fruto do desenvolvimento e de toda a produção científica e crescimento do laboratório, naturalmente são limitadas, nomeadamente se conversarmos relativamente à melhoria de infraestrutura elétrica e de sistema de ar condicionado a que todo este tipo de laboratórios tem de ter acesso devido à especificidade da sua atuação, nomeadamente se da pandemia assim o falarmos.

Portanto, é importante sem dúvida que as instalações possam de alguma forma serem melhoradas, que se consiga e é com agrado que vimos esta proposta de crescimento.

No entanto, e respondendo aqui às questões que também foram levantadas, é importante esclarecer e já foi esclarecido pelo Presidente do Governo Regional que não houve qualquer desvio do equipamento de um laboratório para o outro. Foram doados dois equipamentos exatamente iguais ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Não vale a pena repetir essa questão porque o Sr. Presidente já disse. A questão é que isso foi desmentido publicamente!

A Oradora: ... por parte de dois doadores privados. Portanto, o que se verificou foi a incapacidade do fornecedor de produzir os dois laboratórios, mas prontamente disponibilizou um extrator com a mesma capacidade e o importante é que neste momento ao dia de hoje e já há umas semanas atrás os dois laboratórios têm capacidade de extração ao mesmo tempo de 96 amostras e que prontamente mal o fornecedor consiga produzir esse equipamento será substituído e entregue.

Portanto, o que é importante e o que estamos hoje aqui focados é nas instalações do SEEMBO, é que no SEEMBO cultiva-se agora, como há 20 anos, conhecimento e inovação com a marca Açores, dá-se resposta pronta e de excelência a desafios epidemiológicos, nomeadamente como a COVID-19 que infelizmente não será esta a última pandemia.

A melhor forma de garantirmos que dentro de 20 anos o SEEMBO continuará a crescer é dotá-lo com instalações condignas e adequadas à sua missão.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É tudo extraordinário, de facto é! É extraordinário o que se produz no SEEMBO, é extraordinária a dedicação, disso não tenhamos a menor dúvida, como também já disse que víamos com bons olhos esta iniciativa.

Mas também pensei quer na sua intervenção, quer na intervenção do Sr. Deputado Francisco Coelho, que pelo menos viriam aqui anunciar que no dia x de junho chegaria à Terceira o extrator de primeira geração tal como tinha sido prometido. Mas não, não é isso que nós soubemos hoje aqui. Soubemos pela sua intervenção que este atraso no extrator para o Laboratório do SEEBMO se deveu a uma incapacidade do fornecedor.

Mas, oh Sra. Secretária, os extratores não foram encomendados ao mesmo tempo.

Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*): Foram!

A Oradora: Foi encomendado primeiro um extrator para o único laboratório que na altura fazia testes na Região, no dia 23 ou 24 de março, portanto, dizer que é incapacidade do fornecedor pode repetir as vezes que quiser, mas infelizmente essa desculpa não colhe. Vale-nos sim, mas é que nos vale mesmo, a experiência, a dedicação e a competência dos técnicos do SEEMBO para a luta desta pandemia. Com eles podemos contar sempre.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha** (*PS*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que desviámos aqui um pouco o objeto desta resolução e a Sra. Deputada Mónica Seidi acabou aqui de voltar a falar na questão do extrator. Eu penso que isso está mais do que esclarecido.

O Sr. Presidente do Governo, no último plenário, a uma pergunta objetiva do Sr. Deputado Artur Lima respondeu claramente e explicou clara e objetivamente o processo dos extratores. Eu penso que poderá não ser necessário ou será necessário ler o que é que o Sr. Presidente do Governo disse, porque tenho aqui as declarações textuais. Porque não possível nós estarmos permanentemente a passar mensagens deste género, porque estas não salvaguardam aquilo que é o objetivo principal que é melhorarmos cada vez a estrutura do Serviço Regional de Saúde, dos nossos serviços para estarem cada vez mais aptos e responsáveis para responderem às necessidades de cada açoriano. É isto que nós estamos aqui presentes e é isto que estamos aqui a promover e a propor.

É preciso que esclareça uma vez mais, e volto a dizer, se for preciso, repetirei textualmente aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente do Governo na quarta-feira do último plenário em resposta ao Sr. Deputado Artur Lima e que o Sr. Deputado Artur Lima terminou agradecendo o esclarecimento objetivo e claro do Sr. Presidente do Governo, mas penso que é escusado, porque faz parte do Diário das Sessões.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Nesta matéria é evidente que o PPM concorda, mas noutras circunstâncias e noutras temáticas o PPM quando ... E lembro-me, vou dar até um exemplo concreto que teve a ver com o fretamento do navio Malena, nós tínhamos com muitos meses de antecedência uma iniciativa nesse sentido. Quando a contratação já tinha ocorrido obviamente que o projeto de resolução que

tínhamos apresentado nesse sentido já não fazia sentido uma vez que aquilo que queríamos recomendar ao Governo já estava a ser realizado. O que é que eu fiz em circunstâncias dessas?

Nesse tipo de circunstância retirei o projeto de resolução tendo em conta que o mesmo já estava a ser executado.

Por isso a questão que eu coloco à Sra. Secretária é a seguinte: se a recomendação que aqui é feita no âmbito deste projeto de resolução, se o Governo e o hospital no âmbito da sua autonomia não o está a fazer já e não tomou decisões a este nível, ou seja, se não está a diligenciar e a promover desde já atos preparatórios para dotar o Serviço Especializado de Biologia Molecular do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira de adequadas instalações nas perspetivas técnico-funcionais, laboratoriais, logísticas ...?

Ou seja, o que aqui se diz nem se quer é a concretização, é se já existem atos preparatórios, porque o que se está aqui a propor é tão simplesmente isto, que sejam realizados atos preparatórios. A ambição não é o horizonte daquilo que está a ser proposto nem sequer é a concretização, são os tais atos preparatórios.

O que eu lhe pergunto, a questão que lhe coloco é se já existia por parte da tutela, ou se já existia por parte do hospital uma decisão a esse nível e se estes atos preparatórios já foram ou não desenvolvidos antes da votação que hoje irá aqui ocorrer, porque a Sr. Deputada Mónica Seidi o que disse é que estes atos e estas circunstâncias, ou seja, estes atos já tinham sucedido. O que lhe coloco é essa questão: já sucederam? Já ocorreram ou não ocorreram?

É porque se já ocorreram evidentemente estar a recomendar uma coisa que o Governo já está a fazer não tem um propósito útil. Então, se algo ocorre nestas circunstâncias e nestas condições a quatro meses de eleições parece que o propósito é outro. Portanto, gostava que V. Exa. me esclarecesse a este respeito.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pergunta é para quem quiser responder, ou o Sr. Deputado Domingos Cunha, ou a Sra. Secretária: vão ou não finalmente se tornar eficientes na gestão da ciência na Região, ou vão continuar a fazer elefantes brancos que depois não têm nem equipamentos, nem pessoal com formação técnica e científica para os ocupar?

Temos laboratórios de nível 3 que custaram caríssimo à Região vazios no Laboratório de Veterinária. Seria ou não uma excelente oportunidade de ter o melhor dos dois mundos?

Em relação ao extrator de RNA a história é tão simples quanto isto e todos nós sabemos que ele foi encomendado primeiro para a Terceira e não existem extratores de primeira geração aos pontapés. O primeiro foi para São Miguel, neste momento obviamente tem de estar a ser fabricado outro. Portanto, não há para entrega. Isso é óbvio e é uma explicação que não sendo mentira, não explica o que se passou e é de uma enorme injustiça, porque o laboratório de São Miguel estava a ter imensos problemas com contaminação de RNA terem decidido levar o extrator primeiro para São Miguel para reduzirem os problemas e quem estava a trabalhar com elevação ter ficado só e epicamente. É a mesma coisa dar umas grandes chuteiras a um menino que não sabe jogar futebol e o menino que sabe jogar muito bem futebol, como joga com qualquer sapatinho, leva os ténis piores, tirando a possibilidade daquele que poderia ter uma boa carreira não ter o equipamento que o ajude. Basicamente foi o que se passou na Região.

O Sr. Deputado sabe que isto é completamente verdade e o seu reconhecimento é a necessidade de vir agora aqui dar um volte face e tentar compensar o

laboratório da Terceira com umas novas instalações, que o merece, é verdade!, mas a vossa atitude e a correr é o comprovativo no *timing* de que há necessidade de haver um ressarcimento àquilo que se passou na Terceira.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada.

Informo que esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a Sra. Deputada Graça Silveira acabou de fazer aqui uma acusação gravíssima, que foi dizer que as análises que estavam a ser efetuadas no laboratório do Hospital de Ponta Delgada que tinham sérios problemas e que punham em causa eventualmente ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Não, não! Diga, Sr. Deputado de onde é que fizeram os falsos negativos!

O Orador: ... os diagnósticos e a saúde dos doentes. Eu desafio a Sra. Deputada Graça Silveira a demonstrar aqui essa acusação que fez ...

Deputada Graça Silveira (Independente): E faço!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado um falso negativo neste tipo de análise é fácil de demonstrar!

O Orador: ... e se o conseguir demonstrar com certeza que há mecanismos legais para fazer essa avaliação, essas conclusões e as respetivas medidas. Se não o fizer terá que pedir desculpa ao Hospital do Divino Espírito Santo e aos técnicos que trabalham lá nos seus serviços. Portanto, isto que fique claramente aqui esclarecido.

Por último, gostaria de dizer só para terminar esta questão: independentemente dos deputados que propuseram esta resolução, que foram os deputados da ilha Terceira, sejam os que aqui estão, sejam aqueles que estarão ou que virão a

estar no futuro, sejam quais for os deputados que integrarem esta bancada vão defender sempre o Serviço Regional de Saúde com a mesma determinação com que nós estamos a defender agora e o Governo também, independentemente dos conselhos de administração que estiverem no Hospital de Santo Espírito na Ilha Terceira, seja o atual, seja os outros que vierem, irão continuar a defender o seu hospital e os serviços a prestar a cada um dos açorianos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Independentemente de tudo isto o que nos preocupa, sim, é darmos dignidade, condições e qualidade aos serviços e aos laboratórios que servem e muito bem o Serviço Regional de Saúde. Este é o nosso propósito e o nosso objetivo, por isso, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sobre o ponto de vista do requerimento que apresentámos e, aliás, se ler a parte resolutiva o que nós dizemos é “diligencie e promova todos os atos preparatórios conducentes”, porque são atos preparatórios, penso que toda a gente sabe o significado. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Para uma interpelação à Mesa tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, eu gostaria que a Sra. Presidente informasse que eu esgotei o meu tempo e que me cedesse tempo ou uma figura regimental para eu poder esclarecer a câmara, porque fui desafiada pelo Sr. Deputado Domingos Cunha de que se não fizesse um esclarecimento teria de fazer um pedido de desculpas. Portanto, eu tenho que ter um espaço regimental perante este desafio do Sr. Deputado para esclarecer a câmara.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pode fazer um protesto, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados!

Sra. Deputada Graça Silveira, sabe bem que não há nenhuma figura regimental que lhe possa ser concedida para esse esclarecimento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Protesto!

Presidente: A Sra. Deputada pede a palavra novamente para?

Um protesto a?

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Às declarações que o Deputado Domingos Cunha fez de pôr em causa a seriedade das minhas declarações disse “a Sra. Deputada Graça Silveira fez aqui acusações gravíssimas”.

Foi aquilo que o Sr. Deputado Domingos Cunha disse. Disse que a Deputada Graça Silveira tinha feito acusações gravíssimas e que devia um pedido de desculpa. Portanto, faço um protesto a essas declarações.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira não lhe posso conceder a palavra para um protesto, para já porque é uma acusação de âmbito político e este é o debate político. Aliás, se a Sra. Deputada quisesse fazer um protesto teria pedido a palavra para um protesto logo a seguir por se sentir ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Mas não houve mais nenhuma intervenção. Eu ainda estou exatamente a seguir!

Presidente: Sra. Deputada! A Sra. Deputada agora tem de ouvir aquilo que lhe estou a dizer.

A Sra. Deputada fez uma interpelação no sentido de saber se teria tempo ou alguma figura regimental que lhe permitisse continuar o debate. Não tem, não pode por isso dizer que agora quer fazer um protesto ou quer fazer outra coisa qualquer. Portanto, eu não lhe posso dar a palavra e a Sra. Deputada Graça

Silveira naturalmente que poderá depois de forma particular esclarecer o Sr. Deputado Domingos Cunha naquilo que entender.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Particular!? Então eu sou acusada publicamente e vou fazer um esclarecimento particular?

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira estas são as regras do debate. Portanto, a senhora esgotou o seu tempo e eu não posso fazer nada em relação a isso, porque a gestão do tempo é de cada uma das bancadas. Não cabe à Mesa ...

Claro que sim. Tem a palavra para uma interpelação, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Então, Sra. Presidente, eu gostaria que a Sra. Presidente esclarecesse a câmara onde é que no Regimento diz que entre a ofensa se houver uma interpelação à Mesa perde a validade de ser o ato imediato?

Porque aquilo que diz o Regimento é que só se pode fazer um protesto se for imediatamente a seguir à intervenção, que o foi.

Pergunto é onde é que diz no Regimento que uma interpelação à Mesa torna a não continuidade.

Muito obrigada.

Presidente: Não diz em lado nenhum do Regimento. Cabe é à Mesa decidir se dá a palavra para o protesto ou não. Como aliás já aconteceu imensas vezes ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ah! Então a Sra. Presidente considera que não há matéria de facto!

Presidente: Sra. Deputada, a Sra. Deputada tem de aprender a ouvir.

A Mesa entendeu que não foram proferidas declarações que me permitissem lhe conceder a palavra para um protesto e a própria interpelação que a Sra. Deputada fez à Mesa é que me dá essa convicção, porque se a senhora quisesse desde o início ter feito um protesto podia tê-lo feito, o que a senhora queria era

continuar o debate, sabendo que não tinha tempo para o fazer. Em relação à questão dos tempos eles são definidos e previamente informados.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (Independente): Sra. Presidente, da próxima vez que alguém fizer uma interpelação ou perguntar o tempo à Mesa vou lembrar-lhe esse seu esclarecimento!

Presidente: Sra. Deputada! A Sra. Deputada tem o seu tempo, utiliza-o como quiser e cabe à Mesa gerir os trabalhos também da forma como acha que deve fazê-lo.

Deputada Graça Silveira (Independente): Muito bem, Sra. Presidente, está tudo certo.

Presidente: E está mesmo, Sra. Deputada. Está tudo certo.

Deputada Graça Silveira (Independente): Eu vou pedir cópias e o da próxima vez que der a palavra para protesto vou lembrar-lhe isso! Bem pretensiosazinha!

Presidente: Sra. Deputada Mónica Seidi tem agora a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portanto, já percebemos que esta questão do extrator é um não assunto da parte da Sra. Secretária, ao contrário do que possam os açorianos pensar, até passando a citar o líder do PSD/Açores que ainda ontem, em notícia de um jornal, afirma que é lamentável que não haja da parte da tutela uma explicação que justifique esta atitude, porque é bastante claro que no dia 24 de março foi pago um extrator quando só havia um único laboratório a funcionar, mas isto é um não assunto para a tutela, vamos passar à frente e eu vou continuar a assistir num assunto, porque de facto não tenho a menor dúvida que esta resolução chega para haver aqui uma redenção de uma atitude que não foi a mais correta. Não posso deixar de questionar a Sra. Secretária porque ainda não ouvi da sua boca o que é que pensa sobre estas notícias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Se é do *Diário Insular* não é notícia!

A Oradora: ... porque de facto concorda com a resolução, mas não quero acreditar que a Sra. Secretária da Saúde, que tutela a Saúde, não tinha informação sobre esta intenção, ou pelo menos lendo a notícia do dia nove o hospital da Terceira já tinha em sua posse um documento preliminar elaborado pelo SEEBMO sobre esta candidatura. Portanto, não quero acreditar que a Sra. Secretária, que tutela a Saúde, não tinha informação, sobre esta intenção de candidatura junto do DREPA.

Portanto, é bom que nos esclareça quando é que soube desta intenção, porque de facto o Conselho de Administração, tudo bem que são cargos de confiança política, mas estão sob a alçada da Sra. Secretária, portanto, eu gostaria que nos dissesse, aqui, em sessão de plenário, desde quando é que sabe desta intenção de candidatura junto do DREPA e desde quando é que sabe que a mesma foi formalizada junto do DREPA?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num aparte o Sr. Deputado Francisco César está a achar estranho que a bancada do PSD me tenha feito chegar uma notícia do *Diário Insular* sobre esta matéria. Devo dizer que os meus adversários políticos são, como é óbvio, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, mas o meu objetivo é a verdade e no caso específico o que está em debate o que me interessa saber é se esta recomendação faz ou não sentido no momento em que está a ser feita e se o Parlamento está a deliberar sobre uma coisa que afinal já está decidida e foi a pergunta que eu fiz à Sra. Secretária. Já tenho o meu próprio artigo agora.

Este texto do *Diário Insular* ou tem capacidades de adivinhação especial os jornalistas do *Diário Insular*, ou o que eles dizem é que já existe, até os dossiers estão prontos sobre esta matéria. Os dossiers estão prontos!

Oh, Sra. Secretária, há uma coisa em política que é fundamental: mais tarde ou mais cedo vamos saber a verdade. Se os dossiers estão prontos V. Exa. não me venha dizer que não estão prontos, porque do ponto de vista político será grave faltar à verdade em relação a esta câmara. É algo que é fundamental.

O *Diário Insular*, numa notícia que não foi desmentida, não vi nenhum desmentido, informa que estes procedimentos já foram tomados. Se estes procedimentos já foram tomados, aqui o que existiu é da parte do Partido Socialista ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: ... uma recomendação no sentido de estar a preparar um dossier sobre algo que já está a ser feito e politicamente isso não é correto. Não é correto que se utilize, instrumentalize esta câmara para decidir algo que afinal já está decidido.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): 90% das suas resoluções não tinham existido!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, inscreva-se, se faz favor! Se tem alguma coisa para dizer isto inscreva-se.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Vou inscrever-me, Sr. Deputado! Vou dizer. Depois disso, vou dizer!

O Orador: Portanto, a questão é esta e quero reiterar a informação que fiz e a seguir vou ter a oportunidade de detalhar a informação que o *Diário Insular* informa sobre esta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que o debate tem sido muito esclarecedor, diria mesmo, até talvez demasiado esclarecedor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O *Diário Insular* é mais!

O Orador: Já sabemos todos o que é que temos, já sabemos todos o que tem sido a realidade, a história, o apoio institucional e governamental dado a este laboratório, mas também sabemos e eu reitero, porque me parece importante aquilo que já disse na minha primeira intervenção: nós como titulares de um cargo político, de um órgão de governo próprio da autonomia, temos de fazer opções e temos de dizer muito claramente às pessoas, às açorianas e aos açorianos a que vimos, porque os titulares de um órgão de poder próprio da Região estão aqui para influenciar, determinar a decisão real nas instituições próprias que devem ser tomadas.

O Partido Socialista como órgão político desta Casa, como sustentáculo político do Governo, reconhecendo, constatando e descrevendo aquilo que o Governo tem feito também nesta matéria, na área da saúde e sobretudo nesta área vem dizer mais e vem fazer uma prioridade: é verdade que o laboratório merece instalações definitivas e mais de excelência do que aquelas que atualmente tem. Essa deve ser uma prioridade e deve ser um comando político que este órgão próprio da Região deve dar ao Governo. É essa a nossa função. E devemo-lo fazer sem complexos, sem manobras de diversão, sem ar de quem comeu, mas

não gostou, com ar de quem quer falar do extrator para não falar das instalações, com ar de quem quer falar da radioterapia para não falar do laboratório, com ar de quem quer falar na hemodinâmica para não falar na iniciativa do PS.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai ter que explicar os inconseguimentos socialistas!

O Orador: Mas esta é a iniciativa que aqui está, posta por quem de direito e sobre a qual Vs. Exas. terão o dever de se pronunciar.

Nós queremos acreditar que se vão pronunciar, que vão fazê-lo de forma clara, que vão fazê-lo de boa fé e que vão dar o contributo possível, o contributo próprio que é aqui votando a favor desta resolução.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano):** Exma. Sra. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Cara Colega e Caros Colegas:

É importante aqui esclarecer que tenho conhecimento do documento e tenho também uma síntese de atividades do SEEMBO. No entanto, é importante perceber que são necessários trabalhos técnicos e preparativos que só iniciarão após aprovação ou não desta resolução.

Neste momento conheço a proposta que foi feita há muito pouco tempo, mas a proposta do Partido Socialista é uma proposta importante para reforçar o trabalho desenvolvido pelo SEEMBO há mais de 20 anos, é uma proposta importante para que se comece os trabalhos preparativos. Não há trabalhos

preparativos realizados, não há dossiers entregues, não há ainda estrutura feita. É preciso preparar a parte técnica, localização, dimensão, etc., que unicamente começará depois da aprovação ou não desta resolução.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional da Saúde.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, agradeço.

Quer dizer o dos outros deputados funciona automaticamente, o meu não funciona. Acho que a Sra. Presidente teve aqui um contributo.

Presidente: Sr. Deputado, não há nenhuma coincidência nisso. Nenhuma! Não é só o seu que acontece.

O Orador: Não! Estou a brincar consigo!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, então já estamos a chegar à verdade. Então aqui o que propõe o Partido Socialista é que sejam promovidos desde já todos os atos (todos são todos) preparatórios. Ora, V. Exa., a Sra. Secretária, acaba de dizer que a proposta já foi feita há muito pouco tempo, mas já foi, antes desta iniciativa.

Ora, o *Diário Insular* ... Eu já sei que quando se está muito tempo no poder e se tem uma determinada forma de exercer o poder a comunicação social é o inimigo. O *Diário Insular* pormenoriza inclusivamente a dimensão das instalações “uma área ótima de quatro mil metros quadrados, ou no mínimo os dois mil metros quadrados”, dá informação pormenorizada sobre este projeto.

Srs. Deputados, é evidente que existiram trabalhos preparatórios para a concretização desde objetivo e é evidente que essa decisão já foi tomada por parte de Vs. Exas.. Esses trabalhos preparatórios foram realizados. Não há forma de desmentir isto. Não há nenhuma forma de desmentir isto, porque evidentemente o que o *Diário Insular* avança é com informação bastante pormenorizada sobre esta matéria.

Portanto, o que há aqui a reconhecer é o seguinte: esta proposta resulta porque o Partido Socialista já sabe previamente que está a ser desenvolvido pelo hospital em questão este projeto e, portanto, decidiu capitalizar do ponto de vista político esta matéria. Pronto! Esta é a verdade sobre este processo.

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é falso, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

É para não se sentir tão sozinho. Eu o tenho notado muito ansioso este plenário. Bem sei que estamos no tempo das cerejas, mas coração ao alto, Sr. Deputado Paulo Estêvão! Vamos continuar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe diga o seguinte. A resolução do Partido Socialista é clara, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É clara, é!

O Orador: ... é clara no que diz, mas V. Exa. que já é experiente também perceberá isso, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não tanto como V. Exa.!

O Orador: ... é também muito clara naquilo que não diz.

Nós achamos que é um mau sinal fazer política a reboque da comunicação social, independentemente de todo o respeito que ela nos mereça. Portanto, o que eu lhe quero dizer é que se V. Exa. ler o projeto de resolução do PS vai ver que ele apenas diz o seguinte que o laboratório merece instalações modernas, adequadas, conformes em todos os requisitos técnico-científicos de excelência e obviamente não somos nós, e creio que também não é V. Exa., é por natureza a vocação deste órgão legislativo, saber quais são esses requisitos. Nem sequer é do Governo enquanto órgão político. É do Governo enquanto órgão executivo que tem por isso mesmo e é o órgão superior da administração pública e que

pode quer com os recursos internos, quer com recursos externos, mandar proceder a esses estudos multidisciplinares, inclusive.

Onde vai ser o laboratório?

Que vista é que ele tem?

Sinceramente para nós não é o importante. O importante é que essas instalações, na sequência desses estudos e tendo em conta a parte técnica, tenham desenvolvimento, tenham implementação.

O que nós queremos enquanto deputados, enquanto Parlamento e enquanto primeiro órgão da autonomia é que desta Casa saia um compromisso político, que só nós é que podemos tomar, porque somos o primeiro órgão de governo próprio da Região, que seja também um comando político ao Governo.

V. Exa. pelos vistos que é deputado, que às vezes gosta (e bem) da função de deputado, que exerce às vezes e às vezes até bem a função fiscalizadora de deputado, agora parece que quer concorrer com a administração, com dirigentes e quer saber afinal se é uma propostazinha *a*, se é *b* ...

Sr. Deputado, há uma coisa que eu lhe garanto e que V. Exa. sabe: o poder político que nós temos não o tem com certeza nenhum conselho de administração. Vamos exercer o poder político que temos com a abertura e a clareza política com que ele está nesta resolução. É isso que nos cabe. Tudo o resto são manobras de diversão ou são alguma inveja que neste momento não é compreensível.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para terminar, porque não ia intervir, mas depois daquilo que a Exma. Sra. Secretária afirmou eu tenho mesmo que questionar: Sra. Secretária, se já foi formalizada uma candidatura como é que V. Exa. diz que só avançará após a aprovação desta resolução?

Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*): Não é verdade!

A Oradora: Se já foi formalizada junto do DREPA essa intenção como é que a Sra. Secretária diz que só após a aprovação desta urgência é que avançará com a concretização?

Por favor, explique-nos.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho, que ainda tem mais experiência do que eu nestas lides parlamentares, é verdade, mas há outras verdades também que lhe vou dizer a seguir.

A questão, Sr. Deputado Francisco Coelho, é que V. Exa. quando descreveu a recomendação do projeto resolução que aqui está, que está escrito, mas não foi o que V. Exa. leu. V. Exa. não leu o que aqui está escrito. O que aqui está escrito vou-lhe recordar, é isto: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve recomendar ao Governo dos Açores que diligencie e promova desde já todos os atos preparatórios conducentes”, tudo o resto foi V. Exa. que disse, mas o que aqui está escrito são todos os atos preparatórios.

Ora, diz-me V. Exa. que nós não devemos andar a reboque da comunicação social. Eu não ando a reboque da comunicação social, mas valorizo a

comunicação social, que é fundamental para a democracia nos Açores e em qualquer outra região.

Pode ter a certeza que o Presidente Nixon se não fosse a comunicação social teria concluído a sua presidência, por exemplo. A comunicação social é absolutamente fundamental para o exercício das liberdades.

O que lhe quero dizer é o seguinte: é evidente que V. Exa. tem essa formação também na área da advocacia. Isto é uma causa perdida. V. Exa. nunca poderá provar que não sucederam estes trabalhos preparatórios. Estes trabalhos preparatórios já sucederam, já foram descritos, o *Diário Insular* até diz que tem na sua posse um documento preliminar. Um documento preliminar é o quê?

Não é um documento preparatório?

Portanto, V. Exa. em relação a esta causa sabe perfeitamente que esses trabalhos preparatórios já foram feitos. Ponto. Não há forma de desmentir aquilo que já é do conhecimento público através da comunicação social, esse papão, esse adversário enorme do Partido Socialista para o PPM, a comunicação social e o *Diário Insular*, em particular, não são nenhum inimigo e merecem-nos toda a credibilidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

É importante aqui esclarecer que não há dossier nenhum entregue em DREPA nenhum. O que existe é uma proposta, como vos digo, com a síntese das atividades, uma proposta do SEEMBO ao seu CA, seu Conselho de Administração, única e meramente.

Portanto, não há dossiers, não há dossiers entregues. Há uma proposta meramente entregue ao Conselho de Administração ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então isso é o quê? Não é trabalho preparatório?

A Oradora: Não, não é. Trabalho preparatório é trabalho de técnicos, trabalho que leva muito tempo, que tem de ser analisado e trabalho que leva muito tempo, muitas especificações técnicas de várias aéreas, inclusivamente de várias áreas e algumas das áreas que até não são áreas até da saúde.

Portanto, é isto que é importante esclarecer: há meramente uma proposta entregue ao Conselho de Administração do HSEIT. Não há trabalho técnico, nem dossiers preparados, entregues em lado nenhum.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõe de muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, não ouvi, estava com a máscara. Quanto tempo é que tenho?

Presidente: Muito pouco tempo, 10 segundos.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então com tão pouco tempo apenas faço o seguinte, agradeço à Sra. Secretária ter aqui confirmado aquilo que eu descrevi nas intervenções anteriores.

Secretária Regional da Saúde (Teresa Machado Luciano): Não, não! É precisamente o contrário!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): É exatamente o contrário!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é muito costume, mas desta vez V. Exa. conseguiu desiludir-me.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): V. Exa. o quê?

O Orador: Desiludir-me.

Nunca o vi com tanta desconfiança de governo e tanta confiança nos técnicos, tanta confiança nos corpos intermédios. Lanço-lhe um desafio: V. Exa. tem agora duas hipóteses ou assume os poderes políticos que o povo lhe deu e contribui para a formação de uma vontade política consensual desta câmara, dirigida ao órgão político executivo no sentido de serem diligenciadas e de serem efetivadas de acordo com critérios também de natureza técnica e científica ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... novas, condignas e modernas instalações para o laboratório da ilha Terceira, ou continua a confiar nos técnicos, auto dispensa-se e realmente se assim fizer corremos sérios riscos de não o ver aqui durante muito tempo. É isso que lhe digo, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para o debate.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): No sentido de lhe solicitar, Sra. Presidente, saber se do pouco tempo que eu utilizei, de que tinha, se ainda tenho algum pouco tempo.

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado, não tem mais tempo.

Já tinha muito pouco e realmente esgotou, conseguiu esgotar o seu tempo, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos passar então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 241/XI foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos este nosso ponto da Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo esta uma recomendação que não faz sentido tendo em conta que os atos preparatórios que aqui são recomendados ...

Deputado Francisco César (PS): Então porque é que votou a favor se não faz sentido?

O Orador: Vou explicar isso, por isso é que é a declaração de voto. V. Exa. terá que ter paciência. Vou-lhe explicar rapidamente e V. Exa. irá perceber muito rapidamente esta questão.

Portanto, não fazendo sentido recomendar algo que já está a ser feito, não faz sentido, todos poderemos concordar que não faz sentido fazer isto do ponto de vista instrumental, não faz sentido, mas a questão aqui é a seguinte também não faz mal. É como o melhoral, ou seja, ontem votei favoravelmente um texto sobre a agricultura que dizia que vamos apoiar os agricultores, não sabemos como e não sabemos a quem e eu votei favoravelmente, porque é uma boa intenção e é nesse sentido, nesse espírito católico que também voto esta recomendação.

Como ficou provado durante o debate estes procedimentos ... Isto não é construção, isto é aquilo que é e é apenas que sejam promovidos os atos preparatórios. É só isto que aqui está proposto.

Estando isto a ser feito também não vem mal ao mundo que se possa dizer. Da minha parte, da parte do PPM, estamos de acordo que isto se faça, ou seja, que se faça aquilo que já está a ser feito, mas durante o debate político evidentemente tivemos que denunciar aquilo que era a substância do projeto. Sabemos a intenção e os açorianos que nos ouviram ficaram a compreender a intenção deste projeto nesse sentido e termino com uma pequena referência se eu fico ou não fico aqui, já aqui estou há três legislaturas.

Eu quero dizer-lhe que em relação ao eleitorado terceirense, no que diz respeito ao eleitorado terceirense já sei que não fico, nunca fiquei. Não estou aqui por causa do eleitorado terceirense, agora é evidente que já estou aqui há três legislaturas por causa do eleitorado do Corvo e esse conto continuar a merecer a confiança desse eleitorado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Com certeza, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto naturalmente na qualidade de proponente para reconfirmar com maior razão e mais fundamentos na sequência deste debate e aliás desta unânime votação que penso que é importante, que saúdo, porque é ela sim, é ela que formalmente tem um poder inegável, o poder deste Parlamento, o poder de significar um comando político ao governo no sentido não apenas de proceder a atos preparatórios e técnicos que naturalmente ninguém hoje dispensa com vista à dotação das novas instalações do laboratório, porque esses atos preparatórios, Sr. Deputado Paulo Estêvão, são preparatórios de alguma coisa.

Mas eu queria sobretudo e por isso mesmo consolá-lo, dizer que está enganado, que não deve desanimar, o seu voto não foi em vão. Votou a favor e votou bem, porque votou e esse voto tem uma inegável utilidade.

Também tem V. Exa. mérito como atividade política ...

Presidente: Sr. Deputado, peço que não interpele diretamente o Sr. Deputado.

O Orador: Já é proibido elogiar, Sra. Presidente? Eu sei.

Para que lhe diga o seguinte, Sr. Deputado: V. Exa. será sempre muito mais se quiser do que um cuidado paliativo ou um penso rápido da maioria. Tem sido mais do que isso, espero que com certeza continue a ser.

Aquilo que o futuro dirá vamos ver, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Nós estamos aqui fazendo pelo futuro. Não estamos à espera da administração, não estamos à espera de corpos técnicos, nós estamos fazendo aquilo que nos compete fazer. Estamos tomando decisões políticas e isto não é nenhuma vergonha Sr. Deputado Bruto da Costa. É isso que nos compete fazer. Estamos tomando decisões políticas importantes e é tomando decisões políticas importantes e não lendo o que porventura nos agrada que nós exercemos efetivamente as nossas funções e podemos efetivamente determinar e modificar a realidade. É para isso que cá estamos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Seidi, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta resolução como disse na minha intervenção porque não temos a menor dúvida que é algo que o laboratório por tudo aquilo que foi dito pelo seu trabalho e dedicação merece de forma inequívoca, por todo o trabalho que prestou e seguramente por todo o trabalho que continuará a prestar.

No entanto, lamentamos esta postura, esta postura do Partido Socialista que traz aqui algo que é como o melhoral, não faz bem, nem faz mal, ...

Deputado José Ávila (PS): A senhora devia ter dito isso ontem!

A Oradora: ... e já percebemos que é algo que já está a ser executado, que é algo que já está tecnicamente decidido e bem decidido. Por isso, votámos a favor porque sobretudo o que nos importa aqui é melhorar as qualidades das instalações do SEEMBO, porque seguramente também trarão melhor qualidade nas suas investigações científicas em todos os diagnósticos laboratoriais que fazem.

Para terminar, não tenho a menor dúvida, depois deste debate, que esta foi a forma de redenção que os deputados do Partido Socialista, eleitos pela ilha Terceira, arranjam para fazer esquecer os terceirenses o inexplicável atraso da chegada do extrator de RNA ao laboratório do SEEMBO da ilha Terceira.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Uma declaração de voto, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa é de todo meritória, até porque quando se está a falar em laboratórios de genética as infraestruturas não são tão relativas quanto isso. É comum dizer-se que se pode fazer excelente ciência em infraestruturas de baixa qualidade, como aconteceu durante muitos anos na Região e que não são infraestruturas de topo que permitem produzir ciência de alta qualidade, mas quando estamos a falar em laboratórios que manipulam vírus, que manipulam RNA, que manipulam DNA, estruturas de laboratórios que impeçam que haja contaminação das análises com RNA que é uma coisa que acontece muito frequentemente e quem trabalha com isso sabe, e que essa é a única razão pela

qual aparecem e foram apresentados publicamente pela Autoridade Regional da Saúde nos vários casos de COVID, casos de falsos positivos, em ciência não há falsos positivos, há laboratórios que quando estão a trabalhar em condições de precariedade aumenta a probabilidade de contaminar as amostras e conseqüentemente isso dá aquilo que se chamam falsos positivos. Não há em ciência falsos positivos em RNA, há amostras contaminadas e uma má manipulação, que muitas vezes até pode haver uma excelente formação técnica das equipas, mas as condições físicas dos laboratórios e a falta de equipamentos não lhes permite ter um desempenho melhor.

Sempre que as equipas são de excelência, como é o caso, sempre que tem condições para produzir ciência de alta qualidade é de toda a legitimidade que lhe sejam dadas as condições físicas como laboratórios de alta segurança, os chamados laboratórios de biossegurança e neste caso nível 3, que eles precisam, eles merecem e, portanto, independentemente de ser por questões eleitoralistas, independentemente de ser para compensar os terceirenses por aquilo que eles se sentem defraudados, a verdade é que o laboratório vai ter novas instalações. Que assim seja e muito bem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto cinco: **Projeto de Resolução n.º 169/XI – “Plano de atuação para apoiar a economia das ilhas das Flores e Corvo na sequência dos estragos provocados pelo furacão Lorenzo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(Neste momento, o Deputado Manuel Pereira foi substituído na Mesa pela Deputada Marta Matos)

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A passagem do furacão Lorenzo deixou um rasto de destruição nas infraestruturas marítimas da ilha das Flores, em especial no Porto Comercial das Flores.

Sendo o Porto Comercial das Flores de vital importância para as Flores e para o Corvo, uma vez que é por ali que passa todo o abastecimento ao Grupo Ocidental, os profundos estragos causados pelo furacão Lorenzo nesta infraestrutura condicionaram fortemente a economia.

Até à reconstrução total do Porto Comercial das Flores, o abastecimento por via marítima terá de ser efetuado através do cais -5, o qual tem limitações ao nível do comprimento e calado dos navios que ali podem operar, e consequentemente, da capacidade de transporte de mercadorias.

Desta forma, o abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo está fortemente condicionado.

A 15 de outubro o PSD nesta Casa referiu que o momento exigia consciencialização, uma avaliação e respostas. Consciencialização dos impactos para as ilhas das Flores e do Corvo do ponto de vista económico e social, onde afetava empresas e particulares nos mais variados aspetos e por um período largo de tempo.

Uma avaliação e quantificação dos estragos feitos, bem como do tempo necessário para que as ilhas das Flores e do Corvo possam voltar a ter um porto operável por navios porta contentores e serem abastecidos com normalidade.

A resposta de como fazer chegar às Flores e ao Corvo todo um conjunto de bens fundamentais ao funcionamento da economia daquelas ilhas. O tempo provou

que o PSD tinha razão, porque estava presente e conhecia de perto toda a problemática.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Governo não estava presente e porque não conhecia a realidade não esteve preparado para agir perante as dificuldades, não esteve à altura do desafio.

Deixámos ainda nessa altura um primeiro contributo, defendemos que deveriam ser agilizados, dentro da legalidade da contratação pública, todos os procedimentos legais e necessários, bem como a elaboração de projetos com vista à reconstrução do porto da Lajes das Flores. Deveriam ser assegurados, por parte do Governo Regional, o financiamento necessário à reconstrução integral do porto das Flores. O Governo reconheceu e acolheu (e bem) esses dois contributos.

Nessa mesma altura o PSD defendeu ainda que deveriam ser procuradas de imediato soluções de navios capazes de operar no cais -5 daquele porto com capacidade de transporte de contentores para efetuar carreiras regulares em função das necessidades.

Defendeu ainda que deveria ser desencadeado de forma extraordinária um procedimento destinado a que um navio se deslocasse às Flores a fim de descarregar alimentos para os animais e no regresso permitia a exportação de bovinos vivos.

Mais uma vez o tempo deu razão ao PSD e mostrou que o Governo esteve em negação durante muito tempo e não conseguia ver a realidade, não esteve à altura desses problemas.

A 17 de outubro, numa nota publicada na sua página da internet, a Presidência do Governo Regional dos Açores informa que “a partir de meados de novembro será introduzida na operação uma segunda embarcação de forma a reforçar o

abastecimento ao Grupo Ocidental através de uma segunda viagem semanal”, situação que nunca aconteceu.

A 19 de outubro, o Governo Regional dos Açores anuncia que vai garantir o transporte de bovinos das Flores e do Corvo recorrendo ao fretamento de uma plataforma marítima com reboque para ultrapassar as limitações atuais ao transporte de animais devido à passagem do furacão Lorenzo.

Essa possibilidade nunca foi levada por diante, porque não estavam reunidos os requisitos legais para o transporte nessas condições.

Para cúmulo de tudo isto no dia 10 de janeiro o Governo disse que “os agricultores não tinham feito a exportação dos seus animais na plataforma porque não quiseram.”

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos hoje aqui, dia 17 de junho, a discutir a iniciativa que deu entrada nesta Assembleia a 30 de outubro e com exame em comissão concluído a 21 de fevereiro. Contudo, a 30 do 10, quando o PSD entregou no Parlamento esta proposta para apoiar a economia da ilha Flores e do Corvo com o objetivo de minimizar o impacto negativo causado pela passagem do furacão Lorenzo nestas ilhas, recomendava ao Governo que desencadeasse os procedimentos necessários que permitissem o seguinte: “a suspensão de todas as taxas portuárias no Grupo Ocidental, bem como as despesas de movimentação de cargas nos portos da Região relativas às mercadorias com destino às ilhas das Flores e do Corvo”; recomendava também a disponibilidade de um seguro que cobrisse “os riscos de transporte de bens, em especial os perecíveis, entre o Porto da Praia da Vitória e o Porto das Flores”; que fosse “utilizada a capacidade máxima de carga disponível nos voos da SATA com destino à ilha das Flores com o transporte de produtos alimentares e que esse diferencial do preço fosse suportado pelo Fundo Regional de Abastecimento”.

Mais uma vez o Governo reconheceu que o PSD tinha razão e introduziu no orçamento normas que materializavam essas recomendações.

O PSD recomendou ainda a isenção total de forma transitória do pagamento de contribuições para a Segurança Social por parte das empresas e trabalhadores independentes sediados nas ilhas das Flores e Corvo. Esta medida está prevista no Código Contributivo e pode ser implementada na sequência de catástrofes naturais.

Mais uma vez o Governo não esteve à altura do desafio, tratou de forma diferente os florentinos e corvinos, uma vez que tal medida já tinha sido implementada aos agricultores devido a constrangimentos de mercado implementada pelo Governo da República.

A 11 de novembro de 2019 o PSD propõe que seja criado um gabinete com efetivo poder de decisão na dependência do Presidente do Governo Regional que tenha como objetivo principal toda a coordenação logística de abastecimento à ilha das Flores.

O líder parlamentar do PS nessa altura dizia que o PSD estava a ser precipitado e que este era o momento de fazer uma avaliação para só depois termos soluções.

Tanto tempo depois o PS ainda não tinha percebido nada do que tinha acontecido e hoje ainda não tenho a certeza se já percebeu.

A 3 de dezembro de 2019 o Capitão do Porto de Santa Cruz das Flores publicou um edital anunciando que o porto comercial, a marina e o núcleo de pescas se encontravam abertos à navegação. Quarenta dias depois deste edital finalmente o navio contratado atracou nas Flores.

O que se exige a um Governo é que as funções essenciais de um estado, e neste caso da Região, sejam garantidas e por diversos momentos o Governo não esteve à altura dos desafios. Na verdade, o Governo nunca teve um plano alternativo para fazer o abastecimento às ilhas das Flores e do Corvo.

O Governo andou e reagiu a reboque dos empresários, do PSD, reagiu sempre que pressionado pelas circunstâncias. Neste momento, passados mais de sete meses o PSD considera que deu um contributo decisivo para a melhoria da situação dos transportes marítimos de mercadorias na ilha das Flores. O PSD considera que os propósitos que constam desta iniciativa foram na sua generalidade atingidos e neste sentido anuncia que neste momento retira a iniciativa e vai dar entrada de imediato no requerimento a formalizar essa pretensão.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Bruno Belo anuncia ao abrigo do artigo 118.º que retiram a iniciativa, por isso está encerrado também este ponto e vamos avançar com os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado António Lima pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Lima (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos então às 17 horas e 25 minutos.

Eram 16 horas e 54 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Deputado Manuel Pereira voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 34 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto seis na Agenda: **Projeto de Resolução n.º 179/XI – “Recomenda ao governo a revisão do rácio de atribuição e a contratação urgente dos assistentes operacionais e assistentes técnicos necessários ao funcionamento das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional”**.

Esta iniciativa é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Deu entrada na Mesa uma proposta de substituição integral que, entretanto, já foi distribuída por todos e por isso dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A educação é um dos pilares do desenvolvimento da sociedade. Para esse pilar consubstanciado no nosso sistema educativo concorrem vários intervenientes. Todos eles são fundamentais para que o sistema educativo regional cumpra o seu importante papel. O pessoal não docente constitui um desses intervenientes e é essencial para o sistema educativo.

A sua função vai muito mais além do que a limpeza de instalações, o trabalho administrativo ou abertura de salas. Eles são parte da comunidade escolar e por isso parte do processo educativo.

A falta de funcionários não docentes e a falta de renovação dos quadros é um sério problema do sistema educativo regional. Pais, encarregados de educação, docentes, conselhos executivos e alunos demonstram muitas vezes a sua

preocupação com a falta de assistentes operacionais e assistentes técnicos nas escolas da Região.

Esta situação é muitas vezes colmatada no sistema educativo pela colocação de trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais numa clara utilização desta mão de obra barata para colmatar necessidades permanentes das escolas.

Estes trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais são também eles essenciais tornaram-se mais visíveis recentemente após uma manifestação que juntou mais de 100 trabalhadores em frente ao Palácio de Sant'Ana em Ponta Delgada. Reivindicavam algo tão simples e que nos dias de hoje até parece mentira: trabalho com direitos.

Nos Açores os rácios de pessoal não docente nas escolas regem-se pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2007/A, 13 de julho, nomeadamente pelo seu artigo 40.º. Estes rácios da forma como estão construídos são simplistas e ignoram a realidade das escolas e dos seus próprios quadros de pessoal.

Os rácios têm em conta apenas e só o número de alunos de cada escola, assim como o seu nível de ensino. O desfasamento da realidade torna-se por demais evidente quando se verifica a partir de dados enviados ao Parlamento pelo próprio Governo Regional que o número de funcionários não docentes nas escolas é mais do dobro do que aquele que estaria previsto através do cálculo dos rácios. Se esses rácios fossem seguidos as escolas não funcionariam como é evidente.

Os rácios ignoram, entre outras coisas, a tipologia das escolas, o número de alunos com necessidades educativas especiais para o cálculo do número de funcionários não docentes. O resultado são escolas à beira da rutura, onde os serviços mínimos e a exaustão dos funcionários é muitas vezes enorme, um problema que se agrava pela já referida falta de renovação dos quadros que se traduz na sua elevada idade média.

Segundo o Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação 40% do pessoal não docente tem mais de 60 anos.

A pandemia da COVID-19 exigirá ainda que o próximo ano letivo seja preparado com especial cuidado. O ensino presencial, com as novas e exigentes regras sanitárias que se impõem, trará certamente a necessidade de reforçar os recursos humanos, seja em número, seja em formação. É por isso urgente rever na Região Autónoma dos Açores a forma como se determina a dotação máxima de referência do pessoal não docente nos Açores.

É necessário haver abertura por parte do Governo para um diálogo com as unidades orgânicas do sistema educativo regional para apurar as suas reais necessidades.

Para além disso e no imediato, é essencial que se coloquem os trabalhadores não docentes necessários ao bom funcionamento das escolas de modo a que estas possam ter condições para iniciar um ano letivo presencial cumprindo todas as recomendações sanitárias das autoridades de saúde.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que identifique com base em proposta dos conselhos executivos de cada uma das unidades orgânicas quais as necessidades imediatas para o regular funcionamento das escolas e proceda à contratação urgente desses assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Recomenda ainda a revisão dos rácios de pessoal não docente previstos no Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2007/A, de 13 de julho, nomeadamente o seu artigo 40.º, e reforce a dotação de pessoal não docente nas unidades orgânicas de forma a garantir uma correta dotação de assistentes operacionais e técnicos em todos os estabelecimentos de educação e ensino públicos integrando-os na carreira com vínculo público efetivo, tendo em conta critérios como o número de alunos e respetivo nível de ensino, a tipologia dos edifícios escolares, a existência de instalações desportivas, o regime de funcionamento

da unidade orgânica, a oferta formativa, entre outros critérios que estão explicitados no projeto de resolução que apresento.

Queremos, pois, com esta iniciativa contribuir para dotar o sistema educativo regional dos recursos que necessita para melhor cumprir aquele que é o seu insubstituível papel no desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não sei se há inscrições.

Estamos em debate de processo legislativo comum. Podem inscrever-se as vezes que quiserem e quando quiserem, mas não havendo inscrições, vamos ter de passar à votação da iniciativa.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É do conhecimento geral quer no sistema educativo, quer também até no sistema de saúde, nos hospitais e centros de saúde, que existem falta de funcionários. Qual de nós que estamos aqui hoje é que não conhece casos de pais preocupados porque consideram que existem poucos funcionários nas escolas dos seus filhos?

Qual de nós é que não conhece casos de conselhos executivos e muitos funcionários que fazem um esforço acrobático para garantir o apoio necessário nas escolas e aos alunos?

Qual de nós é que não conhece alguém que nos últimos anos andou de programa em programa ocupacional?

Qual de nós é que não conhece casos em que os programas ocupacionais estão a colmatar as necessidades efetivas dos serviços?

Muitas vezes, principalmente no arranque do ano letivo, e no caso concreto da educação, pais e alunos manifestam-se publicamente quanto a estas preocupações. Foi assim no ano letivo que agora está a terminar, ou ainda na manifestação já anteriormente mencionada que ocorreu no passado dia 24 de janeiro.

A verdade é que com isto resultou que o Sr. Vice-Presidente anunciou a integração de ocupacionais que desempenhavam funções há mais de três anos com uma interrupção não superior a 120 dias. É verdade que esta medida foi positiva e finalmente, acima de tudo, admitiu o que tantas vezes foi denunciado nesta Casa e tantas vezes foi negado por parte da bancada do PS e do próprio Governo que tal não era verdade e que os ocupacionais não estavam a garantir necessidades permanentes dos serviços. Mas a verdade é que da maneira que as coisas foram estipuladas ainda muitos, muitos ocupacionais ficaram de fora desta prerrogativa, portanto, não puderam ou não vão ser integrados no sistema regional.

A verdade é que de acordo com as estatísticas temos neste momento na Região, ou nas últimas estatísticas referentes ao mês de abril, 3.678 ocupados. Ou seja, 3.678 trabalhadores em programas ocupacionais desempregados, não estando a incluir os estágios e aqueles que estão em substituições temporárias, por exemplo.

Ou seja, temos cerca de 3.700 açorianos que são pessoas que trabalham, mas estão desempregadas, são pessoas que aos olhos de quem governa não é trabalho, mas ocupação, não são trabalhadores, mas sim beneficiários, não há um salário, mas sim subsídios.

Mas a verdade é que todos estes ocupados representam uma grande utilidade estatística.

Nos Açores os rácios de pessoal não docente regem-se pelo Decreto Regulamentar 14/2007/A, de 13 de julho, um documento efetivamente que é necessário ajustar à realidade atual. Mais importante do que isso: é necessário garantir que existam trabalhadores em número suficiente para responder às especificidades de cada unidade orgânica e respondendo de uma forma direta às necessidades da escola. Porque a verdade é que em determinados casos o número de alunos baixou, hoje em dia em muitas das escolas da nossa Região temos um menor número de alunos, mas isso não quer dizer que as exigências não sejam cada vez maiores.

É necessário que este rácio esteja adaptado à realidade concreta das escolas, no que concerne às suas características, ao meio onde estão inseridas, à tipologia dos edifícios, às áreas, às necessidades de manutenção, ao número de alunos com necessidades educativas especiais, aos níveis de ensino, é necessário também considerar a idade dos funcionários, porque a verdade é que muitas escolas têm funcionários acima dos 60 anos, que muitas vezes já não conseguem corresponder às necessidades, que muitas vezes apresentam atestados médicos e realmente isso também é necessário considerar nesta atualização de rácios.

Quanto a esta iniciativa há algo também que partilhamos, que são as necessidades de cada unidade orgânica fazer esse levantamento, de cada unidade orgânica, de cada escola dizer qual é a necessidade efetiva que tem de pessoal não docente (isso é algo que parece-nos que é imprescindível para que exista uma verdadeira atualização e que esta seja de forma efetiva e corresponda às necessidades das escolas) e é necessário também e há algo que também é imprescindível, é claro que é necessário integrar estes ocupados que estão a exercer funções, neste caso em concreto nesta iniciativa nas escolas, e

também parece-nos que é muito importante que as escolas tenham autonomia para poderem contratar aquelas pessoas que, até no âmbito destes programas, veem e que têm o perfil adequado para os cargos que desempenham, porque a verdade é que em todas as funções, mas principalmente nestas relacionadas ao sistema educativo é necessário um perfil ajustado para essas funções. Estamos a lidar com crianças, com jovens e, portanto, há um papel educativo aqui que é fundamental até pelas horas que as crianças passam (e retomando a nossa normalidade e não nesta situação em que estão em casa), mas a verdade é que numa realidade elas passam muitas horas na escola e como tal é também necessário que estes funcionários tenham este perfil.

Temos um ano letivo que está a terminar, a preparar um novo ano letivo, por toda esta situação que estamos a viver com características bastantes diferentes do que seria um ano letivo normal e como tal parece-nos que é imprescindível que sejam asseguradas estas necessidades da escola e que a escola consiga dar a resposta efetiva que toda a comunidade escolar merece.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputada Graça Silveira (Independente):

Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PCP tem denunciado, em diversos locais e por várias ocasiões, a falta de funcionários nos estabelecimentos escolares e tem exigido do Governo a tomada de medidas para solucionar este problema seja na República, como na Região.

É cada vez mais notória a urgência na contratação de auxiliares escolares para existir garantia no acompanhamento de todas as crianças. Estas contratações

devem ser feitas sem recorrer aos programas ocupacionais porque existem escolas que funcionam com 20% dos auxiliares abrangidos em programas ocupacionais, como podemos ver no caso da Escola Básica e Secundária da ilha das Flores.

Ou seja, a finalidade dos programas tem sido adulterada ao manter estes cidadãos em serviços da administração pública regional em clara situação de relação laboral sem que, no entanto, a realidade assim corresponda. Uma triste situação de aproveitamento da fragilidade destes cidadãos, dando-lhes o Governo Regional todos os deveres sem quaisquer direitos nem perspetiva de futuro. O PCP tem vindo, de há longa data, a denunciar a utilização abusiva de cidadãos dos “Programas Ocupacionais” para suprir necessidades reais e permanentes em alguns serviços da administração pública regional.

A falta de acompanhamento das crianças nas refeições, por exemplo, é uma situação que demonstra a urgência de contratação de mais funcionários para a Região, para as escolas, mas não só, e que o avanço conseguido pelo PCP no Orçamento Regional de 2019 reduziu, mas de forma nenhuma eliminou esta necessidade.

Trata-se, portanto, de uma situação em que é urgente tomar medidas que possibilitem a sua rápida resolução, sob pena de estar em causa o normal funcionamento das escolas, as condições de trabalho dos funcionários, as legítimas expectativas dos encarregados de educação e, acima de tudo, a segurança das crianças que a frequentam.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Reforçamos que estes funcionários têm sido sistematicamente substituídos por trabalhadores dos programas ocupacionais, sem a devida formação e sem acompanhamento na escola, o que não deveria acontecer. Quanto à contratação de mais operacionais é bom que não nos esqueçamos que em 2019 foi aprovada uma proposta apresentada pelo PCP que visava a contratação de 200 auxiliares

para a educação e para a saúde. Agora resta ao Governo responder, se fizer o favor, se estas contratações estão a ser feitas tal como foi decidido no Orçamento de 2019, e se corresponderam todas a vínculos efetivos, já que as necessidades a que dão resposta são permanentes. Voltaremos à carga com este problema, porque ele não ficou resolvido por inteiro. Um pouco mitigado, mas muitos mais funcionários são necessários para suprir as necessidades das escolas.

Ainda sobre o diploma que o Bloco de Esquerda nos traz, certamente que iremos votar favoravelmente. Mas ainda deixamos o alerta que muitos dos funcionários que estão atualmente nos quadros das unidades orgânicas estão perto da idade da reforma, já acumulam lesões pelos anos de trabalho pesado, porque acabam por ser utilizados para todas as funções, e, pela profissão que exercem e pelas dificuldades que muitos enfrentaram na vida, também resultado dos seus baixos salários, muitos chegaram a uma situação de falta de saúde que, muitas vezes, os obriga a faltar. Desta forma, embora seja uma parte do problema, a revisão dos rácios não será suficiente para dar resposta ao problema que o Bloco de Esquerda identificou e que acompanhamos. O problema de fundo é o subfinanciamento da escola pública, que vive lado a lado com a transferência de verbas para as privadas que surgiram na Região. Uma clara opção política do Governo Regional.

O problema de pessoal docente e não docente, que as escolas vivem, só será assim ultrapassado quando o investimento nos recursos humanos e na escola pública for, no discurso e na prática, vistos como a opção de futuro!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Neste momento esta iniciativa leva-nos a fazer uma avaliação em dois aspetos: primeiro, uma avaliação ao nível da administração pública e depois essa avaliação dentro das escolas e em 2018 o Governo anunciou a autorização para abrir 762 vagas na administração pública, das quais 318 para assistentes operacionais. Em 2019, o Governo anunciou a autorização para a abertura de 954 vagas, das quais 377 vagas para assistentes operacionais.

Ora, quer num ano, quer no outro, se verificou que esse número de vagas autorizadas para os estabelecimentos de ensino e os outros serviços abrirem não foram totalmente feitos os procedimentos concursais. Mais do que isso! Não tendo sido feitos os procedimentos concursais houve o recurso a pessoas em programas ocupacionais para ocupar esses lugares de desempenho de funções permanentes na administração pública, designadamente nas escolas.

Primeira questão, Sr. Secretário: por que razão os estabelecimentos de ensino não abriram a totalidade das vagas autorizadas pela Vice-Presidência para assistentes operacionais?

Sr. Secretário, existem escolas neste momento que no universo, por exemplo, de 30 assistentes operacionais 17 pessoas estão em programas ocupacionais. Mais, Sr. Secretário! Estão há tanto tempo que neste momento já têm as condições, alguns deles, para serem integrados naquilo que foi o processo de integração de pessoas na administração pública, porque estavam há um determinado tempo em programas ocupacionais.

Há outras escolas que têm (o caso do Pico, o caso das Flores, Santa Maria) ... em todas as ilhas temos situações destas.

Há uma outra situação, Sr. Secretário, que também gostava de perceber qual é a intenção do Governo relativamente a assistentes operacionais que têm contratos a termo incerto, mas que nesses contratos de trabalho têm uma clausula que impõe que a cessação do contrato termina quando o PROSUCESSO terminar.

Sr. Secretário, o que é que a administração pública, e designadamente as escolas, vai fazer com esses assistentes operacionais que quando terminar o PROSUCESSO estejam a desempenhar as funções nas escolas?

Mais, Sr. Secretário! Naturalmente, porque é recorrente, o Sr. Secretário irá fazer a comparação entre os rácios da Região e os rácios do continente, por exemplo, é recorrente.

Sr. Secretário, o Sr. Secretário não pode refugiar-se nesse argumento dos rácios, e mais, não pode fazer isso porque não pode ignorar a realidade dessa classe envelhecida e também não pode ignorar a carência que o pessoal não docente nas escolas que é colmatada pelo recurso aos programas ocupacionais. O acesso à reduzida formação contínua, a reduzida participação desses profissionais nas tomadas de decisão dão nota da falta de investimento nessa classe.

O PSD por diversas vezes defendeu e continua a defender a renovação e a capacitação de equipas desta classe para intervenção educativa, através de medidas como a criação de um perfil próprio de competências no âmbito da animação sociocultural ou do acompanhamento social, ou como a colocação de jovens profissionais nas unidades orgânicas.

Sr. Secretário, fico a aguardar as suas respostas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acompanha há muito e de forma muito próxima aquelas que são as realidades das nossas escolas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem bem a noção do trabalho qualitativo que tem sido feito ao longo destes anos, não só na contratação de assistentes operacionais, assistentes técnicos e/ou regularização de outras

situações. Portanto, nós temos bem a clara consciência daquele que tem sido feito pelo reforço dos assistentes operacionais e como eles certamente contribuem para aquela que é a segurança dos nossos alunos, para aquela que é a proteção dos equipamentos e dos edifícios, mas também acreditamos que numa sociedade desenvolvida também cabe a todos nós, aqueles que estão nas escolas, também contribuir para essa mesma segurança e essa mesma proteção.

O Bloco de Esquerda traz aqui o seu projeto de resolução dividido em dois pontos resolutivos que me parece que faz todo o sentido e para uma boa decisão olhar atentamente para aquelas que são as premissas desse projeto de resolução.

Desde logo no primeiro ponto o Bloco de Esquerda vem pedir que o Governo Regional inicie procedimentos para a contratação de assistentes operacionais, assistentes técnicos e também regularize situações que entende que possam estar em situação de precariedade.

Eu gostaria aqui de dizer que neste primeiro ponto penso que o Bloco de Esquerda desconsidera o trabalho que tem sido feito ao longo dos anos relativamente a essas mesmas contratações. Desconsidera igualmente aquelas que têm sido as aprovações feitas nesta Casa (ainda há bem pouco o Sr. Deputado do PCP lembrava) para que se contratassem assistentes operacionais e assistentes técnicos, lembrado por exemplo que no orçamento de 2020 foi aprovada efetivamente a abertura de 200 procedimentos na área da educação e da saúde.

Mas também este projeto de resolução do Bloco de Esquerda, que nos leva àquele que é o seu segundo ponto, não quero acreditar que de propósito, mas a verdade é o Sr. Deputado voltou a repetir aquando da apresentação, há momentos, e para aquela que é uma discussão num assunto tão premente, tão importante e que a todos nós diz respeito por várias razões, a verdade deve ser toda efetivamente dita e refiro-me a quê concretamente?

Refiro-me ao ponto n.º 2. O Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado António Lima, vem aqui sugerir, recomendar que o Governo Regional altere os rácios e di-lo dizendo o seguinte. No seu projeto de resolução afirma de uma forma perentória que o Governo Regional apenas e só tem em conta o número de alunos de cada escola.

Ora, Sr. Deputado António Lima, isso é falso como bem sabe. Efetivamente o Decreto Regulamentar atende ao número, mas há um instrumento legislativo muito mais forte e esse sim introduz um conjunto de critérios que o Governo Regional há muito os preenche, que é o Decreto Legislativo Regional de 11 de 2006, onde, Sr. Deputado António Lima, tem, nada mais nada menos, do que seis critérios para que sejam preenchidos os números necessários aos assistentes operacionais e assistentes técnicos.

Curiosamente vem o Bloco de Esquerda aqui exigir que os critérios tenham base pelos menos 11 critérios para encontrar um rácio de contratação. Ora, Sr. Deputado, isso é impraticável. É impraticável ter numa fórmula mais de 11 critérios, tão impraticável que é que o Bloco de Esquerda não fez uma alteração ao Decreto Legislativo 11/2006, porque sabe da impossibilidade de concretizar esses mesmos 11 critérios. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é quando o Bloco de Esquerda diz que o Governo Regional não considera, por exemplo, o número de alunos com necessidades educativas. Sr. Deputado, o Decreto Legislativo 11/2006 em parceria com os conselhos executivos diz na sua alínea d), do ponto 5 “a prevalência de necessidades educativas especiais e a resposta que a escola dá a essas necessidades.”

Quando o Sr. Deputado António Lima vem aqui referir que o Governo Regional não tem em conta a dimensão da escola, o horário, o funcionamento e o sistema eu quero ler que a alínea a), do ponto 5, do Decreto Legislativo 11/2006 diz o seguinte: “deve ser tido em conta [e passo a citar] a tipologia dos estabelecimentos de educação de ensino e servir o meio social e a escola onde

se insere”, tal como a oferta educativa que o Bloco de Esquerda aqui repete, tal como o regime e horário de funcionamento da escola que o Bloco de Esquerda aqui repete, como a diversidade de estabelecimentos de educação e ensino tal como aqui o Bloco de Esquerda aqui repete.

Ou seja, o Bloco de Esquerda na sua proposta de resolução, no seu ponto 2, apresenta-nos 11 critérios e mais alguns e deixo desde logo a pergunta: quais são os outros?

Porque não é possível legislar nem encontrar uma fórmula de rácio com outros. Só é possível legislar e encontrar uma fórmula de rácio quando devidamente esteja especificado e, portanto, essa é desde logo a primeira pergunta: que outros rácios pretende o Bloco de Esquerda?

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Como é que é possível o Bloco de Esquerda afirmar que se pode efetivamente encontrar um rácio quando não consegue colocar essa mesma fórmula de rácio num projeto de Decreto Legislativo Regional e utiliza, imagine-se!, um projeto de resolução para fazer uma alteração a um decreto regulamentar. Onde efetivamente nós estamos a chegar, Sr. Deputado!

Portanto, o Bloco de Esquerda apresenta aqui um projeto de resolução que, em primeiro lugar, não tem em conta o esforço enorme que tem sido feito ao longo dos anos, não tem em conta aquele que tem sido o trabalho de contratação de assistentes operacionais, não tem em conta aquele que tem sido o trabalho que as escolas têm feito em parceria com o conselho executivo cumprindo seis regras especificadas no Decreto Legislativo 11/2006 e, em segundo lugar, este projeto de resolução do Bloco de Esquerda, como o Bloco de Esquerda bem sabe, porque se tivesse a certeza dos seus critérios aqui apresentados nunca apresentaria um projeto de resolução, mas sim apresentaria uma alteração ao Decreto Legislativo Regional, onde já contempla seis dos 11 critérios que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.

A questão continua a ser relativamente simples: é que o ponto 2 do projeto de resolução do Bloco de Esquerda, que tem 11 e mais uns pozinhos (e eu pergunto quais são esses pozinhos, como é que se concretiza numa fórmula de cálculo esses outros pozinhos), como é que é possível, se acha que é praticável, se acha que é possível ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): São só cinco, não são seis!

A Oradora: ... aplicar 11 critérios numa única fórmula?

Essa é também uma das questões que deixo aqui ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

Por fim, nesta primeira intervenção, quero dizer algo que para nós é bastante importante que é o trabalho que tem sido feito pelo Governo Regional, é o trabalho que tem sido feito por todas as escolas, é o trabalho que tem sido feito por todos os assistentes operacionais e assistentes técnicos nas nossas escolas. Quero também aqui realçar, porque foi falada a questão do número de ocupacionais. No comparativo de 2016 para 2020 nós temos menos 3.664 em programas operacionais, nós temos mais 5.993 empregados, nós temos menos 2.629 empregados.

É certo que nem tudo está feito, é certo que porventura haverá uma ou outra escola, numa ou outra dimensão que porventura poderá necessitar de um assistente técnico. Agora, nós não podemos aceitar que aqui seja dito que o Governo Regional está a descurar, que o Partido Socialista está a descurar o trabalho que é necessário fazer nas escolas com o apoio e com o imenso empenho dos assistentes operacionais. Muito tem sido feito. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista continua e continuará atento àquelas que são as necessidades, agora há uma coisa, Sr. Deputado António Lima, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que nós não podemos aceitar de forma nenhuma e não podemos aceitar pelo património que o Partido Socialista tem no âmbito das necessidades educativas especiais, nós não podemos aceitar que o Bloco de

Esquerda venha aqui dizer e escrever no seu preâmbulo que as necessidades hoje identificadas nas nossas escolas não contemplam as necessidades educativas. Isso não é verdade, não é verdade na prática, nem é verdade no que está aí escrito. E mais! Pergunto por que razão, e para terminar, não fez o Bloco de Esquerda uma alteração ao Decreto Legislativo Regional efetivamente encontrando a fórmula que diz ser possível com mais de 11 regras presentes para um rácio que nós sabemos que é impraticável, Sr. Deputado, e o Sr. Deputado sabe-o bem senão não teria apresentado um projeto de resolução, mas sim uma alteração ao DLR.

Muito obrigada.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Julgo que há até aqui, pelo menos nos partidos da oposição, um consenso relativamente àquelas que são falhas no que diz respeito ao número de trabalhadores de assistentes operacionais e técnicos nas escolas, porque esses casos são por demais conhecidos, aliás, basta irmos às escolas, basta falarmos com pais, com professores, com os conselhos executivos, é extremamente fácil e basta, já agora, ler as notícias, mas aí também chegaremos.

Também há um consenso de que há necessidades permanentes, consenso na oposição que já se pronunciou, que são efetivamente supridas por trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais e eles muitas vezes são invisíveis, porque estão no mesmo sítio, fazem o mesmo serviço, trabalham da mesma forma, mas não têm os mesmos direitos e muitas vezes temos, e o Bloco de Esquerda tem feito, denunciado essa utilização abusiva de trabalhadores ao abrigo de

programas ocupacionais. Pegando também no que disse o Sr. Deputado João Paulo Corvelo obviamente que alterar os rácios não resolverá tudo, são necessários os recursos e é preciso a vontade para contratar os funcionários que são necessários, mas alterar os rácios é uma parte do caminho.

Relativamente, e antes de ouvir o Governo (e não me vou alongar nesta intervenção), ao que disse a Sra. Deputada Sónia Nicolau, que o Bloco de Esquerda desconsidera o trabalho que tem sido feito, que ignoramos a realidade das escolas, que não tivemos em conta as integrações que já existiram.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não foi isso!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, o Bloco de Esquerda conhece o trabalho que existe, conhece a legislação que existe e acompanha como não poderia deixar de ser o processo legislativo. Não quer dizer que o Bloco de Esquerda considere que o que está feito está bem feito e que não continue a existir falhas, porque elas estão há vista, porque elas são denunciadas pelas pessoas, porque nós conhecemos. Quando nós visitamos uma escola e falamos com o conselho executivo a principal queixa de todos eles com quem já falei é exatamente essa: é a falta de funcionários, a sua idade que leva a frequentes por vezes situações de baixa médica pela exigência também do tipo de trabalho que têm de desempenhar, que se veem tantas na impossibilidade ou na necessidade de retirar funcionários de um edifício escolar para outro para suprir alguém que não pode estar na escola, quando não há naquela outra escola ninguém para o substituir.

Esse é o dia a dia das escolas e o Partido Socialista e a Sra. Deputada Sónia Nicolau se fosse verdade aquilo que dizem que ouvem as escolas e a comunidade educativa saberiam disso muito melhor do que eu, até porque são muitos mais deputados.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sabemos!

O Orador: Relativamente às questões, Sra. Deputada.

Quem refere e quem diz que os rácios que existem e que estão em vigor são calculados através do que está no decreto regulamentar é o Governo Regional.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não! Não leu bem!

O Orador: Eu recordo que o Governo Regional respondeu em abril de 2017 ao Bloco de Esquerda, a um requerimento, fazendo uma listagem, que vou fazer chegar à Mesa, onde coloca lado a lado, em várias colunas, número de auxiliares do pré-escolar, ... Aliás, número de alunos do pré-escolar, do 1.º ciclo, número de assistentes operacionais ao abrigo do Decreto Regulamentar 14/2007 e o número de assistentes operacionais com vínculo por tempo indeterminado e o número de elementos ao abrigo de programas de emprego. Quem responde ao Parlamento dizendo que o cálculo é feito pelo Decreto Regulamentar 14/2007 não é o Bloco de Esquerda, é o Governo Regional, numa resposta ao Parlamento onde coloca os números que lá estão e estes números são interessantes e demonstram como o que está feito, a forma como é calculada não está de acordo com aquilo que são as reais necessidades das escolas.

Dou um exemplo, aliás, dou-lhe dois ou três até, que são lapidares. De acordo com o referido decreto regulamentar, resposta do Governo Regional, não é interpretação do Bloco de Esquerda, uma tabela enviada pelo Governo, isso em abril de 2017, não temos dados mais recentes, o Sr. Secretário poderá certamente dar-nos esses dados referentes ao ano atual se assim o entender e julgo que seria importante para o debate. De acordo com o Governo Regional e com os rácios previstos no Decreto Regulamentar 14/2007 as escolas da Região tinham 725 ... deveriam ter, de acordo com os rácios, 725 assistentes operacionais. Na verdade, tinham com vínculo indeterminado 1.400. Algo está mal. Porque se os rácios dizem que deveriam ter 725 como é que se explicam que tenham 1.400?

Eu só tenho uma explicação: é que os 725 são manifestamente insuficientes para aquelas que são as reais necessidades. Daí ouvirmos o Governo a dizer frequentemente que há um problema numa determinada escola e o Governo Regional diz “mas aquela escola tem um número de assistentes operacionais até acima do que está previsto nos rácios.” Pois claro que tem, porque os rácios estão muito desajustados e não têm aderência àquela que é a realidade.

Por exemplo, dizia o Governo nessa tal resposta em abril de 2017 (e dou um exemplo muito curioso) que na Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico deveriam existir ao abrigo dos rácios nove assistentes operacionais. Na verdade, existem 26 com vínculo indeterminado, mais três em programas ocupacionais.

Como é que se explica que haja quase o triplo de funcionários nos quadros do que o próprio rácio determina?

Só há uma explicação, Sra. Deputada: é que os rácios não têm qualquer adesão à realidade.

Mas sobre os critérios. Estes são critérios, Sra. Deputada, alguns deles já previstos na portaria de rácios a nível nacional, outros que o Bloco de Esquerda considera que serão importantes para formular uma fórmula e um conjunto de parâmetros para fazer essa avaliação que deve ser feita pelo Governo e, Sra. Deputada, não vale a pena vir aqui com a história de que o Bloco de Esquerda devia ter entregue um projeto de decreto legislativo regional para alterar. Essa matéria, esse levantamento, este cálculo, só o Governo o pode fazer, porque o Governo é que tem acesso ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não, não!

O Orador: ... ao número de alunos a cada momento, ao número de funcionários, à sua formação, à sua idade, às escolas, às suas infraestruturas, nenhum partido, nem mesmo o Partido Socialista, ou talvez o Partido Socialista se quiser ou se quisesse, nenhum partido da oposição, de nenhuma forma

poderia fazer esse trabalho. Esse trabalho só é possível ser feito pelo Governo. Sra. Deputada, lamento dizer-lhe, mas esse argumento não colhe e por aqui termino esta intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica mais que claro que as reais necessidades das escolas não são aquelas que têm sido praticadas. Aliás, a Representação Parlamentar do PCP fez a semana passada uma visita à escola na ilha das Flores, foi acompanhado pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo e teve denúncias de pais do que é que se estava a passar nas escolas e na escola em concreto.

As crianças com cinco e seis anos, que levam a sua refeição de casa, comem a comida fria porque não têm a possibilidade de a aquecer e comem atiradas para cima de bancos porque não há auxiliares que possam estar com aquelas crianças. Isto acontece na ilha das Flores por falta de funcionários, por falta de auxiliares. Foi dito pelo Presidente do Conselho Executivo à Representação Parlamentar do PCP: “nós não temos auxiliares que possam suprir estas necessidades.”

Ou seja, nem sequer aquelas pessoas que estão em programas ocupacionais, que são 20% (20%!) são metidas nos quadros, e já há mais necessidades para além destes 20%, ou seja, é manifestamente clara a necessidade de auxiliares para que as nossas escolas possam funcionar.

Como afirmámos e continuamos a afirmar: o subfinanciamento da escola pública é visível. Enquanto o Governo Regional não tiver uma política de apostar na escola pública continua tudo como está, a qualidade da escola

pública é aquilo que se vê e aquilo que os encarregados de educação denunciam às diferentes forças políticas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pessoal de apoio educativo provido pela tutela e cuja afetação ao serviço é da responsabilidade da gestão escolar que considera as especificidades físicas e pedagógicas das nossas unidades orgânicas é o pessoal adequado ao funcionamento pleno do sistema educativo regional.

Assim, ao contrário do que diz o Bloco de Esquerda nos considerandos deste projeto de resolução não há verdadeiramente escassez de não docentes nas nossas escolas.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Há, há!

O Orador: Claro que à semelhança do que acontece na carreira docente, nas demais carreiras da administração pública e na própria sociedade enfrentamos um problema de envelhecimento, consequência do outono demográfico que atravessamos.

Atentos a esta realidade muitas vezes traduzida no acréscimo do absentismo dotámos as nossas unidades orgânicas de um acréscimo de pessoal que supera em muito os números previstos na legislação, quer na legislação regional de 2007, quer no mais recente normativo nacional de 2017.

Vejamos, por exemplo, o que se passa na categoria dos assistentes operacionais. Atualmente ao serviço das nossas escolas encontram-se 2.017 trabalhadores, 1.401 a mais do que estipulam os rácios regionais, 993 a mais se juntássemos o

critério da existência de um assistente operacional por cada grupo de cinco alunos com necessidades educativas especiais, 910 a mais se em vez da nossa legislação aplicássemos o diploma nacional.

Por isso, também não é verdadeira a afirmação do Bloco de Esquerda de que nos Açores e no respeitante à dotação das escolas com pessoal de apoio educativo se atende unicamente ao número de alunos e ao tipo de ensino. Para além disso, como aqui já foi dito hoje, considera-se também a prevalência de alunos com necessidades educativas especiais, o regime e o horário de funcionamento das escolas, a diversidade e a tipologia dos estabelecimentos de educação e de ensino integrantes de cada unidade orgânica, o meio social envolvente, as características e a localização de cada edifício escolar e a dimensão da gestão de recursos humanos, patrimoniais e financeiros.

É certo que não se indexa um número preciso de trabalhadores a cada um destes itens até porque a mais recente experiência nacional a isso não aconselha.

O argumentário do Bloco de Esquerda conclui pela necessidade da abertura de concursos para provimento de pessoal de apoio educativo.

Bem, é aquilo que nós temos vindo a fazer e é aquilo que nós continuamos a fazer. A comprová-lo em 2019 foram providos por concurso 146 assistentes operacionais e 22 assistentes técnicos. No ano em curso de 2020 procedeu-se à regularização de elementos integrantes dos denominados programas ocupacionais, a saber 67 assistentes operacionais, 13 assistentes técnicos.

De resto, nós permanecemos fiéis ao cumprimento do artigo 9.º do orçamento da Região Autónoma dos Açores de 2019 que nos incumbe o dever de até setembro deste ano de 2020 procedermos à abertura de 200 procedimentos concursais em contexto de trabalho em funções públicas para duas áreas, as áreas da educação e da saúde como muito bem sabe o Sr. Deputado do PCP que esteve envolvido nessa negociação.

Quer tudo isto significar, ao invés do entendimento dos deputados do Bloco de Esquerda, que não há propriamente no sistema educativo regional necessidades permanentes de pessoal de apoio educativo supridas por trabalhadores incertos em programas ocupacionais. Aliás, o número de tais colaboradores tem vindo em diminuição nos últimos anos à medida que crescem os recrutamentos por concurso público.

Assim, no corpo dos assistentes operacionais, no total de 2.017, 1.592, quase 80%, estão providos por contrato na sua larga maioria por tempo indeterminado, havendo e há 425 denominados POs correspondentes a 21% do total.

Quanto ao corpo dos assistentes técnicos comporta 637 elementos, dos quais 146 colocados ao abrigo de programas ocupacionais, isto é, 23%.

Dito isto, resta acrescentar e relembrar que entre o pessoal de apoio educativo há um problema de envelhecimento que afeta a generalidade das carreiras da administração pública. Para evitar que um eventual absentismo prejudique o regular funcionamento das unidades orgânicas do sistema educativo regional procedemos ao reforço de pessoal muito para além dos rácios determinados pelas legislações regional e nacional.

Vários dos Srs. Deputados que intervieram até agora levantaram algumas questões que suscitam também alguns comentários.

A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras aludiu ao esforço que as administrações escolares, calculo que os conselhos executivos, têm em matéria de gestão de pessoal. É natural que assim seja, quer nas escolas, quer nas demais instituições da administração pública por uma única razão, porque manda a racionalidade que não haja a menos e que obviamente também não haja a mais.

Falou também a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras e depois no seguimento dela muitos outros, ou alguns dos deputados que já tiveram oportunidade de

falar, da idade eventualmente avançada dos nossos funcionários, particularmente dos assistentes operacionais.

Nós não tapamos “o sol com peneira alguma”. É efetivamente uma realidade. Muito recentemente fizemos algumas contas. Elas não se reportam a todo o sistema educativo regional, mas serão certamente representativas do que se passa em todo o sistema educativo regional. Quando foi necessário fazer retornar às escolas os alunos do 11.º e do 12.º ano para completarem o ano letivo obviamente que fizemos contas, fizemos contas também a pessoal de apoio educativo, concretamente a assistentes operacionais. Dos 769 que foram identificados nas escolas que tiveram de reabrir com mais de 50 anos havia 505, precisamente 66%, nem mais nem menos do que dois terços de funcionários com essa idade.

O Sr. Deputado Bruno Belo levantou aqui questões que eu creio que ultrapassam um pouco a área estrita da educação. Levantou aqui questões que dizem respeito a toda a administração pública e eu lamento não lhe poder dar respostas cabais ao problema efetivamente levantado. Todavia, uma coisa é certa: se um partido da oposição acha que o Governo não está a cumprir o devido ou aquilo que efetivamente foi prometido, acho que deve alertar imediatamente e não esperar propriamente por uma intervenção desta natureza. Agora, acerca da educação digo-lhe o seguinte: as escolas abrem as vagas que podem, abrem as vagas a que têm direito. Nas escolas os denominados POs que reúnem as condições de serem integrados de acordo com as regras estabelecidas são-no, mais depressa, mais devagar, porque os procedimentos administrativos nem sempre são tão céleres como nós queremos.

Fez o Sr. Deputado um apelo à renovação dos quadros e nomeadamente à renovação dos quadros nas escolas. Deu inclusivamente a entender que se estivesse aqui no meu lugar praticaria isso de imediato.

Eu só relembro uma coisa: nós não vimos essa renovação quando o PSD teve responsabilidades governativas entre 2011 e 2015. É certo que no âmbito de uma recessão em Portugal, mas talvez de uma recessão menor do que aquela que se adivinha a partir agora, não em Portugal, mas em toda a Europa.

Finalmente, um comentário ao Sr. Deputado António Lima que deu aqui o exemplo de uma escola que de acordo com os rácios teria direito a menos assistentes operacionais e que afinal tinha mais. Eu podia dar-lhe exemplos, Sr. Deputado, de todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional.

É por ter acesso aos números e o senhor falou que nós temos e que a oposição pode eventualmente não ter, os deputados no seu conjunto, é por ter acesso aos números que nós efetivamente atribuímos às unidades orgânicas um número de funcionários muito superior àquilo que os rácios mandam.

Muito obrigado.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu estive diretamente envolvido na integração dos trabalhadores que estavam nos programas ocupacionais, na integração na administração pública, até fui eu (posso confessar hoje) que organizei a manifestação que se realizou ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já sabíamos!

O Orador: Já sabiam? O PS sabe tudo, sabe sempre tudo.

Não se pode organizar uma manifestação sem que o PS ...

Mas devo dizer-vos que seria mais provável que tivesse sido o Bloco de Esquerda ou o PCP. O PPM a organizar uma manifestação pensei que não chegassem lá, mas chegaram.

O que é fundamental é que de facto organizámos, organizámos a manifestação, até fomos nós que remetemos a documentação para a Polícia de Segurança Pública a avisar que estávamos a organizar a manifestação ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nós, quem?

O Orador: Nós, PPM.

Portanto, como está a ver e estou agora a confessar estive nessa organização e, portanto, os resultados poderiam ter sido melhores, mas foram alguns.

A questão que lhe quero colocar é a seguinte: ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Foi antes da COVID.

... a integração dos assistentes operacionais e dos assistentes técnicos, referenciou 67 assistentes operacionais, 13 assistentes técnicos. Esses números correspondem àqueles que foram já integrados e, portanto, já estão em exercício de funções ou são os números referentes àqueles que fizeram entrar o processo e cujo procedimento está a decorrer, ou as duas coisas? Aqueles que já foram integrados e aqueles cujo procedimento está a decorrer?

Quero, Sr. Secretário, que me precise essa informação em relação a estes números.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário também já aprendeu a dizer que o PSD disse coisas que o PSD não diz. Isto desde logo revela pouca confiança nos seus argumentos.

Segunda questão, Sr. Secretário: o Sr. Secretário confirmou que neste momento existem ainda em programas ocupacionais, a desempenhar funções de carácter permanente nas escolas, cerca de 21% relativamente aos assistentes operacionais e 23% relativamente aos assistentes técnicos. Ou seja, significa que ligeiramente mais do que um quinto dos assistentes operacionais a desempenhar funções de carácter permanente nas escolas são pessoas que estão em programas ocupacionais. Foi isso que o senhor disse.

Segunda questão: Sr. Secretário, se estas pessoas estão a desempenhar funções de carácter permanente nas escolas por que razão o Governo não abre as vagas necessárias e dão estabilidade profissional que estas pessoas merecem e têm direito?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Terceira questão, Sr. Secretário: há pedacinho quando me referia à administração pública de uma forma geral foi para contextualizar aquela que é a parte relativamente à educação e a pergunta que o Sr. Secretário não me respondeu foi porque razão as vagas autorizadas pela Vice-Presidência destinadas a abrir procedimentos concursais para assistentes operacionais nas escolas não foram todas abertas?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, julgo eu que todos já conhecemos muito bem o seu discurso e a sua forma de intervir e julgo que toda a gente já estava à espera desse discurso. Aliás, um pouco por antecipação já tinha referido que ia dizer isso mesmo, porque é isso que diz todas as vezes que se fala de trabalhadores não docentes,

de assistentes operacionais ou assistentes técnicos. Temos trabalhadores muito acima dos rácios e pelos números que disse então agora têm muitíssimos mais trabalhadores, porque são mais do eram há alguns anos atrás, há dois anos e meio, têm mais trabalhadores acima dos rácios e esse discurso para quem está no poder é muito fácil e é isso que dizem às escolas e é essa crítica e essa frustração que as escolas muitas vezes transmitem, porque é isso que lhes dizem quando muitas vezes lhes pedem funcionários. A escola precisa de mais trabalhadores, porque tem alguns de baixa médica, porque tem necessidades que têm de ser atendidas e a Secretaria e a Direção Regional diz, “mas os senhores têm até funcionários acima dos rácios” e não estou aqui a inventar. Aliás, não faria isso de forma alguma. Tenho aqui isto mesmo escrito numa página de um jornal, diz um presidente de um conselho executivo e passo a citar: “Compreendo que existam limitações orçamentais, mas para mim os recursos são sempre poucos. Eles olham para os mapas e afirmam que comparativamente ao número de alunos o nosso rácio está correto, mas as coisas não são tão lineares e ter 20 funcionários e cinco de atestado médico, quer dizer que faltam cinco pessoas, mas para o Governo e pelas estatísticas não falta ninguém.” E é isso que o senhor vem aqui fazer e esse discurso para o Governo é muito fácil, porque na realidade não é isso que acontece, porque o número de funcionários estará e está muito acima dos rácios, mas na realidade faltam pessoas nas escolas, Sr. Secretário, e quando não faltam vão buscá-las aos programas e na mesma entrevista digo e passo a citar: “Foi efetuado um pedido à Direção Regional da Educação no qual foram solicitados 11 assistentes operacionais, o número que a escola considerou adequado, que pudessem trabalhar na escola ao abrigo de programas de emprego regionais.”

Ou seja, essa é a realidade. As escolas querem trabalhadores a tempo inteiro, querem trabalhadores que lá fiquem, que conheçam os alunos, que se integrem na comunidade escolar e o Governo acena-nos com trabalhadores ao abrigo de

programas ocupacionais e eles estão nas escolas e uns meses depois, ou um ano ou dois depois, vão embora e isso tem uma influência muito séria na vida escolar, tem uma influência muito séria na vida desses próprios trabalhadores, porque não têm direitos.

Diz o Sr. Secretário que ao abrigo da revisão ao orçamento aprovada aqui há alguns meses atrás foram integrados 67 mais 13 trabalhadores. Esse número não chega às pessoas que estiveram no Palácio de Sant'Ana na manifestação. Cem pessoas foram aquelas que lá puderam ir, são pessoas apenas da ilha de São Miguel, como é natural, e muitos outros haveria na própria ilha de São Miguel que queriam lá estar, mas estavam a trabalhar, porque foi em horário laboral e não puderam lá estar, nem todos puderam lá estar.

Essa realidade não pode negar, porque os que existem nas escolas são muitos mais do que esses trabalhadores.

Mas aqui a realidade também mudou e daí termos querido agendar este projeto de resolução para este momento, porque julgo que o próximo ano letivo não será um ano letivo igual aos outros. A vida mudou, disso não há dúvidas.

Diz o Sr. Secretário que ao abrigo de uma norma do orçamento serão abertos 200 concursos para funcionários da saúde e da educação. Essa abertura (e esperemos que ela aconteça) e que para além da abertura haja a colocação, não basta abrir, atempada já agora, a questão que lhe faço, Sr. Secretário, é se serão suficientes esses 200 trabalhadores para dois setores tão fulcrais e onde as novas regras sanitárias ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): É verdade!

O Orador: ... exigem um reforço de funcionários, na saúde por maioria de razão. Aliás, tem sido feito na saúde o reforço de assistentes operacionais é uma necessidade imperiosa e 200 em toda a Região não sei se serão ou não suficientes, mas 200 a dividir pela saúde e educação parece-me que será muito insuficiente.

Sr. Secretário, a pergunta que lhe coloco é: tendo em conta as novas exigências sanitárias para abrir as escolas em setembro com o ano letivo de forma presencial, com todas as condições de segurança, sabendo que a pandemia não terminou, felizmente não há casos nos Açores, mas não sabemos o futuro, temos de garantir todas as condições sanitárias, temos de garantir a segurança dos alunos, dos professores, dos funcionários não docentes, é preciso garantir a segurança da comunidade escolar no seu todo e a questão que lhe coloco, Sr. Secretário, é o que é que está a fazer nesse sentido? Vai haver reforço de funcionários para garantir essa segurança ou não?

Ou serão apenas estes 200 que serão divididos entre a saúde e a educação, dois setores onde as necessidades de pessoal são por demais evidentes?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já algumas coisas foram ditas ao longo deste debate pelos diferentes partidos e com certeza percebeu-se aquele que é o sentido da apreciação do projeto de resolução do Bloco de Esquerda.

Eu gostaria de voltar àquela que foi a minha intervenção inicial pedindo ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda desde logo que faça o favor de responder à questão que lhe coloquei, porque ela faz toda a diferença naquela que é a conceção que o Bloco de Esquerda tem para aqueles que são os critérios para a criação do rácio. Portanto, está uma pergunta por responder e peço ao Sr. Deputado o favor de a responder.

Queria também aqui nesta fase, que me parece óbvio, não só por parte daquilo que foi dito pelo Sr. Secretário Regional, mas também por aquela que tem sido (e permita-me a utilização da expressão) a cumplicidade dos partidos na

votação do orçamento em 2020 no que respeita em concreto à abertura de 200 vagas, portanto, há aqui um trabalho que o Governo Regional tem feito que nos parece um trabalho positivo, um trabalho de valorização da administração pública aqui focando nos assistentes operacionais e nos assistentes técnicos, um trabalho de estabilidade a dar àqueles que por razões de momentos da sua vida tiveram de utilizar a ocupação do programa social de programas ocupacionais, que me parece que é importante relembrar o quanto importante esses programas ocupacionais foram e continuam a ser. Num determinado momento desta nossa vida política o Grupo Parlamentar do Partido Socialista viu com enorme orgulho que o Governo Regional criou um programa ocupacional, quando muitos desses desempregados na altura em vez de estarem a trabalhar estavam numa fila à espera de uma taça de sopa. Era isso que acontecia há uns bons anos quando os programas ocupacionais foram criados e o Governo Regional, e muito bem, naquela que foi a resposta social para com os desempregados criou um programa efetivamente que viesse a responder.

Nós não temos qualquer preconceito com programas ocupacionais. Nós temos, inclusive, um enorme respeito pelas pessoas que num momento da sua vida, por via de opções políticas, opções que substituíram o trabalho com dignidade por uma tigela de sopa, o Partido Socialista aqui respondeu de outra forma e isso a nós dá-nos orgulho.

Quero também aqui dizer que segundo os números ditos pelo Governo Regional que têm sido ao longo do tempo integrados na carreira, contratados assistentes operacionais e técnicos, nomeadamente no ano de 2019 146 assistentes operacionais, 22 assistentes técnicos, no ano de 2020 67 assistentes operacionais e 13 assistentes técnicos. E atenção que o ano 2020 não terminou.

É certo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, e reconhecemos que nessa matéria estamos de acordo, que nós vivemos um tempo diferente, passamos e estamos ainda a passar por uma crise muito específica, a crise sanitária, e ela

com certeza irá exigir de todos nós, em particular da administração pública, um esforço suplementar. Estamos perfeitamente de acordo. Eu espero também, Sr. Deputado António Lima, que também esteja de acordo com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a ceder que realmente durante esta crise sanitária este Governo lidou como muito poucos governos da Europa na resposta à crise sanitária, na resposta às pessoas, na resposta às empresas e com certeza, Sr. Deputado, essa preocupação que tem que é partilhada também connosco, por nós, será com certeza respondida por este Governo tal como fez no período da crise sanitária. Quanto a isso nós não temos a menor dúvida.

Falou-se aqui dos rácios. Percebo efetivamente que nós temos escolas que terão mais assistentes operacionais e, porventura, por uma ou outra situação, nomeadamente situações de doença, de reforma antecipada, que esses rácios por momentos possam não estar a ser respondidos. Mas também dá-se aqui bem nota que esta questão do Governo Regional, aplicando aquela que é a lei regional, o rácio é muito superior àquele que efetivamente poderia ser em caso de uma aplicação da lei nacional. E, Sr. Deputado António Lima, percebendo aquilo que diz, tem que ser dada aqui alguma valorização a esta opção do Governo em continuar a encontrar as melhores soluções, abrindo vagas todos os anos, inscrevendo em sede de orçamento. Penso que isto não pode de forma alguma ser desconsiderado.

Mas, Sr. Deputado, eu também não queria que ficasse aqui, porque me parece por uma questão de clareza e de justiça daquele que é o seu projeto de resolução, a menor dúvida de que efetivamente o Bloco de Esquerda apresenta aqui no seu ponto resolutivo algo que é impraticável e sabe que é impraticável. Apresentar 11 critérios para encontrar uma fórmula para o cálculo de um rácio é impraticável. É tão impraticável que a 11.º regra diz “outros fatores considerados.”

Oh, Sr. Deputado, quais são esses outros fatores considerados?

Faça o favor de os partilhar aqui connosco. Vou dizer-lhe, Sr. Deputado, e vai desculpar-me, até porque conheço a sua capacidade de trabalho, capacidade do Bloco de Esquerda nesta Casa, não acredito que o Bloco de Esquerda não tivesse conhecimento do decreto legislativo regional onde efetivamente estão especificadas todas as condições para o encontro daquele que é número de funcionários a afetar às escolas e sabe bem, Sr. Deputado, que das 11 regras que aqui apresenta seis delas estão plasmadas nesse decreto legislativo regional, ou seja, o Bloco de Esquerda aqui vem trazer mais cinco regras, mas essas cinco regras não as especifica, não as clarifica, o que torna impraticável essa fórmula. O Bloco de Esquerda sabe bem disso, porque não quero acreditar e repetindo-me, que o Bloco de Esquerda não tivesse conhecimento do decreto legislativo regional. Por isso, mantenho a minha pergunta: quais são os outros fatores que influenciam na fórmula do rácio para além dos 11 que o Bloco de Esquerda aqui apresenta?

Isto não é uma questão de uma opção legislativa, isto é uma opção política, porque se o Bloco de Esquerda efetivamente alterasse o decreto legislativo regional especificando cada uma das regras para as quais entende que irá encontrar o melhor rácio, teria sim uma opção política. Isto não se trata apenas e só de uma opção legislativa.

Por fim, quero aqui dizer algo que me parece bastante importante e parece também que entra pela casa dos açorianos a dentro, mesmo que em algum ou outro momento tenhamos ainda muito trabalho a fazer e nós sabemos que temos muito trabalho a fazer, mas sabemos que temos menos trabalho a fazer do que tínhamos ontem, do que tínhamos a semana passada, do que tínhamos o ano passado e porquê?

Porque todos os anos temos integrado assistentes operacionais e assistentes técnicos nos quadros das nossas escolas, porque todos os anos nós temos tido em consideração aquelas que são as especificidades das escolas e o Sr.

Deputado sabe disso, porque isso está efetivamente no decreto legislativo regional.

Portanto, a nossa posição é muito clara: vamos continuar a responder da melhor forma possível para que se garanta a segurança nas nossas escolas, para que se garanta a proteção do equipamento escolar. É esse o trabalho que tem sido feito ao longo desses anos.

Não se chegou, Sr. Deputado, ao número de 2017 trabalhadores nas escolas dos Açores por milagre. Chegou-se porque houve uma opção política de querer contratar essas pessoas pela necessidade que era bem patente nas escolas. Este número não é magia. Ele existe, as pessoas estão lá, as pessoas estão a trabalhar.

Sr. Deputado António Lima, permitindo-me, porque é o proponente desta iniciativa, se há muito trabalho a fazer? Há, Sr. Deputado.

Se há muito que pode ser alterado? Há, Sr. Deputado.

Mas essas alterações têm de ser claras, têm de ser objetivas, não podem ser em momento algum uma matéria de subjetividade e nós aqui entendemos aquilo que é algo tão simples: a administração pública tem sido valorizada, tem sido integrada, tem sido acarinhada pelos governos do Partido Socialista e é assim, Sr. Deputado António Lima, que nós continuaremos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente dizer e depois da intervenção da Sra. Deputada Sónia Nicolau e ainda bem que esta emendou à mão a dizer que ainda havia muito trabalho para fazer, porque a verdade é que na sua primeira intervenção dizia que havia uma ou outra escola que precisava de um ou outro assistente operacional e isso não é

verdade e não é isso que as escolas transmitem a todos nós, essa necessidade de pessoal.

Também queria dizer-lhe e não posso deixar de o fazer relativamente à quantidade de critérios e da impossibilidade de no caso da Secretaria da Educação poder averiguar perante os critérios que aqui são propostos quem chegar aos rácios, ou chegar aos números ou como é que vai avaliar todos estes parâmetros, fica aqui a sugestão de pedir ajuda ali ao Sr. Secretário da Agricultura, porque a verdade é que ainda esta semana quando estivemos a avaliar o Estatuto da Agricultura Familiar temos nove critérios que vão ser contabilizados, agora temos 11, se calhar o Sr. Secretário da Agricultura pode dar ali uma mãozinha ao Sr. Secretário da Educação. Não podia deixar de o fazer.

Também queria perguntar ao Sr. Secretário e aqui não posso partilhar daquilo que foi dito que a gestão de pessoal e as dificuldades que os conselhos executados sentiam na gestão de pessoal e em colmatar as necessidades que sentem, que essa dificuldade e essa gestão de pessoal era normal. Não é normal, Sr. Secretário. Porque a verdade é que é muitas vezes dito pelos próprios conselhos executivos dessas necessidades e dessas dificuldades e, portanto, o normal é os conselhos executivos terem as ferramentas, terem a capacidade de poder colmatar essas necessidades. É isso que o Grupo Parlamentar do CDS considera normal.

Uma vez que nesta iniciativa pretende-se que exista um levantamento por parte dos conselhos executivos das reais necessidades queria perguntar-lhe, Sr. Secretário, e porque estamos aqui a falar de rácios, mas a verdade é que quando estamos a fazer essa comparação sabemos que isto está desajustado da realidade, porque a verdade é que estes rácios estão desajustados e ainda bem que temos escolas com maior número de pessoal do que os rácios indicam, mas a verdade é que não podemos estar aqui a falar desses rácios, porque existir esse

maior número de pessoal é realmente a prova de que estes rácios estão desajustados. Mas o que eu lhe queria perguntar é se efetivamente o Sr. Secretário tem esse levantamento feito das reais necessidades pelos conselhos executivos ou não.

Também queria perguntar-lhe em relação aos 200 lugares que serão abertos na educação e na saúde para quando estas vagas serão abertas, acho que é importante percebermos se efetivamente está para acontecer ou não está para acontecer, ou pelo menos antes de outubro será certamente, queremos acreditar que sim, não sabemos porquê, mas queria perguntar para quando é que estão previstas a abertura desses 200 lugares.

Queria também e para finalizar dizer que por tudo o que já foi dito na intervenção desta bancada não significa que não reconheçamos aquilo que foi feito, porque há um trabalho que foi feito e eu própria o disse na primeira intervenção relativamente à iniciativa apresentada pelo Sr. Vice-Presidente agora em fevereiro, mas isso não significa que consideremos que está tudo feito ou que seja o suficiente, porque uma coisa era se a maioria das escolas nos dissessem, nos transmitissem que realmente têm as ferramentas para trabalhar, que têm o pessoal que precisam.

Agora, não podemos acreditar que está a ser feito o suficiente quando temos *n* escolas que nos transmitem essa necessidade e essa falta de pessoal. Portanto, é isso que está aqui em causa e é essa a nossa posição.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, penso que é desnecessário dizer, enquanto deputada, aquilo que todos nós sabemos enquanto cidadãos e pais que efetivamente hoje nas

escolas há uma enorme falta de acompanhamento e segurança dos nossos jovens e se dúvidas houvesse desde logo quando há relativamente pouco tempo foi discutido aqui, nesta Casa, a questão das toxicodependências o número de consumos de droga dentro das escolas é avassalador. Nessa altura foi discutida a questão de como é que isto era permitido, ou seja, de que havia um défice de segurança e acompanhamento dos nossos jovens que detetassem essas práticas dentro das escolas.

Portanto, dizer que um rácio de um para 50 é suficiente isto é um rácio cego, não tem em conta a realidade dos nossos jovens hoje, das nossas escolas, do seu contexto social, da capacidade que os alunos têm de fugir ou ultrapassar a forma como as vigilâncias estão a ser feitas, porque mais do que termos pessoas dentro das escolas a contar para números de rácios que o Sr. Secretário debita, aquilo que nós precisamos é de pessoas dentro da escola com idoneidade, que os alunos lhes reconheçam respeito, porque ter assistentes operacionais muitas vezes muitos jovens que não têm formação, que não têm formação para lidar com jovens, que não conseguem impor respeito, não estão a desempenhar a função para a qual deveriam estar.

Em relação à iniciativa em apreço devo dizer Sr. Deputado António Lima que tenho aqui algumas dúvidas. Quando no seu ponto resolutivo n.º 2 diz que é importante alterar o artigo 40.º, eu fui buscar o artigo 40.º e o artigo 40.º diz “dotação dos quadros de pessoal não docente”, mas na realidade só existe rácio para o auxiliar de ação educativa.

Portanto, quando se fala em rácios de pessoal não docente em geral para as escolas, obviamente que eles têm que estar a exagerados, porque em lei, em decreto legislativo regional, o rácio de um para 50, ou de um para 60 refere-se única e exclusivamente aos auxiliares de ação educativa no seu ponto 2, alínea a), um para 50 e na alínea b), um para 60 dependente do nível.

Portanto, eu pergunto ao Sr. Secretário como é que consegue fazer os cálculos dos rácios, uma vez que os critérios sejam muitos, sejam poucos, não estão indexados a nenhum rácio, ou seja, para esta especificidade tem que ter um, ou dois, ou três por número de aluno, não existe. Como é que é feita essa contabilização para os restantes assistentes operacionais?

Antigamente havia as outras classes, agora como é tudo assistente operacional, sejam da ação educativa, ou estejam na escola a cumprir outra função qualquer, como é que é feito efetivamente esse rácio?

Ainda em relação à iniciativa, Sr. Deputado António Lima, deixa de fora o meio social onde a escola se insere. Não sei se é por uma questão ideológica, mas penso que é um critério que não pode ficar de fora, que existia no anterior e que no seu número de critérios tão vasto, como diz a Sra. Deputada Sónia Nicolau, não gosta de 11. Então tire o último que é vago e coloque este.

Além disso, parece-me que um dos critérios que fica de fora e que seria fundamental é que diz: “dotação de assistentes operacionais com formação adequada para necessidades educativas especiais, etc., etc.”. Mas desde logo a dotação de assistentes operacionais com formação adequada para vigilância e acompanhamento de jovens não está, que é o geral, e que as pessoas têm de ter essa capacidade.

Nos tempos do PROSA, quando era Secretário o Sr. Secretário José Gabriel Álamo de Meneses que muita coisa fez mal, mas nessa fez muito bem, havia o entendimento subentendido, nunca teve em letra de lei, de que tudo o que eram assistentes ocupacionais (ocupacionais na altura era o PROSA) que iam para as escolas havia uma entrevista prévia pelos conselhos da escola para ver se aquela pessoa reunia características de personalidade, de formação, etc., para lidar com jovens. Isso deixou de existir. Devia ter evoluído para uma questão formal que não aconteceu e isso desapareceu.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, acha que qualquer assistente operacional tem formação e perfil para poder acompanhar os nossos jovens? Ponto um.

Ponto dois: neste momento todos os assistentes operacionais que contabilizou até aqui quantos é que estão de baixa e de baixa psicológica, porque existem muitas pessoas que não conseguem aguentar a falta de respeito dos alunos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Já termino, Sra. Presidente.

... e a falta de proteção para lidar com as situações. Portanto, gostava de saber quantos é que estão efetivamente de baixa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma referência para defesa da honra do PPM em relação às críticas que foram feitas ... às referências (não foram críticas) que foram feitas ao horário da manifestação e tudo isso. Isso teve a ver sobretudo e só teve a ver com o seguinte é que há uma diferença entre o nosso estilo de organização e o estilo de outras forças de esquerda que tem sobretudo a ver com o facto de termos tido uma reunião preparatória em que obviamente teve que se ver qual era a disponibilidade do horário, das famílias, é uma organização diferente, é uma organização das manifestações democrática em que não há uma minoria que impõe horário aos restantes.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

É diferente, é diferente!

Mas posso dizer-vos o seguinte: é diferente, mas é mais eficaz, porque bastou uma manifestação. Estava a organizar uma segunda, que já teria cerca de 400 pessoas e o Governo cedeu à primeira manifestação. Cedeu à primeira manifestação!

Eu, até se querem que vos diga, fiquei refém do meu próximo êxito logo na primeira manifestação. Gostava de ter feito a segunda.

Mas, Srs. Deputados, indo diretamente ao que interessa quero aqui dizer o seguinte. Sr. Secretário, fiz-lhe uma pergunta em relação aos dados que forneceu, porque tive oportunidade de falar com algumas dessas pessoas que estavam nessa manifestação e que beneficiam do sistema criado e que ainda não estão a desempenhar essas funções.

Por isso, é que é importante que V. Exa. precise os números. Fiz-lhe a pergunta: os números que referenciou dizem respeito às pessoas que já estão a desempenhar funções, dizem respeito às pessoas cujos processos a entrar estão a decorrer, ou dizem apenas respeito às pessoas que vão entrar previsivelmente e que reúnem as condições para poder integrar os quadros das escolas?

Portanto, a pergunta foi essa. Faço-lhe a segunda solicitação para que responda corretamente a essa questão, mas essa informação é importante para se saber de facto qual é o impacto da medida que foi aqui aprovada por este Parlamento e que foi proposta pelo Governo Regional neste âmbito.

Depois quero referenciar também a questão genérica que o Bloco de Esquerda traz e muito bem, concordo, que é de facto e é inegável. O Partido Socialista e o Governo estiveram aqui a negar aquilo que é uma evidência. Faltam de facto nas escolas não docentes, não há um número de não docentes que garanta a segurança das escolas, o bom funcionamento das infraestruturas e a segurança sobretudo das crianças. Portanto, essa necessidade é relatada, porque aqueles que têm oportunidade de visitar as escolas e eu há uns anos também tive essa responsabilidade como presidente do conselho executivo, essa era uma

dificuldade que todos tinham na altura e que as escolas continuam a ter. Esse problema não está resolvido e não está resolvido muito por força de uma coisa que o Sr. Secretário reconheceu que é o elevado absentismo. O absentismo é muito elevado o que tem a ver também com a idade média dos funcionários. Esse absentismo é muito, muito elevado e de facto as escolas enfrentam muitas dificuldades para garantir a segurança dos alunos e o bom funcionamento das instalações escolares e isso é uma evidência. Portanto, isso é absolutamente inegável.

O esforço que está a ser feito não é o suficiente e fundamentalmente em relação aos critérios, pois os critérios, como o próprio Bloco de Esquerda referenciou e eu concordo, os critérios não podem restringir-se a um pequeno universo. Cada escola enfrenta um número de condições muito diferente. Tem a ver com os alunos, tem a ver com a comunidade, tem a ver com a própria localização do edifício escolar, tem a ver com a própria desagregação do espaço educativo de cada escola, porque acho que tem de haver com o número de funcionamento de estabelecimentos também, portanto, há um conjunto muito significativo de fatores que deve ser considerado e nessa matéria eu concordo também com a crítica que aqui é feita por parte do Bloco de Esquerda nessas medidas que aqui são propostas e nas críticas que foram referenciadas pelo Bloco de Esquerda nessa matéria.

Ou seja, da nossa parte nós reconhecemos que existe um problema, que os meios humanos que nós temos não são os suficientes ao nível dos não docentes e a prova é que se continuam a utilizar e continuam a desempenhar funções nas escolas muita gente que está a trabalhar nos programas ocupacionais e isso continua a acontecer, porquê?

Porque evidentemente os meios não são os meios necessários, os adequados, porque se fossem adequados as escolas não solicitavam esses meios. Está certo, ou seja, se não são necessários as escolas não os solicitavam e solicitam,

continuam a solicitar porque o pessoal que está a trabalhar e a desempenhar funções nas escolas não é em número suficiente. Isso é uma evidência e não vale a pena negar a evidência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Sr. Secretário, pode continuar.

O Orador: Apenas para responder a algumas das questões que foram aqui levantadas, referindo-me à questão que foi colocada inicialmente pelo Deputado Paulo Estêvão. Os números que eu aqui referi são números relativos aos efetivamente integrados e o que posso dizer mais é que todos os que tiverem direito a integração sê-lo-ão, mas estes são números integrados.

O Sr. Deputado Bruno Belo voltou à carga com os POs. Oh, Sr. Deputado, eu “não tapei o sol com peneira” nenhuma. Eu dei os números corretos, são aqueles. E mais! São menos hoje do que eram o ano passado. É um bom indício ou não é?

Deputado Bruno Belo (*PSD*): É!

O Orador: Sejam, como é que eu hei de dizer, sensatos, moderados.

O Governo tem dado provas, provas consecutivas, da abertura de vagas para regularização de precários na administração pública, mas tem dado várias.

Eu estou aqui há seis anos e já apanhei diversas intervenções dessa natureza. Não são ainda as suficientes? Um dia certamente que serão.

Uma coisa que lhe digo que também é certa: todas as vagas que eram para abrir, essas vagas foram abertas, ou poderão estar eventualmente em vias de o ser, ou foram todas já abertas, ou estão praticamente todas abertas. Agora uma coisa é certa: ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Mas tem o mas!

O Orador: ... pode acontecer ...

Deputada Graça Silveira (*Independente*): Ah!

O Orador: Se os Srs. Deputados estão elucidados eu sento-me e vou-me embora.

Realmente ir-me embora sentado não é a melhor das soluções.

(Risos da câmara)

Para terminar, Sr. Deputado Bruno Belo, as vagas foram abertas, se não estão todas, todas abertas o que faltará é muito pouco. Agora uma coisa é certa: marginalmente há vagas que não são providas, eventualmente um candidato, eventualmente também único em dois sítios e que escolhe um. Portanto, isso acontece marginalmente. É a informação que eu tenho.

Agora reportando-me às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado António Lima. As 200 vagas para a educação e para a saúde estão praticamente todas abertas e temos a possibilidade de as abrir até setembro. Julgo que na educação até comemos algumas a mais do que aquelas a que tínhamos direito. É a indicação que eu tenho.

Relativamente à organização do próximo ano letivo, que nós esperemos que possa decorrer em situações de normalidade ou de muito maior normalidade, nós asseguraremos a segurança necessária nas escolas.

Bem sei que isto é difícil de entender pela oposição, porque também nunca ninguém acreditou que nós montássemos o ensino à distância e fizemo-lo quer por intermédio de plataformas, quer por intermédio inclusivamente da RTP/Açores.

Relativamente às questões colocadas pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que falou de escolas com mais funcionários do que os rácios determinam. Oh, Sra. Deputada, não são escolas, são todas as escolas.

Relativamente ao levantamento de necessidades e às faltas existentes eu relembra agora, aqui e já, praticamente de saída aquilo que disse no começo: nós consideramos que as necessidades estão efetivamente providas.

A Sra. Deputada Graça Silveira trouxe um problema novo. Até ela falar o problema era os funcionários das escolas serem velhos. Ela afinal acha que o problema também é eles serem novos. Agora é que eu não sei em que é que fico. Acho que o melhor é ir recrutá-los noutra galáxia, ...

Deputada Graça Silveira (Independente): Sr. Secretário, não faça gracinhas com coisas que não têm graça!

O Orador: ... num planeta desconhecido onde os homens não tenham idade.

Sra. Presidente, fico-me por aqui. Obrigado.

Deputada Graça Silveira (Independente): E o número de baixas?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Então as 80 pessoas que estávamos a falar em relação aos funcionários, aos assistentes operacionais, aos assistentes técnicos, neste momento estão integrados no quadro 80 pessoas. É que eu tenho conhecimento que há um conjunto de pessoas que ainda não estão e que serão integradas em julho e em setembro.

Portanto, nós não sabemos quantas pessoas no final do processo ...

Tendo em conta que os prazos já terminaram, o Governo neste momento já sabe quem é que se candidatou e quem é que reúne as condições. Isso é fácil de cruzar esses dados. Mas ficamos sem esta informação.

Sabemos que neste momento entraram 80 pessoas, mas não sabemos quantas é que vão entrar até ao final do processo, quantas é que vão ser integradas até ao final do processo, embora obviamente o Governo já conheça esses dados na medida em que já conhece as candidaturas e obviamente também já conhece se reúnem ou não reúnem as condições para serem integrados.

Esta era a primeira questão que lhe queria referenciar.

A segunda questão que eu quero referenciar é esta, é que os problemas das escolas, como referenciei na minha primeira intervenção a este nível, é que os problemas das escolas continuam a manter-se. Pergunto-lhe neste momento se tem informação de quantas pessoas que estão nos programas ocupacionais, estão neste momento a desempenhar funções nas escolas?

Ou seja, neste preciso momento quantas pessoas que estão neste tipo de programas estão neste momento a desempenhar funções nas escolas ao longo deste ano letivo?

Porque isso é um indicador ... Se já disse peço desculpa, por não ter anotado. Quantos?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): 425: 21%, os assistentes operacionais!

O Orador: Neste momento estão a desempenhar funções.

Então agradeço-lhe a resposta. Conforme se aproxima o final da legislatura estamos a melhorar o relacionamento institucional, tenho de agradecer a V. Exa. a resposta que deu até num aparte.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou. Acabou o tempo.

Sra. Presidente, termino já, faço apenas esta observação.

Então veja bem o número de pessoas, ou seja, 25% indicou V. Exa. se ouvi bem, ...

Vozes de alguns Deputados: 21!

O Orador: 21% de programas ocupacionais.

Veja bem as necessidades que ainda estão por resolver, ou seja, as escolas continuam a necessitar de um grande conjunto de funcionários que não integram os seus quadros. Portanto, este problema, como V. Exa. indicou um número que até é superior à perspetiva que eu tinha, é um número muito significativo, e que mostra bem as dificuldades que as escolas têm e que de facto faz falta integrar mais gente, mais não docentes nas nossas escolas.

Muito obrigado Sra. Presidente pelo tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para começar, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Bloco de Esquerda regista que o PPM passou a ser um partido de esquerda e tivemos todo o gosto em estar na manifestação, porque ela é em defesa dos trabalhadores e fomos efetivamente avisados e convidados a estar presente em defesa daqueles e de outros que não puderam lá estar.

Mas respondendo até aqui a algumas questões que foram colocadas e julgo que teria respondido à Sra. Deputada Sónia Nicolau na minha intervenção que se seguiu, que os critérios que o Bloco de Esquerda propõe não são, nem pretendem ser exaustivos na sua elencagem. Eles são critérios que consideramos importantes e obviamente que o Governo, sendo um projeto de resolução e como disse esta matéria a nosso ver deve ser definida pelo Governo, porque o Governo tem o conhecimento e tem todos os dados como aqui

demonstrou, não só relativamente aos funcionários, mas também à realidade das escolas que a oposição não tem, e os outros podem ser muitos.

A Sra. Deputada Graça Silveira referiu um critério possível e outros como o horário das escolas, mas também queremos dar essa liberdade ao Governo para poder também definir critérios que considere relevantes, mas julgo que isto está definido.

Sra. Deputada, pode dizer várias vezes que o Governo tem em conta outros critérios, mas a verdade é que eu convido-a a ler o requerimento que o Bloco de Esquerda fez e ver os dados, mais do ler, ver os dados.

Por exemplo, um dos rácios é para as escolas secundárias com mais de 1.600 alunos, por exemplo, ter 16 assistentes operacionais.

O que é que acontecia e julgo eu que esse número mínimo não se alterou porque a legislação não se alterou?

Por exemplo, a Escola Secundária Antero de Quental tinha em abril de 2017 1.671 alunos. Quantos assistentes operacionais? 16.

Ou seja, o rácio teve em conta exatamente o número de alunos e não acredito que não haja por exemplo alunos com necessidades educativas especiais na Escola Secundária Antero de Quental. Ou seja, o número de assistentes operacionais previsto no rácio é exatamente aquele que está previsto no decreto regulamentar como está demonstrado aliás neste dado.

Registo também aqui a resposta do Sr. Secretário relativamente às 200 vagas, mas a verdade é que eu lembrei-me de um pormenor importante relativamente às 200 vagas que estavam no orçamento e que teriam de ser abertas até final do ano letivo e que o Sr. Secretário referiu que estão praticamente todas abertas e ainda bem. O problema é que o que diz o orçamento ... aliás, o ano do orçamento é o ano de 2019, ou seja, não se trata do orçamento de 2020, mas sim do orçamento do ano passado, ou seja, estas vagas de acordo com o artigo 9.º

devem ser abertas até setembro de 2020. Teve o Governo mais do que tempo para fazer, porque já passou um ano efetivamente.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Estamos em junho de 2020!

O Orador: Sr. Secretário, o orçamento é de 2019. Já teve tempo o Governo para abrir as vagas, porque já se passou um ano e meio desde obviamente que foi aprovado o orçamento para o ano de 2019.

Fico preocupado com as respostas e com a argumentação também do Partido Socialista relativamente a esta matéria. A Sra. Deputada Sónia Nicolau falou que se criaram programas ocupacionais numa situação de desemprego. É verdade. Eles são importantes em determinadas situações para formação das pessoas, como é óbvio.

Agora, não podemos aceitar é que essa seja a solução para o futuro.

Estamos numa situação de crise que infelizmente sabemos que as crises trazem situações de desemprego e trazem problemas muito graves a que é preciso dar resposta e a resposta à crise não pode ser apenas criar programas ocupacionais e suprir necessidades permanentes com programas ocupacionais.

É preciso, sim, criar emprego. Os programas ocupacionais são importantes, mas para formação das pessoas e não para suprir necessidades permanentes, como aqui também ficou demonstrado quando há 21% dos assistentes operacionais nas escolas que estão ao abrigo de programas ocupacionais, ninguém acredita que esses 21% estejam apenas a suprir necessidades que não são permanentes ou em formação. Eles na prática são essenciais às escolas e toda a gente sabe disso, a começar por quem está nas escolas e são muitos milhares de açorianos e açorianas e alunos, desde trabalhadores, professores e alunos que estão nas escolas e sabem disso e sabem o que estamos a dizer. Aliás, aqui toda a oposição disse é que eles são necessários nas escolas e devem ser integrados.

Mas para além é preciso que haja regras claras para a definição dos números e com a manutenção destas regras aquilo que vamos ter durante muitos anos provavelmente é perante as faltas que existem e as falhas que existem o Governo a dizer “olhem, meus senhores, mas os rácios dizem que têm muito mais funcionários do que deviam” e esse discurso infelizmente não diz nada às pessoas, apenas diz que o Governo é que tem tudo na mão...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

... e que a dado momento gere o número de funcionários como quer, com regras que existem, mas que não servem efetivamente ao sistema educativo regional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A negação é o primeiro sintoma da doença e quando efetivamente nós aqui ouvimos com muita insistência o Governo Regional e o Partido Socialista negarem a falta de pessoal auxiliar nos nossos estabelecimentos de ensino isso é a primeira evidência de que essa falta efetivamente existe.

Depois, há outros sintomas que habitualmente também surgem e nós aqui vimos o Governo Regional e o Partido Socialista agarrados a uma argumentação que é a do cumprimento dos rácios. Qual burocrata, qual manga de alpaca que lê a lei e é incapaz de se desviar um milímetro daquilo que é o texto dessa lei?

De facto, o rácio é uma coisa notável para esta governação socialista, porque é a governação socialista que estabelece o rácio e que depois se queixa das limitações e das imposições do próprio rácio. Portanto, é uma coisa notável.

Se o rácio efetivamente é uma limitação a que este Governo consiga ou tenha conseguido fazer mais pela educação, nomeadamente disponibilizando meios humanos, meios técnicos para um melhor funcionamento das nossas escolas, o que havia a fazer era publicar legislação que correspondesse às efetivas necessidades das nossas escolas.

Depois também é bom dizer-se que neste rácio entra um conjunto de funcionários que sendo essenciais para o funcionamento das escolas, todavia, realizam nos estabelecimentos de ensino um conjunto de tarefas que habitualmente estão adstritas aos chamados assistentes operacionais, porque entram ali os funcionários das bibliotecas, os técnicos administrativos, o pessoal operário, o pessoal de laboratório, os que estão afetos ao funcionamento das instalações desportivas e, portanto, há um conjunto de tarefas dentro da escola que absorve uma parte significativa daquilo que é o número de funcionários atribuído pelo rácio e que depois não permite o funcionamento efetivo dos estabelecimentos de ensino conforme eles deviam ser.

Ouvimos aqui dizer que todos os anos entram funcionários para o quadro das nossas escolas. Eu não vou desmentir que isso aconteça, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não pode!

O Orador: ... mas vou referir os números oficiais que estão disponíveis que não desmentindo uma coisa relevam uma outra, ou seja, de que a precariedade, a contratação, o abuso de trabalhadores integrados em programas ocupacionais é o padrão do funcionamento dos nossos estabelecimentos de ensino.

É falso dizer-se que poderá haver uma ou outra escola que tenha uma necessidade, pois é exatamente o contrário, quanto muito haverá uma ou outra escola onde não há necessidade de assistentes operacionais.

Vamos aos números oficiais para atestar exatamente aquilo que acabei de dizer. No âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura há 1.274 trabalhadores com contrato a termo. 1.274! Admitindo que entre 500 e 600 são professores isso significa que há outros tantos que são pessoal auxiliar, pessoal administrativo destas outras carreiras profissionais que são necessárias ao funcionamento das escolas.

Durante esta legislatura, de dezembro de 2016 a dezembro de 2019, na Secretaria Regional da Educação e Cultura passaram a existir mais 79 trabalhadores com contrato a tempo incerto e mais 108 a contrato a termo. Portanto, aqui está o padrão, que é o padrão da precariedade.

Nós conhecemos escolas, Sr. Secretário, como o senhor também conhece, até por mais do que uma razão do que aquela que decorre das suas funções, onde por exemplo nos últimos 10 anos saíram imensos funcionários devido à aposentação e a outras circunstâncias da vida, alguns dos quais infelizmente por falecimento, mas durante todo esse tempo foram abertas cinco vagas para admissão de pessoal não docente nessa mesma escola, curiosamente e por coincidência já no decurso deste ano. Isso diz bem quanto ao grau de insuficiência de funcionários nas nossas escolas e se não fossem os trabalhadores dos programas ocupacionais em muitos momentos as nossas escolas estariam fechadas por não conseguirem cumprir com os requisitos mínimos de funcionalidade e de segurança a que estão obrigadas.

Portanto, faltam sim funcionários nas nossas escolas, funcionários para acompanhar, por exemplo, alunos portadores de deficiência, faltam funcionários para fazer vigilância nos acessos e nos recreios, faltam funcionários para termos uma eficiente funcionalidade de todas as valências que uma escola tem ou deve ter. Há precariedade nas nossas escolas. 15% são contratados a termo, 21% são trabalhadores de programas ocupacionais, por cada dois trabalhadores do quadro há um que executa tarefas nas nossas escolas em situação precária. Isso

é inadmissível. Diz-me bem da precariedade que o Governo também fomenta e da insuficiência de meios com que as nossas escolas funcionam.

Por isso, rendemos aqui homenagem aos conselhos executivos que diariamente fazem uma ginástica enorme para gerir todas essas insuficiências, dando resposta a professores, alunos, encarregados de educação e às famílias para que se sintam todos mais confortados, com mais segurança e com condições para poderem ali realizar as aprendizagens que eles muito necessitam, porque infelizmente também nesse domínio nós estamos na cauda do país e precisamos rapidamente de sair dessa situação.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer-se que o Governo Regional fomenta a precariedade é uma falácia e é uma falácia porque parece-me ser consensual em todas as bancadas que tem sido feito um esforço sistemático de integração de pessoas umas em programas ocupacionais, outras com aberturas de contratos, isso é uma evidência e, portanto, afirmar sem mais que o Governo fomenta a precariedade é um erro.

Mais! A existência de maior número de trabalhadores para além dos rácios o que prova é que o Governo tem estado bem atento às particularidades e às necessidades de cada escola e que vai por isso mesmo provendo essas necessidades, acautelando designadamente problemas com o também reconhecimento eventual absentismo que se tem verificado.

Finalmente dizer ao Sr. Deputado Joaquim Machado que como começou que a negação é o primeiro sintoma da doença, quando diz que negar que existem

falta de trabalhadores por parte do Governo é a prova de que a afinal existe essa falta, eu devolvo-lhe a graçola e digo-lhe que, ok, se a negação é o primeiro sintoma da doença, então quando se diz que tudo está mal é porque afinal até está bem.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então votar este projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 179/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM. A Deputada Independente não estava na sala.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para.

Deputado Graça Silveira (Independente): Para pedir, se faz favor, para se repetir a votação se fosse possível.

Muito obrigada.

Presidente: Vamos então repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 179/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-

PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Deputada Independente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para.

Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, foi ontem na sequência da pergunta oral que coloquei na sequência da transformação de um requerimento não respondido fiz essa pergunta oralmente, em relação aos vencimentos dos administradores da Sata, e o Governo entregou uma documentação que prova o vencimento que está a ser pago aos administradores da Sata.

Sucedo que essa informação ainda não chegou à Representação Parlamentar do PPM e queria perguntar-lhe quando é que essa informação será distribuída, uma vez que já foi entregue ontem.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão há uma série de documentos que eu tenho na GD e que ainda não despachei, mas não consigo garantir exatamente o que é que está lá, mas sei que há uma série de documentação que está na GD. Como devem compreender durante o plenário tenho alguma dificuldade em fazer os despachos, por isso, o que lhe posso dizer é que verificarei agora quando acabarem os trabalhos o que é que está por despachar e amanhã ou ainda hoje lhe ligo a dar nota dessa situação.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, não sei se me permite que volte a interpelar a Mesa, no sentido que ouvi um aparte do Sr. Secretário a dizer que o Governo ainda não entregou, penso que percebi bem.

(Aceno afirmativo por parte do Sr. Secretário)

Portanto, nestas coisas há que ter a responsabilidade institucional. O Governo comprometeu-se a entregar a resposta e eu espero que a mesma seja entregue

por parte do Governo e logo que possível que seja distribuída aos diversos grupos e representações parlamentares aqui representados.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Nós encerrámos este ponto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto sete da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 152/XI – 'Criação de um Núcleo Museológico na Praia da Vitória'**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentar a iniciativa o Sr. Deputado César Toste. Tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, haja saúde:

O projeto de resolução que o PSD apresenta hoje nesta Casa da autonomia pretende criar um Núcleo Museológico na Praia da Vitória sob a tutela da administração regional.

Todos temos presente o vasto património cultural dos Açores que nos une e que nos diferencia com as particularidades de cada ilha. Existem mil e uma histórias para contar por esta Região fora.

Completar a rede de museus dos Açores com edifício digno é importante, um desígnio quase completo envolto numa cultura de atrasos e promessas, mas também é digno dar corpo às muitas histórias que podem e merecem ser contadas.

Centro-me na ilha Terceira, não querendo menosprezar as histórias das outras ilhas e o muito que merece ser contado e exposto.

Na ilha Terceira o museu de Angra do Heroísmo é o edifício mãe. A principal característica do acervo do museu de Angra é a diversidade. Nesta reside em parte a sua grande riqueza. “São notáveis as suas coleções de história militar e transporte dos séculos XVII e XVIII que permitem compará-lo a outros museus

portugueses de pintura e de imaginária, de cerâmica e de mobiliário, que o colocam numa posição privilegiada entre outros museus regionais e de etnografia que o tornam naturalmente representativo de outras formas da cultura terceirense.” Citei a nota informativa do museu.

Desta casa mãe em 2016 inaugurou-se um núcleo da história militar do Museu de Angra do Heroísmo, uma história anteriormente repartida por vários núcleos e reservas, dando a diversidade volume e quantidade das peças que a constituem, esta coleção foi trazida ao público através de três exposições temáticas de longa duração.

Acolhe a notável coleção de militar do Museu de Angra do Heroísmo e muito bem.

Mas a transmissão para o futuro da herança dos nossos antepassados tem mais histórias para contar.

Este projeto propõe que a vasta coleção de etnografia que são coleções de objetos relacionados com os diferentes aspetos sociais, económicos e culturais do Museu de Angra possa ser contado no núcleo a criar na Praia da Vitória. Situa-se numa zona importante da ilha, mais concretamente na planície no Ramo Grande, que tanta história pode contar.

A arquitetura, as peculiaridades da planície, uma raça autóctone, tradições com belas manifestações de fé e cultura, festa genuína e sã, com bodos cheios de gente e pão a derramar alegria nas praças, com carros de bois rendilhados de acolhimento e uma tradição gastronómica indelével. Numa ilha cuja Praia da Vitória tem duas portas de entrada de excelência, um aeroporto e um porto com cais de cruzeiros a construir esperemos em breve, este núcleo seja uma mais valia para dar um mote à história da ilha.

Propomos, Sras. e Srs. Deputados, um núcleo articulado com diferentes entidades competentes para a sua concretização, nomeadamente a Câmara

Municipal da Praia da Vitória que, como é de vosso conhecimento, emite parecer positivo a esta resolução.

Haja saúde e haja vontade e a história do Ramo Grande quebrada pelo *downsizing* da Base das Lajes possa ser contada.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Agradeço que se inscrevam, porque não vou estar aqui muito mais tempo a perguntar para se inscreverem. Não havendo, podemos passar à votação.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Uma interpelação à Mesa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 46 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste **Parreira**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputada Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo **Vieira**

(*) Texto não revisto pelo Orador

A redatora, Ana Machado